

## SUMÁRIO

Pelas 10 horas e 11 minutos, ao abrigo do n.º 1 do [artigo 173.º](#) da Constituição, reuniu a Assembleia da República.

O Deputado [Hugo Soares](#) (PSD), após breves palavras de saudação à Câmara, propôs, em nome do partido maioritário, que fosse convidado para presidir aos trabalhos o Deputado do PSD [José Pedro Aguiar-Branco](#), o que obteve a concordância da Câmara.

De seguida, por indicação do Presidente, tomaram lugar na Mesa, como Secretários, os Deputados [Germana Rocha](#) (PSD) e [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH).

O Presidente saudou todos os Deputados eleitos e deu conta do Projeto de Resolução n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD, CH, PS, IL, L, PCP e CDS-PP) — Constituição de uma Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, que foi aprovado por unanimidade, após o que declarou interrompida a sessão.

Após a reabertura da sessão, deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Deliberação n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>, que foram posteriormente aprovados.

De seguida, o Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD) procedeu à leitura do relatório da Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, tendo o respetivo parecer sido aprovado.

Seguiu-se a eleição do Presidente da Assembleia da República para a XVII Legislatura, tendo sido proposto como candidato, pelo PSD, o Deputado [José Pedro Aguiar-Branco](#), que obteve a maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções.

Posteriormente, o Presidente dirigiu-se à Câmara, agradecendo a sua eleição e sublinhando o papel que desempenhará nesta legislatura. Em seguida, usaram da palavra os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD).

O Presidente anunciou a realização da eleição, na Sala do Senado, dos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários da Mesa e dos membros do Conselho de Administração da Assembleia da República, tendo a sessão sido interrompida.

Reaberta a sessão, foram anunciados os resultados das eleições.

Foram eleitos para o Conselho de Administração da Assembleia da República os Deputados [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Pedro Vaz](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) — como efetivos — e os Deputados [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Luís Dias](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) — como suplentes.

Foram ainda eleitos, para Vice-Presidentes, os Deputados [Teresa Morais](#) (PSD), [Marcos Perestrello](#) (PS) e [Rodrigo Saraiva](#) (IL); para Secretários, os Deputados [Francisco Figueira](#) (PSD), [Gabriel Mithá Ribeiro](#) (CH), [Joana Lima](#) (PS) e [Germana Rocha](#) (PSD); e, para Vice-Secretários, os Deputados [Sandra Pereira](#) (PSD), [Susana Correia](#) (PS) e [Gonçalo Valente](#) (PSD).

O Presidente informou a Câmara de que a repetição da eleição para preenchimento, na Mesa, de um lugar de Vice-Presidente e de um lugar de Vice-Secretário ocorrerá na sessão plenária seguinte, aquando da discussão do Programa do Governo, tendo o Deputado [André Ventura](#) (CH) usado da palavra para lamentar não terem sido eleitos dois candidatos propostos pelo Chega

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 47 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Foi anunciada, pelo Presidente, a realização, na Sala do Senado, da eleição de um Vice-Presidente e de um Vice-Secretário da Mesa.

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativo à assunção de mandatos e à substituição de Deputados do PSD e do CH.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 1 a 19/XVII/1.<sup>a</sup> e 21/XVII/1.<sup>a</sup>, do Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>, da Proposta de Lei n.º 56/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 3 a 24/XVII/1.<sup>a</sup> e da Moção de Rejeição do XXV Governo Constitucional n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Primeiro-Ministro (Luís Montenegro) procedeu à apresentação do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados André Ventura (CH), Hugo Soares (PSD), José Luís Carneiro (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Pedro Delgado Alves (PS), Hugo Carneiro (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Mariana Vieira da Silva (PS), Pedro Pinto (CH), Isaura Moraes (PSD), Joana Cordeiro (IL), Jorge Pinto (L), Eurico Brilhante Dias (PS), Cristina Rodrigues (CH), Bruno Ventura (PSD), Sofia Pereira (PS), Marta Martins da Silva (CH), Gonçalo Lage (PSD), Rita Matias (CH), Francisco César (PS), Paulo Moniz (PSD), Sofia Canha (PS), Paulo Neves (PSD) e Maria José Aguiar (CH).

Foram anunciados os resultados das eleições, tendo sido eleito, para Vice-Presidente, o Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) e, para Vice-Secretário da Mesa, o Deputado Filipe Melo (CH).

Após se dar conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 22 a 25/XVII/1.<sup>a</sup>, iniciou-se o debate do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Ministros de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), da Presidência (António Leitão Amaro), Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), da Economia e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida) e da Defesa Nacional (Nuno Melo), os Deputados Rui Paulo Sousa (CH), Andreia Neto e Cristóvão Norte (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH), João Torres e António Mendonça Mendes (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Marco Claudino (PSD), Filipa Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), Gonçalo Dinis Capitão (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), Rui Afonso (CH), Carlos Pereira (PS), Mariana Leitão (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Alberto Fonseca (PSD), Rui Tavares (L), Miguel Matos (PS), Paula Santos (PCP), Vanessa Barata (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), António Rodrigues (PSD), Jorge Pinto (L), Isabel Alves Moreira (PS), Patrícia Carvalho (CH), Alexandre Poço (PSD), Nuno Fazenda (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Rodrigo Alves Taxa (CH), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Rodrigo Saraiva (IL), Almiro Moreira (PSD), Bruno Nunes (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Jorge Botelho (PS), Rui Cristina (CH), Patrícia Gonçalves (L), Luís Dias (PS), Manuela Tender (CH), Miguel Rangel (IL), João Tilly (CH), Miguel Santos (PSD), Francisco Gomes (CH), Hugo Costa (PS), Filipe Melo (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Elza Pais (PS), José Dias Fernandes (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Patrícia Nascimento e Pedro Pessanha (CH), Hugo Patrício Oliveira (PSD) e Pedro Sousa (PS).

Deu-se ainda conta à Câmara da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª.  
O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 3 (2025.06.20)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 26 a 28/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 25 a 35/XVII/1.ª.

Procedeu-se ao encerramento do debate do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo proferido intervenções, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Paulo Rangel), os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Luís Carneiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD), que deu ainda explicações no seguimento de um pedido de defesa da honra do Deputado [José Luís Carneiro](#) (PS).

Procedeu-se, de seguida, à votação da Moção de Rejeição do Programa do XXV Governo Constitucional n.º 1/XVII/1.ª (PCP), que foi rejeitada.

Foi lido o Projeto de Voto n.º 11/XVII/1.ª — De pesar em memória das vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande ocorridos em 17 de junho de 2017, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 13/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha, e 24/XVII/1.ª (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Moçambique, tendo o Deputado [Rodrigo Saraiva](#) (IL) proferido uma declaração de voto sobre esta última votação.

Foi rejeitada a proposta de alteração, apresentada pelo L, ao anexo do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª (PAR), e aprovado o Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.ª (PAR) — Distribuição de lugares nas reuniões plenárias da XVII Legislatura, tendo proferido declarações de voto os Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Paulo Núncio](#) (CDS-PP).

Foi ainda aprovado o Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.ª (PAR) — Elenco e composição das comissões parlamentares permanentes.

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu Especial, previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei de acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. O Primeiro-Ministro, após proferir a intervenção inicial, respondeu aos pedidos de esclarecimento formulados pelos Deputados [Paulo Moniz](#) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Ricardo Dias Pinto](#) e [Pedro Correia](#) (CH), [João Torres](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 14 horas.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 3/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 29 e 30/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 37, 39, 40 e 41/XVII/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «o descontrolo na atribuição de nacionalidade e a necessidade de limitar o reagrupamento familiar». Depois de o Deputado André Ventura (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Paulo Muacho (L), Rui Rocha (IL), Cristóvão Norte (PSD), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Pedro Delgado Alves (PS) e Rui Tavares (L).

Em interpelação à Mesa, os Deputados Hugo Soares (PSD), Rui Tavares (L) e Pedro Delgado Alves (PS) teceram considerações sobre a distribuição de lugares, já decidida e votada em Plenário, que não estaria a ser respeitada pelo Grupo Parlamentar do Livre, tendo o Presidente remetido para o resultado da votação já efetuada, que deveria ser respeitado.

Ao abrigo do artigo 242.º do Regimento, foi debatido o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) relativo a 2024, tendo proferido intervenções, além da Ministra da Administração Interna (Maria Lúcia Amaral), os Deputados Mariana Mortágua (BE), Pedro Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Rocha (IL), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Vanessa Barata (CH), António Rodrigues (PSD) e Pedro Vaz (PS).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 16 horas e 56 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 31 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 20, 31 a 36 e 38 a 42/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 36, 38 e 42 a 78/XVII/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se ao debate do Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Comissão parlamentar de inquérito à preparação, prontidão e planeamento de crises e emergências de larga escala na sequência do apagão energético de 28 de abril. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Jorge Pinto (L), Rita Matias (CH), Alfredo Maia (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Vaz (PS), Isabel Mendes Lopes (L), Mariana Mortágua (BE), Pedro dos Santos Frazão (CH), Filipe Sousa (JPP) e Paulo Moniz (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 197/XVI/1.<sup>a</sup> (Cidadãos) — Proposta de alteração ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais — Pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados e pela redução do período de funcionamento até às 22 horas e 38/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Determina o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados com a exceção dos cinemas e

estabelecimentos de restauração. Intervieram os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Felicidade Vital](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Ricardo Araújo](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º [22/XVI/1.ª](#) — Manifesto da insubmissão médica aos poderes político e económico (Alberto Jaime Marques Midões e outros), em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [35/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reintegra o internato médico na carreira médica, alterando diversos diplomas, [39/XVII/1.ª](#) (BE) — Valorização da carreira médica (alteração do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto) e com os Projetos de Resolução n.ºs [53/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo a revisão do calendário de escolha das especialidades médicas e [57/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que crie uma bolsa de formação específica destinada a médicos internos. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Cristina Vieira Henriques](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Susana Correia](#) (PS), [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se à discussão das Petições n.ºs [224/XV/2.ª](#) (Joana Catarina Oliveira Paiva e outros) — Comparticipação em material/medicamentos para pessoas com epidermólise bolhosa e [256/XV/2.ª](#) (Ana Cristina Ramada Morête e outros) — Reposição da comparticipação das vacinas antialérgicas em Portugal, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [40/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um regime de comparticipação especial dos medicamentos, materiais e dispositivos médicos utilizados no tratamento da epidermólise bolhosa, [44/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios (vacinas antialérgicas), [48/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa, [51/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a comparticipação integral dos tratamentos de imunoterapia específica com alergénios, [59/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios, [60/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a medidas de apoio aos doentes com epidermólise bolhosa, [68/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo de viabilidade com vista à implementação de um regime de comparticipação especial para doentes de epidermólise bolhosa e [69/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do Plano Nacional de Vacinação no âmbito da vacinação do adulto. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Sónia Monteiro](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Irene Costa](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Cláudia Estevão](#) (CH) e [Miguel Guimarães](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 54 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 6 (2025.06.28)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 37 e 44/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 79 a 81/XVII/1.ª.

Foi discutida a Petição n.º [268/XV/2.ª](#) (Luís Francisco Israel de Almeida Ribeiro e outros) — Justiça na contagem do tempo de serviço, tendo usado da palavra os Deputados [Eva Brás](#)

*Pinho (PSD), Filipa Pinto (L), Filipe Sousa (JPP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Rui Cardoso (CH), Rui Rocha (IL), Pedro Delgado Alves (PS), Paula Santos (PCP) e Inês de Sousa Real (PAN).*

*Foi apreciada a Petição n.º 220/XV/2.<sup>a</sup> (Joana Isabel Silveira Russo Lopes e outros) — Pelo reconhecimento e dignificação dos farmacêuticos na defesa e valorização do SNS, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 47/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Valorização dos farmacêuticos no Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado na generalidade, 61/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela valorização dos farmacêuticos do Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado na generalidade, e 64/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Pelo reconhecimento e dignificação dos farmacêuticos na defesa e valorização do SNS, que foi rejeitado na generalidade. Intervieram os Deputados Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Joana Cordeiro (IL), Paulo Muacho (L), José Barreira Soares (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sofia Andrade (PS) e Andreia Bernardo (PSD).*

*Seguiu-se a discussão da Petição n.º 30/XVI/1.<sup>a</sup> (Sindicato dos Profissionais Administrativos da Saúde – SPAS e outros) — Pela criação da carreira especial de técnico secretário clínico, juntamente, na generalidade, com os Projetos de Lei n.ºs 37/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Aprova o estatuto da carreira especial de técnico secretário clínico e 40/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria a carreira especial de técnico de secretariado clínico, que foram rejeitados, bem como com os Projetos de Resolução n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de técnico secretário clínico, que foi aprovado na generalidade, e 62/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação da carreira especial de técnico de secretariado clínico, que foi rejeitado na generalidade. Intervieram os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Armando Grave (CH), Paulo Muacho (L), Joana Cordeiro (IL) Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eurídice Pereira (PS) e Alberto Machado (PSD).*

*Procedeu-se ao debate da Petição n.º 225/XV/2.<sup>a</sup> (Cristóvão Duarte Nunes Guerreiro Norte e outros) — Novo Hospital Central do Algarve Já, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 43/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda ao lançamento do concurso para a construção do Hospital Central do Algarve, que foi aprovado na generalidade, 46/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a construção do Hospital Central do Algarve, que foi rejeitado na generalidade, 52/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a construção do novo Hospital Central do Algarve e do centro oncológico de referência do Sul, que foi aprovado na generalidade, 63/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela construção do novo Hospital Central do Algarve e do centro oncológico do Algarve, que foi aprovado na generalidade, 65/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que desencadeie as ações necessárias para a rápida construção do Hospital Central do Algarve, que foi rejeitado na generalidade, 67/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela urgente construção do novo Hospital Central do Algarve e 70/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a construção de um novo Hospital Central do Algarve, que foram aprovados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados João Paulo Graça (CH), Paula Santos (PCP), Patrícia Gonçalves (L), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Luís Graça (PS), Pedro Pinto (CH), Bárbara do Amaral Correia (PSD), Rodrigo Saraiva (IL), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Cristóvão Norte (PSD).*

*Em interpelação à Mesa, os Deputados Pedro Pinto (CH) e Isabel Mendes Lopes (L) teceram considerações sobre a não utilização, pelos Deputados do Livre, dos lugares que lhes estão destinados na primeira fila, tendo o Presidente remetido esta questão para discussão na Conferência de Líderes.*

*Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 1/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP e pelo BE e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro e 8/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo L e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Fernando Venâncio, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).*

Foi lido, pela Deputada Susana Correia (PS), o Projeto de Voto n.º 15/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Manuel Afonso Silva Strecht Monteiro, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs 16/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Teresa Rita Lopes e 19/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Dr. José António Sousa e Silva, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs 21/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos resultados dos atletas portugueses no Campeonato da Europa de Canoagem de Velocidade e Paracanoagem, 22/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação à Seleção Nacional de Futsal para atletas com Síndrome de Down pela vitória no Campeonato Europeu e 23/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 50 anos da independência de Moçambique.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 73/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Praia e São Tomé.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 4/XVIII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup>, com a alteração introduzida.

Foi rejeitada a proposta de aditamento, apresentada pelo PCP, ao Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Comissão parlamentar de inquérito à preparação, prontidão e planeamento de crises e emergências de larga escala na sequência do apagão energético de 28 de abril, tendo sido igualmente rejeitado o Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (L).

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 197/XVI/1.<sup>a</sup> (Cidadãos) — Proposta de alteração ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais – Pelo encerramento do comércio aos domingos e feriados e pela redução do período de funcionamento até às 22 horas e 38/XVIII/1.<sup>a</sup> (BE) — Determina o encerramento das grandes superfícies comerciais aos domingos e feriados com a exceção dos cinemas e estabelecimentos de restauração.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 35/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reintegra o internato médico na carreira médica, alterando diversos diplomas e 39/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Valorização da carreira médica (alteração do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto), tendo sido aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 53/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a revisão do calendário de escolha das especialidades médicas e 57/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que crie uma bolsa de formação específica destinada a médicos internos.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 40/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um regime de comparticipação especial dos medicamentos, materiais e dispositivos médicos utilizados no tratamento da epidermólise bolhosa, que foi aprovado, 44/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios (vacinas antialérgicas), que foi aprovado, 48/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa, que foi aprovado, 51/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a comparticipação integral dos tratamentos de imunoterapia específica com alergénios, que foi rejeitado, 59/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios, que foi aprovado, 60/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a medidas de apoio aos doentes com epidermólise bolhosa, que foi rejeitado, 68/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo de viabilidade com vista à implementação de um regime de comparticipação especial para doentes de epidermólise bolhosa, que foi aprovado, e

69/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do Plano Nacional de Vacinação no âmbito da vacinação do adulto, que foi aprovado.

Foram aprovados os n.ºs 49 a 87 do Diário, relativos à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XVI Legislatura.

O Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 33 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 7 (2025.07.03)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 2, 3 e 4, dos Projetos de Lei n.ºs 43, 45 a 52 e 54 a 66/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 82 a 114/XVII/1.<sup>a</sup> e do Inquérito Parlamentar n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup>.

Em declaração política, o Deputado [Hugo Carneiro](#) (PSD) elencou as medidas apresentadas pelo Executivo, destacando a diminuição da carga fiscal sobre o trabalho. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [João Ribeiro](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Rui Tavares](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Rui Cristina](#) (CH) referiu-se à gestão do Serviço Nacional de Saúde criticando as práticas do Governo anterior e acusando o Governo atual de falta de planeamento, supervisão e controlo. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Guimarães](#) (PSD) e [Mariana Vieira da Silva](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) identificou várias áreas — como saúde, educação ou habitação — em que há problemas que o Governo deverá resolver, assegurando que o PS irá proceder à fiscalização do Governo, tendo depois respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Mário Amorim Lopes](#) (IL) defendeu a liberdade de expressão, citando como exemplo o processo judicial intentado pelos Anjos contra a humorista Joana Marques. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L) e [João Antunes dos Santos](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Pinto](#) (L) fez referência aos fenómenos meteorológicos extremos recentemente registados, considerando-os a maior ameaça à vida e segurança das pessoas, e defendeu a necessidade de preparação e adaptação do País às alterações climáticas. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) criticou a política do Governo no que à habitação diz respeito e apresentou um conjunto de medidas com vista ao aumento da oferta de casas e à regulação do mercado. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) destacou como prioridade da coligação PSD/CDS-PP as medidas de redução de impostos, nomeadamente do IRS, para garantir mais rendimento às famílias da classe média. A seguir, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Matos](#) (PS), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Jorge Pinto](#) (L).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) recordou a efeméride dos 30 anos da aprovação da lei da proteção aos animais, salientou as conquistas e propostas do PAN e apontou os recuos resultantes de lacunas existentes, bem como do silêncio do Governo. No fim, respondeu ao pedido de esclarecimento do Deputado [Cristóvão Norte](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) abordou o tema da democracia, fazendo uma reflexão sobre a sua construção e fragilidade, alertou para crescente desconfiança nas instituições do Estado e apelou à sua defesa e consolidação através da mudança com sentido de responsabilidade e honestidade. No fim, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Tavares](#) (L) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 10 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 8 (2025.07.04)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 53, 67, 68, 70, 73 a 75, 77 e 78/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 115 a 123 e 129/XVII/1.<sup>a</sup>.

Foi apreciada a Petição n.º 25/XVI/1.<sup>a</sup> [Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos (OVAR) e APAR – Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso] — Amnistia/perdão de penas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 59/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril. Proferiram intervenções os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Patrícia Faro](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Nuno Gabriel](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eva Brás Pinho](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Procedeu-se à discussão da Petição n.º 41/XVI/1.<sup>a</sup> (INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos) — Por uma rede pública de lares, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 50/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Pela simplificação na instalação e licenciamento de equipamentos de apoio social geridos por entidades privadas, 51/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Altera o Decreto-Lei n.º 141/89 pelo reconhecimento dos serviços de apoio domiciliário lucrativo, 58/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Cria a rede pública de residências de apoio para as pessoas mais velhas, 62/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, e com os Projetos de Resolução n.ºs 92/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação de uma rede pública de lares, 94/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pelo reforço da rede pública e solidária de respostas sociais, com prioridade para os lares de idosos e centros de dia, 98/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração, 104/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Reforço de políticas públicas de resposta a pessoas idosas e garantia de proteção laboral e social a quem cuida, 106/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás e 112/XVII/1.<sup>a</sup>

(PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução. Usaram da palavra os Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Seco](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Patrícia Faro](#) (PS), [Leonor Cipriano](#) (PSD) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foi apreciada a Petição n.º [91/XVII/1.ª](#) (FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) — Profissões de desgaste rápido, conjuntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º [52/XVII/1.ª](#) (IL) — Cria a definição e critérios de acesso à profissão de desgaste rápido, bem como com os Projetos de Resolução n.ºs [90/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões, [91/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais, [93/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova um levantamento sobre as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, para que se proceda à alteração do respetivo regime jurídico, [101/XVII/1.ª](#) (BE) — Pelo reconhecimento das profissões de desgaste rápido e garantia de uma maior proteção social e laboral e [108/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do setor da indústria. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Hugo Oliveira](#) (PS) e [Helga Correia](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão da Petição n.º [1/XVII/1.ª](#) (Catarina Pires de Almeida Rosa e outros) — Pela preservação do património natural da península de Troia, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [78/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a proteção e restauro dos ecossistemas dunares da península de Troia e das pradarias marinhas do estuário do Sado, [89/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda a suspensão das dragagens no estuário do Sado até à avaliação e cumprimento das medidas previstas na Declaração de Impacte Ambiental, [96/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para salvaguarda e valorização ecológica da península de Troia em equilíbrio com o interesse nacional, [103/XVII/1.ª](#) (BE) — Pela preservação do património natural da península de Troia e [109/XVII/1.ª](#) (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola. Intervieram no debate os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE). Entretanto, após chamada de atenção feita pela Mesa para que se criassem condições para ouvir as intervenções, o Deputado [André Ventura](#) (CH) exerceu direito de protesto relativamente à condução dos trabalhos pela Mesa. Continuaram a usar da palavra, no âmbito do debate, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Pinotes Batista](#) (PS) e [Sonia dos Reis](#) (PSD).

Seguiu-se a apreciação da Petição n.º [7/XVII/1.ª](#) (Cristina Maria Rubianes Vieira e outros) — Regulamentação da profissão de psicomotricista, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [88/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricista, [95/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricidade e [110/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista, tendo intervindo no debate os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Seabra](#) (PSD) e [Sofia Andrade](#) (PS).

Foi discutida a Petição n.º [242/XV/2.ª](#) — (José Manuel Correia Serra e outros) — Pela preservação das florestas e dos ecossistemas em Portugal, em conjunto com, na generalidade,

os Projetos de Lei n.ºs [56/XVII/1.ª](#) (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, [57/XVII/1.ª](#) (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, estendendo as suas medidas de proteção aos carvalhos e [65/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal, e com os Projetos de Resolução n.ºs [83/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo a reforma da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, [84/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um código florestal simplificado, [85/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural, [100/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a implementação de medidas de conservação e proteção da biodiversidade da serra da Lousã e [105/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas. Intervieram os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Miguel Matos](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [José Dotti](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Ana Oliveira](#) (PSD).

Procedeu-se ainda à apreciação da Petição n.º [120/XVII/1.ª](#) (Movimento por uma Inclusão Efetiva) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [54/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante uma inclusão efetiva nas escolas, alterando o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, e [55/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aprova a carta dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contexto educativo, e com os Projetos de Resolução n.ºs [39/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com necessidades educativas especiais, [82/XVII/1.ª](#) (IL) — A emergência na consolidação de aprendizagens, [86/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore e apresente um relatório de avaliação da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva com vista à respetiva melhoria contínua, [87/XVII/1.ª](#) (PAN) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, [97/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, [99/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda o reforço da língua gestual portuguesa (LGP) nas escolas, [102/XVII/1.ª](#) (BE) — Por uma educação inclusiva, [107/XVII/1.ª](#) (PCP) — Garantia de uma verdadeira educação inclusiva na escola pública, [111/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso e [113/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Carvalho](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês Barroso](#) (PSD) e [Porfírio Silva](#) (PS).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 9 (2025.07.05)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 69, 71, 72 e 76/XVII/1.ª.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [1/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, que, a requerimento do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, e dos Projetos de Lei n.ºs [20/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei

da Nacionalidade no sentido de restringir a aquisição da nacionalidade portuguesa e assegurar a possibilidade da sua perda em determinados casos, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, e [67/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade (altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro), que foi rejeitado. Usaram da palavra, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), e [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD).

Seguiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [2/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Cria a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública e do Projeto de Lei n.º [60/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Cria a unidade nacional de polícia de estrangeiros e fronteiras da Polícia de Segurança Pública, que foram aprovados. Intervieram, a diverso título, além da Ministra da Administração Interna (Maria Lúcia Amaral), os Deputados [Sandra Ribeiro](#) e [Pedro Pinto](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Rui Rocha](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Vaz](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L) e [António Rodrigues](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [3/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, que, a requerimento do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [61/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Restringe as normas em matéria de entrada e permanência em território nacional, alterando a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, [68/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Elimina os vistos gold (altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), que foi rejeitado, [74/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Estabelece medidas para assegurar a integração de cidadãos estrangeiros, promovendo o acesso ao emprego, à língua portuguesa e à proteção social em condições de igualdade, que foi rejeitado, [77/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Prevê garantias processuais efetivas na detenção de migrantes e a criação de um projeto-piloto para medidas alternativas à detenção, que foi rejeitado, bem como do Projeto de Resolução n.º [23/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que adote medidas adequadas à imediata suspensão do reagrupamento familiar pedida por imigrantes com residência legal em Portugal, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) e do Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração (Rui Armindo Freitas), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Idalina Durães](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, que foi aprovada, e dos Projetos de Lei n.ºs [53/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Reduzir o IRS: valorizar o trabalho e potenciar a nossa economia, que foi rejeitado, [63/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, promovendo uma maior justiça fiscal e [64/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS, ambos retirados a pedido do proponente, e [69/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), [71/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Código do IRS, alterando o valor da dedução específica, [72/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Código do IRS, aumentando os limites das deduções com as despesas gerais familiares e com educação,

[73/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, [75/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS e do valor da dedução específica da categoria A e da categoria H do IRS e [76/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga a todas as famílias a possibilidade de dedução de gastos com a prestação de crédito à habitação em sede de IRS, alterando o Código do IRS, que foram rejeitados, bem como dos Projetos de Resolução n.ºs [116/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja a possibilidade de os contribuintes optarem por refletir o impacto da redução intercalar de IRS em sede de reembolso de IRS e [117/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS, que foram rejeitados. Intervieram no debate, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Miguel Matos](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [39/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — De pesar pela morte de Teresa Cupertino de Miranda, pioneira do automobilismo feminino português e [43/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — De pesar pela morte do futebolista Diogo Jota e do seu irmão, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.ºs [59/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, que foi rejeitado.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [50/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Pela simplificação na instalação e licenciamento de equipamentos de apoio social geridos por entidades privadas, [51/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Altera o Decreto-Lei n.º 141/89 pelo reconhecimento dos serviços de apoio domiciliário lucrativo, [58/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Cria a rede pública de residências de apoio para as pessoas mais velhas e [62/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, que foram rejeitados, e dos Projetos de Resolução n.ºs [92/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela criação de uma rede pública de lares, que foi rejeitado, [94/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pelo reforço rede pública e solidária de respostas sociais, com prioridade para os lares de idosos e centros de dia, que foi rejeitado, [98/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração, que foi aprovado, [104/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reforço de políticas públicas de resposta a pessoas idosas e garantia de proteção laboral e social a quem cuida, que foi rejeitado, [106/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás e [112/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução, que foram aprovados.

Procedeu-se à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [52/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Cria a definição e critérios de acesso à profissão de desgaste rápido, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs [90/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões, que foi rejeitado, [91/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais, que foi aprovado, [93/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova um levantamento sobre as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, para que se proceda à alteração do respetivo regime jurídico, que foi

rejeitado, [101/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pelo reconhecimento das profissões de desgaste rápido e garantia de uma maior proteção social e laboral, que foi rejeitado, e [108/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do setor da indústria, que foi rejeitado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [78/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a proteção e restauro dos ecossistemas dunares da península de Troia e das pradarias marinhas do estuário do Sado, [89/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda a suspensão das dragagens no estuário do Sado até à avaliação e cumprimento das medidas previstas na Declaração de Impacte Ambiental, [96/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para salvaguarda e valorização ecológica da península de Troia em equilíbrio com o interesse nacional, [103/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela preservação do património natural da península de Troia e [109/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [88/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricista, [95/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricidade e [110/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [56/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, que foi rejeitado, [57/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, estendendo as suas medidas de proteção aos carvalhos, que foi rejeitado, e [65/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, e dos Projetos de Resolução n.ºs [83/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a reforma da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que foi rejeitado, [84/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um código florestal simplificado, que foi rejeitado, [85/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural, que foi aprovado, [100/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a implementação de medidas de conservação e proteção da biodiversidade da serra da Lousã, que foi rejeitado, e [105/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas, que foi aprovado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [54/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Garante uma inclusão efetiva nas escolas, alterando o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, e [55/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Aprova a carta dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contexto educativo; foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [39/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com necessidades educativas especiais; foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [82/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — A emergência na consolidação de aprendizagens, [86/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore e apresente um relatório de avaliação da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva com vista à respetiva melhoria contínua, [87/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, [97/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, [99/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o reforço da Língua Gestual Portuguesa (LGP) nas escolas, [102/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Por uma educação inclusiva e [107/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Garantia de uma verdadeira educação inclusiva na escola pública; e foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [111/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso e [113/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar o Deputado do JPP e um Deputado do PSD a intervirem em tribunal.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 15 horas e 44 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 10 (2025.07.10)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 5 a 8/XVII/1.ª (GOV), dos Projetos de Lei n.ºs 79 a 94/XVII/1.ª, 96 a 115/XVII/1.ª e 119/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 124 a 128/XVII/1.ª, 130 a 149/XVII/1.ª, 150 a 168 XVII/1.ª e 170 e 171/XVII/1.ª

Procedeu-se à votação do Projeto de Deliberação n.º 5/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência às Propostas de Lei n.ºs 5 e 6/XVII/1.ª (GOV), que foi aprovado.

Procedeu-se ao debate do Inquérito Parlamentar n.º 2/XVII/1.ª (IL) — Comissão Parlamentar de Inquérito ao INEM, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Bruno Nunes](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Miguel Guimarães](#) (PSD), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Sofia Andrade](#) (PS), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS) e [André Ventura](#) (CH).

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 6/XVII/1.ª (GOV) — Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais, do Ministério Público e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como a Lei da Organização do Sistema Judiciário, e o Projeto de Lei n.º 103/XVII/1.ª (L) — Elimina a taxa de inscrição do exame de ingresso no curso de formação de magistrados. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Ministra da Justiça ([Rita Alarcão Júdice](#)), os Deputados [André Ventura](#) e [Manuel Magno](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Francisco Gomes](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 5/XVII/1.ª (GOV) — Altera as disposições do Código de Processo Civil, relativas à distribuição de processos, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça ([Rita Júdice](#)), os Deputados [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Bárbara do Amaral Correia](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Rocha](#) (IL) e [Vanessa Barata](#) (CH).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 13/XVII/1.ª (CH) — Introduz medidas de celeridade no julgamento de processos relacionados com a ocupação ilegal de imóveis, 32/XVII/1.ª (IL) — Alteração ao Código Penal, Código de Processo Penal e ao Código de Processo Civil, em defesa da propriedade privada e do domicílio, e 90/XVII/1.ª (PSD) — Protege o direito de propriedade, através do reforço da tutela penal dos imóveis objeto de ocupação ilegal, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal e o Projeto de Resolução n.º 163/XVII/1.ª (CDS-PP) — Pelo combate célere eficaz às ocupações ilegais de imóveis. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [André Rijo](#) (PS), [Rui](#)

Tavares (L), Hugo Soares (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP) e Jorge Galveias (CH).

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 124/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a criação de uma linha de apoio financeiro aos pequenos e médios agricultores da Região Demarcada do Douro, no contexto da crise vitivinícola, 130/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas aos viticultores do Douro, 134/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação imediata de uma linha de crédito financeiro aos viticultores da Região Demarcada do Douro (RDD) e outras medidas, 148/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação da crise vitivinícola, 150/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a reorganização voluntária da produção vitivinícola na Região Demarcada do Douro com realocação dos direitos de benefício e 164/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas na defesa da Região Demarcada do Douro e do setor vitivinícola. Intervieram, a diverso título, os Deputados Rui Jorge Santos (PS), João Tilly (CH), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fernando Queiroga (PSD), Jorge Pinto (L), Mariana Mortágua (BE) e Carlos Silva Santiago (PSD).

Foi debatido o Projeto de Resolução n.º 12/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a regulamentação urgente do Fundo de Emergência para a Habitação, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 80/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a plataforma de registo de arrendatários municipais (PRAM), 111/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Programa de cedência de imóveis do Estado para arrendamento e 112/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Baixa a tributação ao arrendamento, e com os Projetos de Resolução n.ºs 137/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que garanta financeiramente a execução dos investimentos na habitação e regulamente o Fundo de Emergência para a Habitação, 138/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda a criação de um programa orientado para a restituição efetiva do direito fundamental a uma habitação condigna, 141/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação, 147/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela inclusão das despesas com o realojamento emergencial das vítimas de violência doméstica e dos seus filhos no âmbito da cobertura prevista nas apólices de seguros multirriscos habitação em Portugal e 160/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que identifique e mobilize os fogos devolutos e disponíveis para habitação. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Rui Tavares (L), Margarida Saavedra (PSD), Ricardo Moreira e Marta Martins da Silva (CH), Angélique Da Teresa (IL), Humberto Brito (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP) e Alexandre Poço (PSD).

A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 19 horas e 43 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 11 (2025.07.11)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 116 a 118/XVII/1.<sup>a</sup> e 121/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 172 a 176/XVII/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se à discussão e votação dos Projetos de Deliberação n.ºs 6/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV), 7/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) —

Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.ª (GOV) e 8/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.ª (GOV), que foram aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Pinto](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Hugo Soares](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate, com a presença do Governo, sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea b) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Proferiram intervenções, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação ([Ana Isabel Xavier](#)) e do Secretário de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional ([Nuno Pinheiro Torres](#)), que abriram o debate, os Deputados [Paulo Moniz](#) e [Martim Syder](#) (PSD), [Nuno Simões de Melo](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Luís Dias](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate, com a participação do Governo, sobre as prioridades da presidência dinamarquesa do Conselho da União Europeia. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros ([Paulo Rangel](#)), que abriu o debate, os Deputados [Regina Bastos](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Patrícia Almeida](#) (CH), [Edite Estrela](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foram discutidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [46/XVII/1.ª](#) (PSD) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [48/XVII/1.ª](#) (PAN) — Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março, [86/XVII/1.ª](#) (IL) — Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do sistema de transparência dos poderes públicos, [110/XVII/1.ª](#) (CH) — Regulamenta a atividade de representação legítima de interesses (lobbying) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [114/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República e [119/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (lobbying). Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [António Rodrigues](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Rui Cardoso](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP) e [Paulo Muacho](#) (L).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [5/XVII/1.ª](#) (BE) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e o Estatuto da Vítima), [6/XVII/1.ª](#) (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal e do Código do Processo Penal, [89/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de

acesso à saúde, [96/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e os prazos de queixa dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, e elimina a possibilidade de suspensão provisória do processo no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e do crime de violência doméstica, procedendo à alteração do Código Penal e do Código do Processo Penal, e [105/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Consagra o crime de violação como crime público, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [10/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria um grupo de trabalho para a atribuição da natureza pública aos crimes contra a liberdade sexual e a melhoria do quadro jurídico-penal aplicável à violência contra as mulheres tendo em vista o pleno cumprimento da Convenção de Istambul. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Eva Brás Pinho](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Rocha](#) (IL) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Procedeu-se à apreciação conjunta das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Resolução n.º [42/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a aplicação do regime de atribuição do subsídio social de mobilidade contido no artigo 4.º da Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade para os residentes na Região Autónoma da Madeira;

Projeto de Lei n.º [95/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Defesa dos direitos dos residentes das regiões autónomas no acesso ao subsídio social de mobilidade (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões);

Projeto de Resolução n.º [75/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a revisão do modelo de subsidiação de mobilidade aérea entre as regiões autónomas e o continente, garantindo o pagamento de apenas uma tarifa fixa pelos cidadãos insulares;

Projeto de Resolução n.º [133/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo da República a operacionalização da plataforma digital do subsídio social de mobilidade, de forma a garantir a aplicação integral do novo modelo vertido no Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, para os residentes na Região Autónoma da Madeira;

Projeto de Resolução n.º [143/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que facilite a atribuição do subsídio social de mobilidade;

Projeto de Resolução n.º [162/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela garantia de melhores condições na aplicação do subsídio social de mobilidade;

Projeto de Resolução n.º [166/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que procure alterar o regime de pagamento do subsídio social de mobilidade no sentido de aliviar o fardo financeiro sobre os beneficiários.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Ana Martins](#) (CH), [Vânia Jesus](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Sofia Canha](#) (PS), [Pedro Coelho](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 95/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP).

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 53 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 177/XVII/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «Privatização da TAP». Depois de o Deputado André Ventura (CH) ter aberto o debate, intervieram, a diverso título, além daquele Deputado e do Ministro das Infraestruturas e Habitação (Miguel Pinto Luz), os Deputados Frederico Francisco (PS), Gonçalo Lage (PSD), Jorge Miguel Teixeira (IL), Paula Santos (PCP), Jorge Pinto (L), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Luís Moreira Testa (PS), Filipe Melo (CH) e Paulo Moniz (PSD).

Procedeu-se ao debate e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 49/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos (CDADC), que foi aprovado, 102/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela inclusão de um representante do sector da rádio na secção dos direitos de autor e direitos conexos do Conselho Nacional de Cultura, que foi aprovado, 108/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, estabelecendo uma exceção à reprodução de partituras musicais para fins de estudo, ensino e execução em contexto associativo e filantrópico, que foi aprovado, e 115/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Altera o Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, que aprovou o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, que foi rejeitado, e do Projeto de Resolução n.º 152/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a regulação do uso de partituras musicais, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Rodrigo Saraiva (IL), João Pedro Louro (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), José Carvalho (CH), Paula Santos (PCP), Pedro Tavares (CH), Jorge Pinto (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Lopes Silva (PS), Sofia Carreira (PSD), Filipe Sousa (JPP) e Porfírio Silva (PS).

Foram debatidos e posteriormente votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 5/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, que foi rejeitado, 6/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina, que foi rejeitado, 11/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento urgente da independência da Palestina, que foi rejeitado, 132/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que não proceda, por ora, ao reconhecimento da Palestina como Estado soberano, que foi aprovado, 145/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina e que apoie uma solução de paz e de respeito pelos direitos humanos, que foi rejeitado, 149/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que ative mecanismos urgentes para o acolhimento de crianças provenientes da Faixa de Gaza em necessidade de cuidados médicos especializados, que foi aprovado, 151/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo uma estratégia equilibrada e responsável para promover uma solução pacífica e sustentável para o conflito israelo-palestiniano, que foi aprovado, 155/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a suspensão imediata do Acordo de Associação entre a União Europeia e Israel, que foi rejeitado, e 171/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda ao reconhecimento imediato do Estado da Palestina e que mobilize a sua ação junto das instituições da União Europeia para que esta adote posição comum no mesmo sentido, que foi rejeitado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), Pedro Pessanha (CH), Mariana Mortágua (BE), Jorge Pinto (L), Ricardo Dias Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rodrigo Saraiva (IL), João Torres (PS), Paulo Neves (PSD), Filipe Sousa (JPP) e João Pinho de Almeida (CDS-PP).

Foram discutidos e, posteriormente, votados, na generalidade, os Projeto de Lei n.ºs 28/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Revoga a Lei n.º 33/2025, que, a requerimento do proponente, baixou

à Comissão de Saúde, sem votação, [88/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela garantia de proteção à mulher grávida e ao nascituro em todas as fases e circunstâncias e o reforço de redes de apoio e cuidados, que foi rejeitado, [93/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Promove a qualidade, adequação, segurança e humanização dos cuidados de saúde na gravidez e no parto, alterando a Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que foi rejeitado, [98/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Reforça as medidas de combate e prevenção da violência obstétrica, alterando a Lei n.º 33/2025, de 31 de março, que foi rejeitado, [99/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Reforça os direitos da mulher no parto e no internamento no puerpério, e dos jovens com cancro durante o seu internamento, alterando a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que foi rejeitado, e [106/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Lei de prevenção e proteção contra a violência obstétrica, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Saúde, sem votação, por 60 dias, e os Projetos de Resolução n.ºs [131/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Promove a otimização do serviço prestado pelos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado, [146/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Por medidas de combate à violência ginecológica e obstétrica no SNS, que foi rejeitado, e [161/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela promoção dos direitos na gravidez e no parto, que foi rejeitado. Usaram da palavra os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rita Matias](#) (CH), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Cláudia Estevão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Irene Costa](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se à discussão conjunta e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga e densifica a tutela criminal dos animais, alterando o Código Penal, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, e [109/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera vários diplomas no sentido de intensificar a proteção dos animais de companhia, que foi rejeitado, e do Projeto de Resolução n.º [157/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo a identificação das lacunas da proteção jurídica dos animais, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Cristóvão Norte](#) (PSD) e [Lina Pinheiro](#) (CH).

Foi lido, pela Deputada [Catarina Louro](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [49/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Júlio da Piedade Henriques, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs [53/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Maria Nazaré, [63/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Amadeu Garcia dos Santos, [64/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Padre José Martins Júnior e [70/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD, pelo PS e pelo CH) — De pesar pelo falecimento de José Henrique Álamo Oliveira, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [62/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação pelo 50.º aniversário da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) (a).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [69/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 50 anos da independência de Cabo Verde (a).

Foi aprovado o Inquérito Parlamentar n.º [2/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Comissão parlamentar de inquérito ao INEM.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [6/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais, do Ministério Público e dos Tribunais Administrativos e Fiscais, bem como a Lei da Organização do Sistema

Judiciário, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 103/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Elimina a taxa de inscrição do exame de ingresso no curso de formação de magistrados.

Foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 5/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera as disposições do Código de Processo Civil, relativas à distribuição de processos, com as alterações entretanto introduzidas, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 13/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Introduz medidas de celeridade no julgamento de processos relacionados com a ocupação ilegal de imóveis, 32/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Alteração ao Código Penal, ao Código de Processo Penal e ao Código de Processo Civil, em defesa da propriedade privada e do domicílio e 90/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Protege o direito de propriedade, através do reforço da tutela penal dos imóveis objeto de ocupação ilegal, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal e o Projeto de Resolução n.º 163/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Pelo combate célere eficaz às ocupações ilegais de imóveis.

Em votação na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 124/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a criação de uma linha de apoio financeiro aos pequenos e médios agricultores da Região Demarcada do Douro, no contexto da crise vitivinícola; foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 130/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas aos viticultores do Douro; e foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 134/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação imediata de uma linha de crédito financeiro aos viticultores da Região Demarcada do Douro (RDD) e outras medidas, 148/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação da crise vitivinícola, 150/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a reorganização voluntária da produção vitivinícola na Região Demarcada do Douro com realocação dos direitos de benefício e 164/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas na defesa da Região Demarcada do Douro e do setor vitivinícola.

Em votação na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 12/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a regulamentação urgente do Fundo de Emergência para a Habitação; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 80/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a plataforma de registo de arrendatários municipais (PRAM), 111/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Programa de cedência de imóveis do Estado para arrendamento e 112/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Baixa a tributação ao arrendamento; foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 137/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que garanta financeiramente a execução dos investimentos na habitação e regulamente o Fundo de Emergência para a Habitação; foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 138/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda a criação de um programa orientado para a restituição efetiva do direito fundamental a uma habitação condigna; foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 141/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação e 147/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela inclusão das despesas com o realojamento emergencial das vítimas de violência doméstica e dos seus filhos no âmbito da cobertura prevista nas apólices de seguros multirrisco habitação em Portugal; e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 160/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que identifique e mobilize os fogos devolutos e disponíveis para habitação.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 46/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um

registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [48/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março, [86/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do sistema de transparência dos poderes públicos, [110/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Regulamenta a atividade de representação legítima de interesses (lobbying) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [114/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República e [119/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses (lobbying).

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [5/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Consagra os crimes de violação, de coação sexual e de abuso sexual de pessoa incapaz de resistência como crimes públicos (altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e o Estatuto da Vítima), que foi aprovado, [6/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Consagra a natureza pública dos crimes de violação e outros crimes contra a liberdade sexual, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal, que foi aprovado, [89/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera a lei penal no sentido de atribuir maior proteção às vítimas de crimes sexuais e prevenir situações de revitimização em contexto judicial e de acesso à saúde, que foi aprovado, [96/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga os prazos de prescrição de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores e os prazos de queixa dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, e elimina a possibilidade de suspensão provisória do processo no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e do crime de violência doméstica, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal, que foi rejeitado, e [105/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Consagra o crime de violação como crime público, que foi aprovado. O Projeto de Resolução n.º [10/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria um grupo de trabalho para a atribuição da natureza pública aos crimes contra a liberdade sexual e a melhoria do quadro jurídico-penal aplicável à violência contra as mulheres tendo em vista o pleno cumprimento da Convenção de Istambul foi retirado.

Procedeu-se à votação, na generalidade, das seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Resolução n.º [42/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a aplicação do regime de atribuição do subsídio social de mobilidade contido no artigo 4.º da Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro, ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade para os residentes na Região Autónoma da Madeira, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [95/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Defesa dos direitos dos residentes das regiões autónomas no acesso ao subsídio social de mobilidade (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões), que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [75/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a revisão do modelo de subsidiação de mobilidade aérea entre as regiões autónomas e o continente, garantindo o pagamento de apenas uma tarifa fixa pelos cidadãos insulares, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [133/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo da República a operacionalização da plataforma digital do subsídio social de mobilidade, de forma a garantir a aplicação integral do novo modelo vertido no Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, para os residentes na Região Autónoma da Madeira, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 143/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que facilite a atribuição do subsídio social de mobilidade, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 162/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Pela garantia de melhores condições na aplicação do subsídio social de mobilidade, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 166/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que procure alterar o regime de pagamento do subsídio social de mobilidade no sentido de aliviar o fardo financeiro sobre os beneficiários, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 129/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição da Comissão Permanente da XVII Legislatura, tendo sido rejeitada uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, relativa àquele diploma. Usaram da palavra os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 79/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Por mais representatividade das mulheres na diplomacia portuguesa.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 45/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Travar a venda do Novo Banco ao capital estrangeiro, reverter o assalto aos recursos nacionais e recuperar o controlo público desta instituição financeira.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 39 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 13 (2025.07.17)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 11 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 9/XVII/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup>.

Apreciou-se a Petição n.º 28/XVI/1.<sup>a</sup> (Associação SOS Quinta dos Ingleses) — Pela proteção da mata da Quinta dos Ingleses, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 142/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela preservação e salvaguarda da Quinta dos Ingleses e pela criação de um mecanismo destinado a apoiar os municípios na aquisição e preservação de espaços verdes de elevado valor ambiental e natural, 153/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a proteção, valorização e classificação da Quinta dos Ingleses como paisagem protegida, 159/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda a defesa do património ambiental e a classificação da Quinta dos Ingleses (Cascais) como «paisagem protegida» e 167/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela preservação responsável, valorização ecológica e transparência na gestão da Quinta dos Ingleses, que foram rejeitados na generalidade. Proferiram intervenções os Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Pedro Pessanha](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 47/XVI/1.<sup>a</sup> (Cátia Francisca Genésio da Costa e outros) — Pela reabertura da urgência pediátrica de Viseu durante a noite, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 144/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que assegure o funcionamento permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, 154/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos cuidados pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, 165/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que garanta o funcionamento da

urgência pediátrica da ULS de Viseu Dão-Lafões de forma permanente e [170/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Garantir o funcionamento regular e permanente da urgência pediátrica da Unidade Local de Saúde de Viseu Dão-Lafões, que foram aprovados na generalidade. Intervieram os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [João Tilly](#) (CH) e [Armando Mourisco](#) (PS).

Foi discutida a Petição n.º [115/XIV/1.<sup>a</sup>](#) (Associação de Lesados em Obrigações e Produtos Estruturados – ALOPE) — Para controlo, revisão e criação de legislação que salvaguarde os direitos dos investidores não qualificados no âmbito da comercialização de produtos financeiros pelas instituições bancárias, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [113/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Adota normas de proteção dos investidores não profissionais no âmbito da comercialização de produtos financeiros e [121/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Proteção de aforradores e investidores não qualificados e com o Projeto de Resolução n.º [156/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda o reforço da proteção de investidores não profissionais, que foram rejeitados. Usaram da palavra os Deputados [Carlos Pereira](#) (PS), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [João Ribeiro](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro Coelho](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente deu conta do falecimento do ex-Deputado José Junqueiro, dirigindo condolências ao PS e à família.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [75/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Luís Jardim e [76/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António José Bastos Leitão, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [115/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Estender a aplicação do IVA mínimo para a aquisição e manutenção dos equipamentos de produção energética renovável.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade da Proposta de Lei n.º [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, e de um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo àquela proposta de lei, e após terem usado da palavra os Deputados [Sofia Pereira](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP), foi aprovado, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto final apresentado por aquela Comissão. Foi ainda aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de comissão) — após intervenções dos Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Vanessa Barata](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [António Rodrigues](#) (PSD) — e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º [3/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) e ao [Projeto de Lei n.º 61/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, com as alterações entretanto aprovadas (o Governo e o CH retiraram as suas iniciativas a favor do

texto de substituição). Posteriormente, foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e ao Projeto de Lei n.º 60/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras, na Polícia de Segurança Pública, relativamente ao qual foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados os n.ºs 88 a 107 do Diário, relativos à 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da XVI Legislatura.

Após terem usado da palavra, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Hugo Carneiro](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP), foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, a Proposta de Lei n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2021/2167, que harmoniza o acesso e o exercício da gestão de créditos bancários não produtivos e define os requisitos para os adquirentes de créditos, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi ainda aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 9 a 13/XVII/1.<sup>a</sup>, das Propostas de Resolução n.ºs 1 a 3/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 122 a 125/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 178 a 180/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 8 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 14 (2025.07.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup>, que foi aprovado, das Propostas de Lei n.ºs 14 e 15/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 181 a 184/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Presidente anunciou que decorriam, na Sala do Senado, as eleições para a Comissão Nacional de Eleições.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 10/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Fixa a composição, distribuição e elenco dos grupos parlamentares de amizade na XVII Legislatura.

Procedeu-se ao debate sobre o estado da Nação, tendo proferido a intervenção de abertura o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro).

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sofia Pereira](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Hugo](#)

*Carneiro (PSD), Pedro Pinto (CH), Porfírio Silva (PS), Paulo Muacho (L), João Pedro Louro (PSD), Mariana Vieira da Silva (PS), Miguel Rangel (IL), Rui Cristina (CH), Hugo Costa (PS), Filipa Pinto (L), Luís Moreira Testa (PS), Maria José Aguiar (CH), Nuno Fazenda (PS), Isaura Moraes (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Júlia Rodrigues (PS), Madalena Cordeiro (CH), Sofia Canha e Elza Pais (PS), Eduardo Teixeira (CH), Francisco César (PS), Rui Paulo Sousa (CH), Joana Cordeiro (IL), João Lopes Aleixo (CH), Patrícia Gonçalves (L), Emídio Guerreiro (PSD), Pedro Delgado Alves (PS), Nuno Simões de Melo (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Rodrigo Alves Taxa (CH), Paula Santos (PCP), Ricardo Lopes Reis, Pedro dos Santos Frazão e Felicidade Vital (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Eurico Brilhante Dias (PS), Cristina Rodrigues (CH) e Miguel Guimarães (PSD).*

No encerramento do debate, interveio o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim).

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 185 a 187/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Lei n.ºs 127 e 128/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 2 minutos.

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 15 (2025.08.28)**

### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas.

Foi aprovado o Regulamento da Comissão Permanente.

O Presidente procedeu à leitura da mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 6/XVII — «Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.»

Na abertura do debate sobre «A situação dos incêndios em Portugal», interveio o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), tendo posteriormente respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados *Paulo Raimundo (PCP), André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Mariana Leitão (IL), Rui Tavares (L), José Luís Carneiro (PS), Hugo Soares (PSD).*

No encerramento do debate, interveio o Primeiro-Ministro.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs *116/XVII/1.<sup>a</sup>* (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Carlos Dâmaso no incêndio da Guarda, *115/XVII/1.<sup>a</sup>* (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do bombeiro Daniel Bernardo Agrelo, *117/XVII/1.<sup>a</sup>* (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Adolfo Santos no incêndio de Mirandela e *121/XVII/1.<sup>a</sup>* (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Sapador Florestal Daniel Esteves, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal e a autorizar o levantamento de imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 39 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do *artigo 75.º* do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 16 a 27 e 30/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 126, 129 a 151, 153 a 164 a 168, 170, 171, 174 e 175/XVII/1.<sup>a</sup>, da Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Inquéritos Parlamentares n.ºs 3 e 5/XVII/1.<sup>a</sup>, da Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 188 a 270, 273 e 274/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Deliberação n.ºs 11 a 13/XVII/1.<sup>a</sup>.

Deu-se ainda conta da retirada do Projeto de Lei n.º 101/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH) fez uma reflexão sobre o Estado, no sentido do serviço ao bem comum, abordando questões de imigração, habitação, segurança, saúde, agricultura e pescas.

Em declaração política, a Deputada [Sofia Pereira](#) (PS) apontou mudanças que considera negativas entre o Portugal de hoje e o de antes da governação PSD, em matérias como finanças e legislação laboral.

Em declaração política, o Deputado [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), a propósito da queda do Governo francês, acusou Portugal de viver debaixo do chapéu europeu e apelou às reformas na Segurança Social, na saúde, na educação e na Administração Pública.

Em declaração política, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L), aludindo ao descarrilamento no Elevador da Glória, sublinhou a necessidade de uma Administração Pública robusta, resiliente e motivada.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP), aquando do início do novo ano letivo, pronunciou-se sobre os problemas por resolver na área da educação.

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) teceu elogios à ação do Governo, nomeadamente na área da economia.

Em declaração política, o Deputado [Pedro Alves](#) (PSD) debruçou-se sobre a reforma do Ministério da Educação, da Inovação e da Ciência que está a ser levada a cabo pelo Governo.

Em declaração política, o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) referiu-se às próximas eleições autárquicas, frisando a importância do poder local.

Foi aprovado o Projeto de Voto n.º 131/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — De pesar pelo trágico acidente do Elevador da Glória, em Lisboa, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 273/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República à Alemanha e 274/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Nova Iorque.

Foram aprovados quatro pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do L, um Deputado do PSD, uma Deputada do PSD e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 16 horas e 2 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 17 (2025.09.18)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 28 e 29/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 169, 172, 177 a 182, 184 a 191, 195 a 202, 206 e 207/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 271, 272, 275 a 290/XVII/1.<sup>a</sup>.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, foi discutido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 167/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria a comissão técnica independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Portugal continental em agosto de 2025, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [André Rijo](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Ricardo Oliveira](#) e [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Amílcar Almeida](#) e [Fernando Queiroga](#) (PSD), [Júlia Rodrigues](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Vaz](#) (PS), [Cristina Vaz Tomé](#) e [Carlos Silva Santiago](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Seco](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS) e [João Ribeiro](#) (CH).

Deu-se conta de três Deputados do PSD e um Deputado do PS que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 11/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 24/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

Foi igualmente aprovado o Projeto de Deliberação n.º 12/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

Foi ainda aprovado o Projeto de Deliberação n.º 13/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 7 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 18 (2025.09.19)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 173, 183, 192 a 194 e 203 a 205/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 291, 292, 297 e 298/XVII/1.<sup>a</sup> e do Inquérito Parlamentar n.º 4/XVII/1.<sup>a</sup>.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 16/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, reduzindo as taxas gerais de IRC e dos Projeto de Lei n.ºs 189/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam apoios sociais para a frequência de creche ou pré-escolar destinados aos dependentes dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, 190/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam seguros de saúde aos animais de companhia dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, 193/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Reduz o IRC e elimina o primeiro escalão da derrama estadual e 194/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Prevê a redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 286/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que promova uma política fiscal que assegure a

redução da carga fiscal de forma justa e equilibrada. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), os Deputados [Patrícia Almeida](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Rui Afonso](#) (CH), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Marina Gonçalves](#) (PS).

Foram debatidas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [12/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, [24/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código de Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho e [28/XVII/1.ª](#) (GOV) — Introduce o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), os Deputados [Carlos Pereira](#) (PS), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Marco Claudino](#) (PSD).

Debateram-se, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [7/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União, e [8/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha, e o Projeto de Lei n.º [204/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o regime jurídico da cibersegurança. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Gonçalo da Cunha Pires), os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Mucho](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP) e [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [25/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais), tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Espírito Santo), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [João Torres](#) (PS), [Paulo Mucho](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Correia](#) (CH) e [Paulo Moniz](#) (PSD).

Foram discutidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [27/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais e os Projetos de Lei n.ºs [171/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto) e [182/XVII/1.ª](#) (L) — Revê a metodologia das ações de estabilização de emergência no pós-fogo, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [256/XVII/1.ª](#) (PCP) — Apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros voluntários e [261/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a adoção e financiamento de medidas de estabilização de emergência dos solos em risco após os incêndios. Proferiram intervenções, a diverso título, além do Ministro da Economia e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), os Deputados [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Miguel Matos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Adriana Rodrigues](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Catarina Salgueiro](#) (CH).

Seguiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Resolução n.º [4/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o plano de intervenção para a floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde», e dos Projetos

de Lei n.ºs [164/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aprova um programa nacional de deseucaliptização, [165/XVII/1.ª](#) (L) — Reconhece que a profissão de bombeiro é de desgaste rápido, e [205/XVII/1.ª](#) (PS) — Procede à revisão do regime da propriedade rústica, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [246/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a profissionalização e formação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, [247/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a contratação de vigilantes da natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, [248/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a valorização da profissão e a contratação de sapadores florestais, [251/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova a reflorestação de Portugal nas áreas ardidas, privilegiando as espécies autóctones, [277/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela utilização de inteligência artificial para a prevenção e deteção de incêndios florestais no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde», e [278/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo encurtamento do prazo de atualização do Inventário Florestal Nacional no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde». Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado das Florestas (Rui Ladeira), os Deputados [José Dotti](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Pinto](#) (L), [Pedro do Carmo](#) (PS), [João Lopes Aleixo](#) (CH), [Hernâni Dias](#) (PSD), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 21 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 19 (2025.09.20)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs [31](#) e [32/XVII/1.ª](#), dos Projetos de Lei n.ºs [208](#) a [212/XVII/1.ª](#), [2015/XVII/1.ª](#) e [217/XVII/1.ª](#), e dos Projetos de Resolução n.ºs [293](#) a [296/XVII/1.ª](#) e [301](#) e [302/XVII/1.ª](#).

Procedeu-se à discussão e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [255/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que rejeite o Regulamento COM/2022/209, conhecido como «Chat Control», que foi rejeitado, [260/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que se oponha, no seio da União Europeia, à aprovação da «Chat Control Law», que foi rejeitado, [282/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a rejeição da proposta de regulamento «Chat Control», que foi rejeitado, [287/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que rejeite a proposta de regulamento da Comissão Europeia (COM/2022/209), conhecido por «Chat Control», que foi rejeitado, [289/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de orientações no que respeita às negociações europeias em curso sobre o regulamento relativo à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças (denominado «Chat Control»), de forma a assegurar a realização equilibrada dos princípios estruturantes do Estado de direito, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Bruno Nunes](#) e [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [João Torres](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Eva Brás Pinho](#) (PSD) e [Paula Santos](#) (PCP).

Procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [87/XVII/1.ª](#) (CH) — Procede à criação de centros de nascimento para reforçar o direito das mulheres grávidas à escolha do local de nascimento, que foi rejeitado, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [279/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um projeto-piloto com vista à criação de unidades de cuidados na maternidade, que foi

aprovado, [285/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda um conjunto de cuidados às mulheres durante e após a gravidez, que foi aprovado, e [288/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Unidades de cuidados na maternidade no Serviço Nacional de Saúde, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Rita Matias](#) (CH), [Irene Costa](#) (PS), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Susana Correia](#) (PS) e [Cristina Vieira Henriques](#) (CH).

Debateu-se e votou-se posteriormente, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [211/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a criação do programa «escolas solares», que foi rejeitado, o Projeto de Lei n.º [206/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável e determina o deferimento tácito do licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 90 dias, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [71/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo soluções que promovem a autonomia energética nacional, através da descentralização no sistema energético, do reforço do armazenamento, da gestão ativa e da criação de microrredes locais e «vales solares», e [276/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética, que foram aprovados. Proferiram intervenções os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Raul Melo](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Carvalho](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ana Silveira](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Bárbara do Amaral Correia](#) (PSD).

Seguiu-se a apreciação do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SA. [[Apreciação Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP, L, BE)], que deu origem aos Projetos de Resolução n.ºs [301/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A., e [302/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto, que aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, S.A., que foram posteriormente rejeitados. Intervieram, além do Ministro das Infraestruturas e Habitação ([Miguel Pinto Luz](#)), os Deputados [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Jorge Pinto](#) (L), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Frederico Francisco](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Filipe Melo](#) (CH) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [84/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de José António Camacho, Deputado à Assembleia Constituinte e antigo governante madeirense, [99/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — De pesar pela morte de Ricardo Neto, pioneiro do cinema de animação em Portugal, [100/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — De pesar pelo falecimento de Fernando Guimarães, poeta, ensaísta e tradutor da literatura portuguesa, [107/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de António Manuel Fernandes Alves e [109/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de Teresa Caeiro, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas. (a)

Foi lido o Projeto de Voto n.º [128/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento do Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pelo Deputado [Armando Mourisco](#) (PS), o Projeto de Voto n.º [143/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de José Junqueiro, tendo sido aprovada, por aclamação, a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [146/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo

falecimento de Jorge Costa, [147/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Manuel Maria Trindade, forçado do Grupo de Forçados Amadores de São Manços e [114/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de sete idosos num incêndio em Mirandela, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas. (a) De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados os Projetos de Voto n.ºs [83/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos 50 Anos da independência de São Tomé e Príncipe, [122/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelos resultados dos atletas portugueses no Campeonato do Mundo de Canoagem de Velocidade e Paracanoagem, [124/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Porto, [125/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 150 anos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã, [134/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação à Seleção Nacional de Hóquei em Patins pela conquista do Campeonato Europeu e [135/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação pelo 40.º aniversário da Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal, CCRL (CONFAGRI).

Em votação na generalidade, foi aprovada a Proposta de Lei n.º [16/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, reduzindo as taxas gerais de IRC e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs [189/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam apoios sociais para a frequência de creche ou pré-escolar destinados aos dependentes dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, [190/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria incentivos para que as empresas atribuam seguros de saúde aos animais de companhia dos seus trabalhadores, alterando o Código do IRC, [193/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Reduz o IRC e elimina o primeiro escalão da derrama estadual e [194/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Prevê a redução das taxas do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, bem como o Projeto de Resolução n.º [286/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova uma política fiscal que assegure a redução da carga fiscal de forma justa e equilibrada.

Procedeu-se à votação das Propostas de Lei n.ºs [12/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, que foi aprovada, na generalidade, [24/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código dos Impostos Especiais de Consumo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei nº73/2010, de 21 de junho, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, e [28/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Introduce o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais, que foi aprovada, na generalidade.

Foram aprovadas, na generalidade, na especialidade e em votação final global, as Propostas de Lei n.ºs [7/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União e [8/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [204/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Aprova o regime jurídico da cibersegurança.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [25/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado

único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais).

Procedeu-se à votação da Proposta de Lei n.º 27/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que estabelece medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões, dos Projetos de Lei n.ºs 171/XVII/1.ª (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto), que foi aprovado, na generalidade, e 182/XVII/1.ª (L) — Revê a metodologia das ações de estabilização de emergência no pós-fogo, que foi rejeitado, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 256/XVII/1.ª (PCP) — Apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros voluntários e 261/XVII/1.ª (L) — Recomenda a adoção e financiamento de medidas de estabilização de emergência dos solos em risco após os incêndios, que foram aprovados, na generalidade.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 4/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o plano de intervenção para a floresta «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 164/XVII/1.ª (PAN) — Aprova um programa nacional de deseucaliptização e 165/XVII/1.ª (L) — Reconhece que a profissão de bombeiro é de desgaste rápido.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.ª (PS) — Proceda à revisão do regime da propriedade rústica.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 246/XVII/1.ª (L) — Recomenda a profissionalização e formação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, 247/XVII/1.ª (L) — Recomenda a contratação de vigilantes da natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e 248/XVII/1.ª (L) — Recomenda a valorização da profissão e a contratação de sapadores florestais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 251/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a reflorestação de Portugal nas áreas ardidas, privilegiando as espécies autóctones.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 277/XVII/1.ª (PAN) — Pela utilização de inteligência artificial para a prevenção e deteção de incêndios florestais no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde» e 278/XVII/1.ª (PAN) — Pelo encurtamento do prazo de atualização do Inventário Florestal Nacional no âmbito da execução do plano «Floresta 2050, Futuro + Verde».

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 176/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de um plano de ação que promova a sustentabilidade, a valorização da produção e o equilíbrio do setor vitivinícola da Região Demarcada do Douro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 180/XVII/1.ª (PCP) — Define medidas de emergência social para o distrito do Porto face a situações de exclusão e pobreza extrema.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 119/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para o cumprimento interno do regulamento europeu relativo aos mercados de criptoativos e 179/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aprove com urgência o diploma que assegura a execução nacional do regulamento europeu para o setor dos criptoativos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 234/XVII/1.ª (CH) — Pela majoração da dotação do Programa de Preparação Olímpica e Paralímpica 2026-2029 e pela revisão do modelo de financiamento do desporto nacional.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [139/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo o reforço da oferta pública de residências para estudantes no distrito do Porto e [140/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pela urgente recuperação dos edifícios escolares públicos no distrito do Porto.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [125/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a revisão do regime de mobilidade por doença, assegurando igualdade de tratamento aos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, à semelhança dos docentes em situação de monoparentalidade, e [204/XVII/1.ª](#) (PCP) — Alteração do regime de mobilidade por doença.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [186/XVII/1.ª](#) (PS) — Reintegração da Pousada de Elvas na rede nacional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [188/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional para a gestão integrada de festejos desportivos e proteção da atividade comercial associada.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [85/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [157/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a identificação das lacunas da proteção jurídica dos animais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [91/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [98/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [106/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º [112/XVII/1.ª](#) (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução.

Debateram-se os Projetos de Lei n.ºs [42/XVII/1.ª](#) (BE) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição no Código do Trabalho, [188/XVII/1.ª](#) (PCP) — Cria o subsídio de alimentação no setor privado, [191/XVII/1.ª](#) (PAN) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição para os trabalhadores do sector privado, procedendo à alteração do Código de Trabalho e [195/XVII/1.ª](#) (CH) — Garante aos trabalhadores do sector privado o direito ao subsídio de refeição, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [280/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento do subsídio de refeição dos trabalhadores da Administração Pública a partir de 1 de janeiro de 2026 e [283/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que aumente o subsídio de refeição, tendo usado a palavra, a diverso título, os Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Felicidade Vital](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Ana Bernardo](#) (PS), [Lina Pinheiro](#) (CH) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Foram ainda apreciados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [1/XVII/1.ª](#) (PAN) — Alarga as garantias de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, procedendo à alteração de

diversos diplomas, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 9/XVII/1.ª (PAN) — Pela adoção de um plano nacional de combate à violência sexual baseada em imagens, e ainda, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 27/VII/1.ª (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (10.ª alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), 126/XVII/1.ª (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, 187/XVII/1.ª (CH) — Altera as regras de suspensão provisória do processo relativamente a processos por crime de violência doméstica, garantindo mais direitos à vítima, 197/XVII/1.ª (L) — Cria o mecanismo especial de reparação a vítimas de violência doméstica, 198/XVII/1.ª (L) — Alarga a proteção das vítimas de violência doméstica através da modificação das condições do subsídio de reestruturação familiar, 199/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica, 201/XVII/1.ª (BE) — Apoio à renda e apoio jurídico para vítimas de violência doméstica (alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro), 202/XVII/1.ª (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código do Processo Penal), 207/XVII/1.ª (PS) — Reforça os instrumentos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica e Projeto de Resolução n.º 31/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro. Intervieram, a diverso título, os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *Paula Santos* (PCP), *Cristina Rodrigues* (CH), *Filipa Pinto* (L), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Elza Pais* (PS), *Filipe Sousa* (JPP), *Sandra Pereira* (PSD), *Patrícia Faro* (PS), *Idalina Durães* (CH) e *Angélique Da Teresa* (IL).

O Presidente (*Rodrigo Saraiva*) encerrou a sessão eram 14 horas e 58 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 20 (2025.09.25)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à renúncia ao mandato por um Deputado do CH e à suspensão do mandato da Deputada do BE e respetivas substituições.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 33 e 34/XVII/1.ª, do Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 213, 214, 216 e 218 a 231/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 299, 300 e 303 a 308 /XVII/1.ª.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 224.º-A do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (*Luís Montenegro*) sobre «Impulso reformista e credibilidade económica e financeira». Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados *André Ventura* (CH), *José Luís Carneiro* (PS), *Mariana Leitão* (IL), *Rui Tavares* (L), *Paulo Raimundo* (PCP), *Andreia Galvão* (BE), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Filipe Sousa* (JPP), *Paulo Núncio* (CDS-PP), *Hugo Soares* e *João Pedro Louro* (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 181/XVII/1.ª (L) — Alarga o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, 192/XVII/1.ª (PAN) — Alarga o universo de

beneficiários do regime de crédito bonificado à habitação e aumenta o montante máximo dos empréstimos elegíveis no âmbito desse regime, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, e [203/XVII/1.ª](#) (BE) — Alarga a proteção das pessoas com deficiência no acesso ao regime do crédito bonificado à habitação, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [284/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que inclua no mapeamento e na distribuição de habitação um critério que facilite o acesso à habitação às famílias com membros do agregado familiar com mobilidade reduzida. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Marina Gonçalves](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Andreia Galvão](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Eduardo Teixeira](#) (CH) e [João Antunes dos Santos](#) (PSD).

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.ºs [221/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de garantia para assegurar o pagamento direto do diferencial das passagens aéreas abrangidas pelo subsídio social de mobilidade e [271/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de garantia financeira que assegure que os residentes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores pagam apenas o valor fixo das passagens aéreas. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Ana Martins](#) e [Francisco Gomes](#) (CH), [Andreia Galvão](#) (BE), [Sofia Canha](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Moniz](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Vânia Jesus](#) (PSD).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 59 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 21 (2025.09.26)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 232/XVII/1.ª.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo CH, procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [124/XVII/1.ª](#) (CH) — Atribui a qualificação de profissão de desgaste rápido, bem como a atribuição de subsídio de risco, aos bombeiros de associações humanitárias e aos sapadores florestais, que foi rejeitado, [144/XVII/1.ª](#) (CH) — Define o regime de horário de trabalho dos bombeiros sapadores das autarquias locais e reconhece a profissão como de risco e de desgaste rápido, bem como o regime de aposentação ou reforma, que foi rejeitado, [168/XVII/1.ª](#) (CH) — Determina a proibição da comercialização de madeira ardida resultante dos incêndios florestais, que foi rejeitado, [169/XVII/1.ª](#) (CH) — Aprova medidas de proteção aos povoamentos florestais percorridos por incêndios, que foi rejeitado, [173/XVII/1.ª](#) (CH) — Aumenta a moldura penal do crime de incêndio florestal e equipara os incendiários a terroristas, que foi rejeitado, [211/XVII/1.ª](#) (CH) — Estrutura dos quadros das associações humanitárias de bombeiros, carreira e estatuto remuneratório dos bombeiros voluntários, que foi rejeitado, do Projeto de Resolução n.º [252/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda a criação de um fundo nacional de proteção às famílias dos bombeiros das associações humanitárias, destinado a apoiar os agregados afetados por morte ou incapacidade em serviço, que foi rejeitado, dos Projetos de Lei n.ºs [133/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reconhece a profissão de bombeiro como de risco e desgaste rápido (oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 106/2002, de

13 de abril), que foi rejeitado, [163/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Torna obrigatória a imposição de pulseira eletrónica aos condenados pela prática do crime de incêndio florestal que estão em liberdade, alterando o Código Penal, que foi rejeitado, [172/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforça os direitos e regalias dos bombeiros, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses no território nacional e à quarta alteração à Lei n.º 94/2015, de 13 de agosto, que define as regras do financiamento das associações humanitárias de bombeiros, que foi aprovado, [230/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Atribui aos bombeiros o estatuto de profissão de risco e de desgaste rápido, confere o direito ao subsídio de risco e penosidade e à cumulação de suplementos remuneratórios e antecipa a idade da reforma, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs [305/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de uma unidade de missão para a reorganização estrutural do setor operacional dos bombeiros, que foi aprovado, [306/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da Reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios, que foi aprovado, e [307/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda a valorização profissional dos bombeiros e o reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros. Após a intervenção inicial do Deputado [Pedro Pinto](#) (CH), usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [António Rodrigues](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Andreia Galvão](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [André Rijo](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Eliseu Neves](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Pedro do Carmo](#) (PS), [Manuela Tender](#) (CH), [Dália Miranda](#) (PS) e [Fernando Queiroga](#) (PSD).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 47 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 22 (2025.09.27)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Resolução n.º 309/XVII/1.<sup>a</sup>.

Foi anunciada a eleição para um Secretário da Mesa da Assembleia da República, a decorrer na Sala do Senado.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo Livre, procedeu-se à discussão e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [218/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Reforça os mecanismos de autoexclusão em todas as plataformas licenciadas de jogos e apostas online, que foi rejeitado, [219/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Proíbe a publicidade a jogos e apostas por figuras públicas e influenciadores digitais, [220/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Proíbe o patrocínio de eventos e competições por entidades que explorem jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, [221/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Limita a publicidade a jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, [222/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Obrigatoriedade da inclusão de advertências sobre o potencial de adição em todos os jogos de azar, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Economia e Coesão Territorial, sem votação, por 90 dias, [223/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Cria o programa nacional para os comportamentos aditivos sem substância, que foi rejeitado, [224/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Proíbe a venda de bilhetes de lotarias e de lotaria instantânea nos estabelecimentos de saúde, que foi rejeitado, [228/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Reforça a literacia e consciencialização dos cidadãos para os riscos do jogo e reforça os mecanismos de combate

ao jogo patológico, alterando diversos diplomas, que foi rejeitado, [229/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Põe fim às apostas hípcas, alterando o Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online e a Lei Orgânica do Instituto do Turismo de Portugal, I.P., que foi rejeitado, [231/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Estabelece limites à publicidade dos jogos e apostas (alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de outubro), que foi rejeitado, [232/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Prevenção da adição do jogo de lotaria instantânea (altera o Decreto-Lei n.º 314/94, de 23 de dezembro), que foi rejeitado, e do Projeto de Resolução n.º [303/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas reforçadas em matéria de proteção dos consumidores, combate ao jogo ilegal, modernização da regulação e mais investimento no interior, que foi aprovado.

Após a intervenção inicial do Deputado [Paulo Muacho](#) (L), usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Catarina Louro](#) (PS), [Pedro Tavares](#) (CH), [Ricardo Carlos](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Carolina Marques](#) e [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Andreia Galvão](#) (BE), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Bruno Faria](#) (PSD), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Armando Mourisco](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Miguel Rangel](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [José Lago Gonçalves](#) (PSD), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Sofia Machado Fernandes](#) (PSD), [Cláudia Estevão](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Cristina Vaz Tomé](#) (PSD), [Hugo Costa](#) (PS) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [144/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Nuno Portas e [150/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de João Carlos Barreiras Duarte, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs [153/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação ao atleta Isaac Nader pela conquista da medalha de ouro nos Mundiais de Atletismo de Tóquio, [154/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação ao atleta Pedro Pichardo pela conquista da medalha de ouro nos Mundiais de Atletismo de Tóquio, [158/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos da entrada das primeiras mulheres na Escola Superior Náutica Infante D. Henrique e [159/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da Sociedade Portuguesa de Autores.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [290/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Angola.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [139/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Altera a Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, que aprova o regime de concessão de crédito bonificado à habitação a pessoas com deficiência, [181/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Alarga o regime de concessão de crédito bonificado à habitação aos membros do agregado familiar que coabitam com a pessoa com deficiência, [192/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga o universo de beneficiários do regime de crédito bonificado à habitação e aumenta o montante máximo dos empréstimos elegíveis no âmbito desse regime, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 64/2014, de 26 de agosto, e [203/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Alarga a proteção das pessoas com deficiência no acesso ao regime do crédito bonificado à habitação.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [284/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que inclua no mapeamento e na distribuição de habitação um critério que facilite o acesso à habitação às famílias com membros do agregado familiar com mobilidade reduzida.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [221/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de garantia para assegurar o pagamento direto do diferencial das passagens aéreas abrangidas pelo subsídio social de mobilidade e [271/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um mecanismo de garantia financeira que assegure que os residentes das Regiões Autónomas da Madeira e Açores pagam apenas o valor fixo das passagens aéreas.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [42/XVII/1.ª](#) (BE) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição no Código do Trabalho, [188/XVII/1.ª](#) (PCP) — Cria o subsídio de alimentação no setor privado, [191/XVII/1.ª](#) (PAN) — Consagra o direito ao pagamento do subsídio de refeição para os trabalhadores do setor privado, procedendo à alteração do Código do Trabalho, [195/XVII/1.ª](#) (CH) — Garante aos trabalhadores do setor privado o direito ao subsídio de refeição, [280/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento do subsídio de refeição dos trabalhadores da Administração Pública a partir de 1 de janeiro de 2026 e [283/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que aumente o subsídio de refeição.

Foram votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º [1/XVII/1.ª](#) (PAN) — Alarga as garantias de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, procedendo à alteração de diversos diplomas, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [9/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela adoção de um plano nacional de combate à violência sexual baseada em imagens, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [27/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforça as medidas de proteção das vítimas de violência doméstica (décima alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [126/XVII/1.ª](#) (CH) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [187/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera as regras de suspensão provisória do processo relativamente a processos por crime de violência doméstica, garantindo mais direitos à vítima, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [197/XVII/1.ª](#) (IL) — Assegura a nomeação de patrono em escalas de prevenção para as vítimas de violência doméstica, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [198/XVII/1.ª](#) (L) — Alarga a proteção das vítimas de violência doméstica através da modificação das condições do subsídio de reestruturação familiar, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [199/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344/66, de 25 de novembro, criando a indignidade sucessória dos condenados por crimes de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [201/XVII/1.ª](#) (BE) — Apoio à renda e apoio jurídico para vítimas de violência doméstica (alteração ao Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro), que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º [202/XVII/1.ª](#) (BE) — Proteção das vítimas de violência sexual com base em imagens (altera o Código Penal e o Código de Processo Penal), que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [207/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça os instrumentos de proteção e apoio às vítimas de violência doméstica, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [31/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um plano de ação e investimento para a prevenção e combate à violência doméstica e no namoro, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [136/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e requalificação da Igreja de São Sebastião, em Lagos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [184/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de preservação do património classificado em Lagos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [192/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a deslocalização do Museu Militar do Porto para, no Edifício do Heroísmo, instalar o Museu da Resistência Antifascista no Porto.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [123/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reconhecimento do Saara Ocidental como território soberano do Reino de Marrocos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 224/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) – Recomenda ao Governo a constituição de uma estrutura de missão para avaliar, de forma estudada e verificada, «quanto custa viver nas ilhas».

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 189/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede de postos de atendimento nas cidades de maior densidade de emigração portuguesa.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 194/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) – Em defesa da Comunidade Bahá'í no Irão e pela condenação da repressão do regime iraniano.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 262/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que restabeleça o fornecimento comercial de armamentos a Israel, abandone o embargo vigente e se exima de atos inamistosos contra Telavive.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 222/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação dos direitos humanos e liberdades fundamentais em Angola.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 263/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a interdição, a Alexandre de Moraes, de entrada em território português em virtude da campanha por ele dirigida contra a liberdade, a democracia e os direitos fundamentais do povo brasileiro.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 265/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que classifique o Cartel de los Soles como organização terrorista internacional.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 181/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que reforce o compromisso de Portugal com a aplicação do imposto mínimo global de 15 % sobre os lucros das grandes multinacionais, face à recente decisão do G7 de isentar os Estados Unidos da sua aplicação.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 149/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que ative mecanismos urgentes para o acolhimento de crianças provenientes da Faixa de Gaza em necessidade de cuidados médicos especializados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 105/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas.

Por último, foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Resolução n.º 71/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo soluções que promovem a autonomia energética nacional, através da descentralização no sistema energético, do reforço do armazenamento, da gestão ativa e da criação de microrredes locais e «vales solares».

Deu-se conta da não eleição para Secretário da Mesa do candidato [Francisco Gomes](#), proposto pelo CH.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 23 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Inquérito Parlamentar n.º 6/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 311 e 312/XVII/1.<sup>a</sup>.

Foram discutidos os Inquéritos Parlamentares n.ºs [3/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito sobre a prevenção e o combate aos fogos florestais ocorridos no verão de 2025, [4/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Comissão parlamentar de inquérito aos negócios dos incêndios rurais, [5/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Constituição de comissão parlamentar de inquérito aos incêndios rurais no Norte e Centro de Portugal e [6/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito aos incêndios rurais de 2025. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Andreia Galvão](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Fernando Queiroga](#) (PSD), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [André Rijo](#) (PS), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Amílcar Almeida](#) (PSD), [Joana Lima](#) (PS) e [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [11/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Visa dar cumprimento à transposição da Diretiva n.º 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [314/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação do programa nacional de resiliência sísmica e o reforço da fiscalização e da prevenção sísmica na construção e reabilitação urbana. Intervieram no debate, a diverso título, além da Secretária de Estado da Habitação ([Patrícia Gonçalves Costa](#)), os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Bruno Nunes](#) (CH), [Frederico Francisco](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Marta Martins da Silva](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram apreciadas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [15/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Reforça as penalizações decorrentes das infrações ao Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro, e estabelece a proibição dos maquinistas de desempenhar funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, e [17/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico que regula determinados aspetos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e a transpor para a ordem jurídica interna várias diretivas. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Mobilidade ([Cristina Pinto Dias](#)), os Deputados [Patrícia Almeida](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Andreia Galvão](#) (BE), [Bruno Faria](#) (PSD), [José Carlos Barbosa](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Raúl Melo](#) (CH), [Francisco Covelinhas Lopes](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

O Presidente encerrou a sessão em 17 horas e 22 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 24 (2025.10.01)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 35/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 233 a 235/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 310 e 313 a 316/XVII/1.<sup>a</sup>.

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º [6/XVII](#) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, tendo sido aprovado, na especialidade, um novo decreto com as alterações introduzidas, proferiram intervenções, além do Ministro da

Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [António Rodrigues](#) (PSD), [Andreia Galvão](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Rita Matias](#) (CH).

Ao abrigo do [artigo 213.º-A](#) do Regimento, foi apreciada a Conta Geral do Estado de 2023, tendo usado da palavra, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), os Deputados [João Ribeiro](#) (CH), [Pedro Coelho](#) (PSD), [Andreia Galvão](#) (BE), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Foi debatida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [26/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autorização legislativa que estabelece o regime especial aplicável às embarcações de alta velocidade e fixa o respetivo regime sancionatório. Usaram da palavra, além da Ministra da Justiça (Rita Júdice), os Deputados [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Francisco José Martins](#) (PSD), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal e a autorizar o levantamento de imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

Foi lido o Projeto de Voto n.º [165/XVII/1.ª](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento do ator Luís Alberto, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [316/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [307/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda a valorização profissional dos bombeiros e o reforço do investimento na proteção civil e nos corpos de bombeiros.

Foram rejeitados os Inquéritos Parlamentares n.ºs [3/XVII/1.ª](#) (BE) — Comissão eventual de inquérito sobre a prevenção e o combate aos fogos florestais ocorridos no verão de 2025, [5/XVII/1.ª](#) (JPP) — Constituição de comissão parlamentar de inquérito aos incêndios rurais no Norte e Centro de Portugal, e [6/XVII/1.ª](#) (PAN) — Constituição de uma comissão parlamentar de inquérito aos incêndios rurais de 2025.

Foram aprovadas, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [11/XVII/1.ª](#) (GOV) — Visa dar cumprimento à transposição da Diretiva n.º 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, [15/XVII/1.ª](#) (GOV) — Reforça as penalizações decorrentes das infrações ao Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro e estabelece a proibição dos maquinistas de desempenhar funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, e [17/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico que regula determinados aspetos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e a transpor para a ordem jurídica interna várias diretivas.

Em votação final global, foram aprovadas as Propostas de Resolução n.ºs [1/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Segurança da Navegação e Náutica de Recreio no Troço Internacional do Guadiana, feito em Faro a 23 de outubro de 2024, [2/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Guadiana (TIRG), feito em Faro, em 23 de outubro de 2024, e [3/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República da África do Sul de Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Pretória, a 6 de junho de 2023.

Foi aprovada a Conta Geral do Estado de 2023.

Foi aprovada, na generalidade, especialidade, e votação final global, a Proposta de Lei n.º 26/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autorização legislativa que estabelece o regime especial aplicável às embarcações de alta velocidade e fixa o respetivo regime sancionatório.

Foi aprovado o Orçamento da Assembleia da República para 2026.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 232/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a proteção dos animais selvagens afetados pelos incêndios florestais de 2025, 74/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a reabilitação urgente da EN 268 nos acessos rodoviários e pedonais à Vila de Sagres, e 201/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que solicite à Comissão Europeia uma derrogação ao abrigo da Diretiva 92/83/CEE para isentar do imposto especial de consumo as bebidas espirituosas produzidas a partir de cana-de-açúcar na Região Autónoma da Madeira.

Em votação final global, foram aprovados os textos finais, apresentados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdade e Garantias, relativos às Propostas de Lei n.ºs 8/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a adaptar a ordem jurídica interna ao Regulamento (UE) 2021/784 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2021, relativo ao combate à difusão de conteúdos terroristas em linha, e 7/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a transpor a Diretiva (UE) 2022/2555, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de cibersegurança na União, tendo sido igualmente aprovado um requerimento oral, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 16 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 25 (2025.10.16)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 176, 236 a 246, 249 a 253, 255, 258 a 260, 262 a 273, 275 a 278 e 280/XVII/1.<sup>a</sup>; das Propostas de Lei n.ºs 36 e 37/XVII/1.<sup>a</sup>; e dos Projetos de Resolução n.ºs 317, 319 a 321, 324 a 332, 334 a 336, 338 a 339, 341, 347 e 350 a 353/XVII/1.<sup>a</sup>.

Em declaração política, o Deputado **Eurico Brilhante Dias** (PS) fez um balanço sobre os resultados das eleições autárquicas de 12 de outubro, tendo posteriormente respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados **Hugo Soares** (PSD), **Rui Rocha** (IL), **Pedro Pinto** (CH), **Paula Santos** (PCP) e **Paulo Muacho** (L).

Em declaração política, o Deputado **Miguel Rangel** (IL) analisou os resultados da Iniciativa Liberal no contexto das eleições autárquicas. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Andreia Bernardo** (PSD), **Patrícia Almeida** (CH), **Jorge Pinto** (L) e **Eurico Brilhante Dias** (PS).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, nas galerias, de dois Deputados do Estado de Santa Catarina do Brasil, que foram aplaudidos pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado **Rui Tavares** (L), após ter felicitado os vencedores das últimas eleições autárquicas, condenou a nova metodologia do Governo no âmbito do Orçamento do Estado para 2026. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos

Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Cardoso](#) (CH), [Alberto Fonseca](#) (PSD) e [António Mendonça Mendes](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Alfredo Maia](#) (PCP) apelou à rejeição da reforma da legislação laboral apresentada pelo Governo. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Andreia Galvão](#) (BE), [Bruno Nunes](#) (CH), [Carla Barros](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Hugo Oliveira](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) destacou os resultados que o seu partido alcançou nas últimas eleições autárquicas, tendo sublinhado a sua presença em todo o território nacional. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Rui Jorge Santos](#) (PS) e [Ricardo Araújo](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Alves](#) (PSD) congratulou o seu partido pelo bom resultado obtido nas eleições autárquicas. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Jorge Botelho](#) (PS) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Rui Cristina](#) (CH) falou sobre Albufeira, onde foi eleito presidente da câmara, e dos objetivos do seu partido para o poder local. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [André Rijo](#) (PS) e [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Filipe Sousa](#) (JPP) criticou a forma como o Governo tem procedido à descentralização, referindo as diferenças entre o poder central e o poder regional, tendo, no final, parabenizado os vencedores das eleições autárquicas. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Neves](#) (PSD), [Sofia Canha](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L) e [Francisco Gomes](#) (CH).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 15 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 26 (2025.10.17)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 254, 256 e 281/XVII/1.<sup>a</sup>

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, sobre «Educação», foram discutidos, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 214/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Aprova o regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, e o Projeto de Deliberação n.º 14/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Solicita ao Conselho Nacional de Educação a elaboração de um estudo que perspetive a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, que foi aprovado, juntamente com as seguintes iniciativas, votadas na generalidade: os Projetos de Resolução n.ºs 293/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que estabeleça mecanismos permanentes de monitorização, acompanhamento e avaliação no âmbito da transferência de competências para os municípios na educação, que foi rejeitado, 294/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão estruturada e abrangente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência, que foi aprovado, 291/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados, que foi aprovado, 295/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que

garanta o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado pelos docentes do ensino superior nas mesmas circunstâncias das previstas no Decreto-Lei n.º 51/2024, de 28 de agosto, que foi aprovado, e [296/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a correção das ultrapassagens na progressão da carreira, assegurando a contabilização de todo o tempo de serviço dos professores, que foi aprovado; os Projetos de Lei n.ºs [253/XVII/1.ª](#) (PAN) — Consagra a possibilidade de existirem dois encarregados de educação dos alunos no caso de residência alternada, procedendo à alteração à Lei n.º 51/2012, de 5 de setembro, que foi rejeitado, [256/XVII/1.ª](#) (PCP) — Gestão democrática dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Educação e Ciência, sem votação, por 90 dias, e [258/XVII/1.ª](#) (JPP) — Aproxima o regime de mobilidade por doença à sua natureza de proteção e equipara a prioridade dos docentes cuidadores de filhos com deficiência profunda, procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 41/2022, de 17 de junho (na redação do Decreto-Lei n.º 43/2025, de 15 de abril), [265/XVII/1.ª](#) (BE) — Regime de direção, gestão e administração dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário (altera o Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril), [266/XVII/1.ª](#) (BE) — Cria a carreira especial de técnico auxiliar de educação, [272/XVII/1.ª](#) (L) — Autonomiza a carreira especial dos inspetores da educação e [273/XVII/1.ª](#) (L) — Garante justiça e formação nos estágios do mestrado em Ensino, tendo sido todos rejeitados; e os Projetos de Resolução n.ºs [66/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que reponha a justiça e a equidade na carreira docente, que foi aprovado, [325/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a regularização dos vínculos laborais precários dos técnicos especializados em estabelecimentos de ensino público e [332/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda a adoção de medidas de valorização dos trabalhadores da educação e da escola pública, que foram rejeitados, [350/XVII/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a correção de injustiças na carreira docente e [351/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização das tarefas educativas dos assistentes técnicos e assistentes operacionais das escolas, que foram aprovados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Porfirio Silva](#) (PS), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Manuela Tender](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Andreia Galvão](#) (BE), [Pedro Tavares](#) (CH), [Manuela Carvalho](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Joaquim Barbosa](#) e [Célia Freire](#) (PSD), [José Carvalho](#) (CH), [Sofia Pereira](#) (PS), [João Tilly](#) (CH), [João Pedro Louro](#) e [Pedro Alves](#) (PSD), [Sofia Canha](#) (PS), [Rui Cardoso](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [Aida Carvalho](#) (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 40 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 27 (2025.10.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 30 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Deliberação n.ºs 15 e 16/XVII/1.ª, que foram posteriormente aprovados, da Apreciação Parlamentar n.º 2/XVII/1.ª e dos Projetos de Resolução n.ºs 344 e 354/XVII/1.ª.

Foram discutidas em conjunto, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 14/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Estatuto da Pessoa Idosa, que foi aprovada, e os Projetos de Lei

n.ºs [251/XVII/1.ª](#) (PCP) — Carta dos direitos fundamentais dos reformados, pensionistas e idosos, [259/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aprova a carta dos direitos da pessoa idosa, que foi rejeitado, [260/XVII/1.ª](#) (PAN) — Criminaliza o abandono de pessoa idosa e operacionaliza o seu direito de proteção contra a violência, procedendo à alteração do Código Penal e do Código Civil, que foi rejeitado, [271/XVII/1.ª](#) (CH) — Reforça a proteção dos idosos que sejam vítimas de crimes, que foi rejeitado, [274/XVII/1.ª](#) (L) — Aprova a carta dos direitos da cidadania sénior, que foi rejeitado, e [277/XVII/1.ª](#) (PS) — Estabelece o regime de apoio à autonomia, saúde e segurança das pessoas idosas, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [343/XVII/1.ª](#) (BE) — Pelo reconhecimento de direitos e por uma maior proteção e participação das pessoas idosas, que foi rejeitado, e [346/XVII/1.ª](#) (CH) — Reconhecimento do dia 22 de dezembro como o «Dia nacional de respeito pelos idosos», que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão (Clara Marques Mendes), os Deputados [Patrícia Faro](#) (PS), [Armando Grave](#) (CH), [Helga Correia](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Galveias](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Andreia Galvão](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Sónia Margarida Fernandes](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, e posterior aprovação, das Propostas de Lei n.ºs [29/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2024/886, no que diz respeito às transferências a crédito imediatas em euros, [31/XVII/1.ª](#) (GOV) — Executa na ordem jurídica interna o artigo 38.º do Regulamento (UE) 2023/1113, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e de determinados criptoativos, e altera a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, e [32/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2023/1114, relativo aos mercados de criptoativos e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, e (UE) n.º 1095/2010 e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/1937, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [337/XVII/1.ª](#) (PAN) — Por políticas de combate à publicidade enganosa de criptoativos em plataformas de redes sociais, em cumprimento do Regulamento (UE) 2023/1114 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de maio de 2023. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Paulo Seco](#) (CH), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP) e [Martim Syder](#) (PSD).

Debateu-se, na generalidade, e foi posteriormente aprovado, o Projeto de Lei n.º [47/XVII/1.ª](#) (CH) — Proíbe a ocultação do rosto em espaços públicos salvo determinadas exceções. Intervieram os Deputados [André Ventura](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Andreia Galvão](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Andreia Neto](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Madalena Cordeiro](#) (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [169/XVII/1.ª](#) (PAN) — De pesar pelo falecimento de Jane Goodall, [176/XVII/1.ª](#) (PAR) — De pesar pela morte de Fernando Paulouro Neves, e [177/XVII/1.ª](#) (PAR) — De pesar pela morte de Catarina de Albuquerque, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [175/XVII/1.ª](#) (PAR) — De saudação à delegação portuguesa nos Campeonatos Mundiais de Atletismo Paralímpico a).

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [318/XVII/1.ª](#) (CAE) — Parecer sobre a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento n.º 1141/2014, de 22 de outubro de 2014, relativo ao estatuto e financiamento dos partidos políticos e das fundações políticas europeias (Reformulação) COM(2021) 734.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [72/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a conclusão urgente das obras nas imediações envolventes do Santuário de Nossa Senhora de Aires, em Viana do Alentejo.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 235/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a urgente recuperação, reabilitação e valorização do Castelo de Santo Estêvão, em Chaves.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 158/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que defina uma estratégia para responder à falta de oficiais de justiça e à dignificação das respetivas carreiras e 168/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que conclua o processo de revalorização da carreira especial de oficial de justiça.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativos aos Projetos de Resolução n.ºs 134/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação imediata de uma linha de crédito financeiro aos viticultores da Região Demarcada do Douro (RDD) e outras medidas, 124/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a criação de uma linha de apoio financeiro aos pequenos e médios agricultores da Região Demarcada do Douro, no contexto da crise vitivinícola, 150/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a reorganização voluntária da produção vitivinícola na Região Demarcada do Douro com realocação dos direitos de benefício, 261/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoção e financiamento de medidas de estabilização de emergência dos solos em risco após os incêndios, 246/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a profissionalização e formação dos agentes do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, 247/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a contratação de vigilantes da natureza pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 277 e 278/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a utilização de inteligência artificial para a prevenção e deteção de incêndios florestais e o encurtamento do prazo de atualização do Inventário Florestal Nacional no âmbito da execução do Plano «Floresta 2050, Futuro + Verde» e 171/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforça medidas urgentes de apoio às vítimas dos incêndios (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto).

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativos aos Projetos de Resolução n.ºs 256/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Apoio extraordinário às associações humanitárias de bombeiros voluntários e 289/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de orientações no que respeita às negociações europeias em curso sobre o regulamento relativo à prevenção e combate ao abuso sexual de crianças (denominado ChatControl), de forma a assegurar a realização equilibrada dos princípios estruturantes do Estado de direito.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativos às Propostas de Lei n.ºs 16/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, reduzindo as taxas gerais de IRC e 12/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, tendo sido rejeitados dois requerimentos, apresentados pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, e 28/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Introduce o regime de grupos de IVA, que consiste na consolidação dos saldos do IVA a pagar ou recuperar por parte dos membros de um grupo de entidades, unidas por vínculos financeiros, económicos e organizacionais, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar dois Deputados do PSD a intervir em tribunal.

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º 206/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Medidas para garantir os professores a todos os estudantes e valorizar os professores e educadores, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 268/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Regime de compensação a docentes deslocados (altera o Decreto-Lei n.º 57-A/2024, de 13 de setembro), e ainda os Projetos de Resolução n.ºs 58/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela valorização dos professores que não irão beneficiar

do descongelamento da carreira de docente, [237/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos professores, [326/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para assegurar o rejuvenescimento da profissão docente e [344/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Valorização da carreira docente e profissionalização em serviço. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Andreia Galvão](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipa Pinto](#) (L), [José Barreira Soares](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Carolina Marques](#) (PSD), [Rui Fernandes](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Porfírio Silva](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Apreciou-se o Projeto de Resolução n.º [249/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República um novo regime excepcional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras, por via de um aditamento ao Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [212/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Aumenta o valor da retribuição-base e estabelece o direito à percepção de subsídio de turno e de diuturnidades por parte dos bombeiros que integram as equipas de intervenção permanente e [262/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria um regime excepcional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras e assegura a valorização dos bombeiros e os seus direitos, procedendo à alteração de diversos diplomas, na generalidade, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [245/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a valorização dos bombeiros das associações humanitárias de bombeiros, [327/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Valorização da carreira de bombeiro sapador, [338/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, proceda à criação de um regime excepcional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras e [347/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a valorização da profissão de bombeiro. Proferiram intervenções os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Bruno Nunes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [André Rijo](#) (PS), [Andreia Galvão](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Antunes dos Santos](#) (PSD) e [Luís Paulo Fernandes](#) (CH).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 14 horas e 9 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 28 (2025.10.28)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à retoma de mandato de uma Deputada do BE e à suspensão do mandato e substituição de dois Deputados do PS e de um Deputado do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 38/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 257, 261, 282 a 284 e 286 a 291/XVII/1.<sup>a</sup>, e dos Projetos de Resolução n.ºs 322, 323, 333, 340, 342, 345, 348, 349, 355 e 356 a 360/XVII/1.<sup>a</sup>.

Iniciou-se a apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [37/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Orçamento do Estado para 2026. Usaram da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sofia Pereira](#) (PS),

*Pedro Pinto (CH), Paula Santos (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Isaura Morais (PSD), Porfírio Silva (PS), Marta Martins da Silva (CH), Susana Correia (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), Luís Moreira Testa (PS), Pedro dos Santos Frazão (CH), Marina Gonçalves (PS), Alfredo Maia (PCP), Pedro Alves (PSD), Paulo Muacho (L), Hugo Costa (PS), João Pedro Louro (PSD), Júlia Rodrigues (PS), Maria José Aguiar (CH), Miguel Rangel (IL), Pedro Coelho (PSD), Frederico Francisco (PS), Paulo Moniz (PSD), Francisco César (PS), Cristina Rodrigues (CH), Sofia Canha (PS), Bruno Vitorino (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Nuno Fazenda, Carlos Pereira, Paulo Lopes Silva e Eduardo Pinheiro (PS), Paulo Lopes Marcelo (PSD), Rui Jorge Santos (PS), Marco Claudino (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), Filipa Pinto (L), Bruno Nunes e Nuno Simões de Melo (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Ricardo Lopes Reis e Francisco Gomes (CH) e Paulo Neves (PSD).*

*A Presidente (Teresa Morais) encerrou a sessão eram 19 horas e 53 minutos.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 29 (2025.10.29)**

### **SUMÁRIO**

*O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 10 horas, manifestou a sua consternação pela morte de um militar da GNR no cumprimento de uma missão de combate ao tráfico de droga, prestando homenagem de reconhecimento e agradecimento a quem perdeu a vida nesse combate, e apresentou as suas condolências à família e à GNR, tendo sido aplaudido pela Câmara.*

*Concluiu-se o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Orçamento do Estado para 2026, que foi aprovada. Usaram da palavra, a diverso título, além dos Ministros de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), da Economia e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida), do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho) e do Ambiente e Energia (Maria da Graça Carvalho), os Deputados António Mendonça Mendes (PS), Eduardo Teixeira (CH), Mariana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Mário Amorim Lopes (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), Alberto Fonseca (PSD), Miguel Matos (PS), Patrícia Almeida (CH), Almiro Moreira (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Pedro Pessanha (CH), Filipe Sousa (JPP), Luís Paulo Fernandes (CH), Mariana Vieira da Silva (PS), Miguel Guimarães (PSD), Rui Paulo Sousa (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Pedro Coimbra (PS), Filipe Melo (CH), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Paula Santos (PCP), Jorge Botelho (PS), Eliseu Neves (CH), Cristina Vaz Tomé (PSD), Miguel Rangel (IL), Armando Mourisco (PS), José Barreira Soares (CH), Patrícia Gonçalves (L), Vanessa Barata (CH), André Rijo (PS), Jorge Pinto (L), Miguel Cabrita (PS), Carla Barros (PSD), Patrícia Nascimento (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Jorge Galveias (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Rui Cardoso (CH), Elza Pais (PS), Helga Correia (PSD), Alexandre Poço (PSD), Pedro Pinto (CH), Rui Rocha (IL), Ana Martins (CH), Paulo Moniz (PSD), Joana Cordeiro (IL), Francisco Sousa Vieira (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Gonçalo Lage (PSD), Pedro Vaz (PS), Carlos Cação (PSD), Luís Graça (PS), João Paulo Graça (CH), Bárbara do Amaral Correia (PSD), Rodrigo Alves Taxa (CH), Hugo Carneiro e Hugo Soares (PSD).*

*No encerramento do debate, intervieram, além da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto (Margarida Balseiro Lopes), os Deputados Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Raimundo (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Mário Amorim Lopes (IL), Eurico Brilhante Dias (PS), André Ventura (CH) —*

que respondeu, posteriormente, a um pedido de defesa da honra do Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) — e [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD).

Foi rejeitada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [152/XVII/1.ª](#) (L) — De pesar pelas vítimas de violência política nos Estados Unidos da América.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs [196/XVII/1.ª](#) (PS) — De pesar pelo falecimento de [Liberto Cruz](#), [198/XVII/1.ª](#) (IL) — De pesar pelo falecimento de [Sofia Corradi](#), fundadora do programa Erasmus, [199/XVII/1.ª](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de [Jorge Brandão](#), piloto português de todo-o-terreno, [202/XVII/1.ª](#) (PAR) — De pesar pela morte de [Francisco Pinto Balsemão](#), e [203/XVII/1.ª](#) (PAR) — De pesar pela morte de [Álvaro Laborinho Lúcio](#).

Foram também aprovados os Projetos de Voto n.ºs [200/XVII/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De congratulação a [María Corina Machado](#) pela atribuição do Prémio Nobel da Paz de 2025 e [204/XVII/1.ª](#) (PAR) — De saudação pelos 35 anos do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [358/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [286/XVII/1.ª](#) (PSD) — Primeira alteração à Lei n.º 25-A/2025, de 13 de março, que procede à reposição de freguesias agregadas pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, concluindo o procedimento especial, simplificado e transitório de criação de freguesias previsto na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, tendo o proponente apresentado requerimento oral de dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [206/XVII/1.ª](#) (PCP) — Medidas para garantir os professores a todos os estudantes e valorizar os professores e educadores, o Projeto de Lei n.º [268/XVII/1.ª](#) (BE) — Regime de compensação a docentes deslocados (altera o Decreto-Lei n.º 57-A/2024, de 13 de setembro) e o Projeto de Resolução n.º [58/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela valorização dos professores que não irão beneficiar do descongelamento da carreira de docente, que foram rejeitados; o Projeto de Resolução n.º [237/XVII/1.ª](#) (L) — Pelo fim das desigualdades na contagem do tempo de serviço dos professores, que foi aprovado; o Projeto de Resolução n.º [326/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome as medidas necessárias para assegurar o rejuvenescimento da profissão docente, que foi rejeitado; e o Projeto de Resolução n.º [344/XVII/1.ª](#) (BE) — Valorização da carreira docente e profissionalização em serviço, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [249/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República um novo regime excecional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras, por via de um aditamento ao Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, que foi aprovado; os Projetos de Lei n.ºs [212/XVII/1.ª](#) (CH) — Aumenta o valor da retribuição-base e estabelece o direito à perceção de subsídio de turno e de diuturnidades por parte dos bombeiros que integram as equipas de intervenção permanente e [262/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria um regime excecional e transitório de equiparação de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras e assegura a valorização dos bombeiros e os seus direitos, procedendo à alteração de diversos diplomas, que foram rejeitados; e os Projetos de Resolução n.ºs [245/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a valorização dos bombeiros das associações humanitárias de bombeiros, [327/XVII/1.ª](#) (PCP) — Valorização da carreira de bombeiro sapador, [338/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que no âmbito do Decreto-Lei n.º 86/2019, de 2 de julho, proceda à criação de um regime excecional e transitório de equiparação

de bombeiros sapadores recrutados noutras carreiras e [347/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a valorização da profissão de bombeiro, que foram aprovados.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [269/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que reforce a cooperação e demonstre solidariedade para com o Japão face às ameaças da Rússia, da China e da Coreia do Norte.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [275/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que apoie a participação significativa de Taiwan na Organização da Aviação Civil Internacional (OACI/ICAO).

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [248/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a valorização da profissão e a contratação de sapadores florestais.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Lei n.º [90/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Protege o direito de propriedade, através do reforço da tutela penal dos imóveis objeto de ocupação ilegal, procedendo à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [39/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH), [111/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) e [113/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da educação inclusiva e a valorização dos profissionais de apoio escolar.

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativos aos Projetos de Resolução: N.ºs [12/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L), [137/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) e [141/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a regulamentação urgente do Fundo de Emergência para a Habitação e que garanta financeiramente a execução dos investimentos na habitação; e N.ºs [133/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) e [166/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo da República que conclua a implementação do novo modelo do subsídio social de mobilidade, assegurando o pagamento apenas do valor líquido das viagens eliminando o ónus financeiro sobre os beneficiários.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [136/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e requalificação da Igreja de São Sebastião, em Lagos.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º [184/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de preservação do património classificado em Lagos.

Previamente à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [20/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Altera a Lei da Nacionalidade no sentido de restringir a aquisição da nacionalidade portuguesa e assegurar a possibilidade da sua perda em determinados casos, que foi rejeitado, e dos textos de substituição, apresentados pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativos à Proposta de Lei n.º [1/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Décima primeira alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, e à Proposta de Lei n.º [1/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade, que foram aprovados, intervieram, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Rocha](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH) e [António Rodrigues](#) (PSD). No final, foram aprovados, na especialidade (assunção pelo Plenário das votações indiciárias

realizadas na especialidade, em sede de Comissão) e em votação final global, os textos de substituição, com maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções.

Foram aprovados os n.ºs 1 a 14 do Diário, relativos à 1.ª Sessão Legislativa da XVII Legislatura.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD, dois Deputados do PS e um Deputado da IL a intervir em tribunal.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 361/XVII/1.ª.

O Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 35 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 30 (2025.11.21)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Foi anunciado um apelo da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados para a necessidade de ser respeitada em plenitude a obrigação assumida no início do mandato parlamentar, com a assinatura do termo de posse previsto no artigo 2.º, alínea a), do Regimento, no sentido de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 40 a 43/XVII/1.ª, do Projeto de Lei n.º 292/XVII/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 363 e 364/XVII/1.ª e dos Projetos de Deliberação n.ºs 17 a 20/XVII/1.ª e da retirada do Projeto de Resolução n.º 3/XVII/1.ª.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à renúncia de uma Deputada do PS e de um Deputado do CH e à suspensão de uma Deputada do PSD, e respetivas substituições, bem como a autorizar dois Deputados do PS a intervirem em tribunal.

Iniciou-se a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.ºs 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026 (artigos 2.º a 6.º, 8.º a 52.º e 54.º a 62.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), da Segurança Social (Susana Filipa Lima) e dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Gonçalo Lage](#) e [Carolina Marques](#) (PSD), [Pedro do Carmo](#) (PS), [Manuela Tender](#) (CH), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Rita Matias](#) e [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Filipa Pinto](#) e [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Aida Carvalho](#) (PS), [Cláudia Estevão](#) (CH), [Susana Correia](#) (PS), [Alberto Machado](#) (PSD), [Rosa Isabel Cruz](#), [Eva Cruzeiro](#), [Ricardo Lima](#) e [Marina Gonçalves](#) (PS), [Marco Claudino](#) e [Isaura Morais](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Carla Barros](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) e [Catarina Louro](#) (PS), [Paulo Neves](#) e [Helga Correia](#) (PSD), [Pedro Sousa](#) e [Patrícia Faro](#) (PS), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Margarida Afonso](#) e [Tiago Barbosa Ribeiro](#) (PS), [Ricardo Carlos](#), [Almiro Moreira](#), [Alberto Fonseca](#) e [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Coimbra](#) (PS) e [Angélique Da Teresa](#) (IL).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 44 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 31 (2025.11.22)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 59 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 44 e 45/XVII/1.<sup>a</sup>.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 17.º e 25.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado da Segurança Social (Susana Filipa Lima), os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Miguel Matos](#) (PS), [António Rodrigues](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carla Barros](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Isaura Morais](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Pedro dos Santos Frazão](#), [Felicidade Vital](#) e [João Ribeiro](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD) e [Angélique Da Teresa](#) (IL).

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.ºs 17/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 45/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV), 18/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e 20/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 63.º a 112.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Proteção Civil (Rui Rocha) e do Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território (Silvério Regalado), os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Ana Oliveira](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Luís Graça](#) (PS), [Gonçalo Valente](#) (PSD), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Rocha Pereira](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) e [Lina Pinheiro](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [José Cesário](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Adriana Rodrigues](#) (PSD), [Carlos Barbosa](#) e [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Célia Freire](#) e [Sofia Machado Fernandes](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Seco](#) (CH), [Bruno Nunes](#) (CH), [Jorge Botelho](#) (PS), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Emanuel Câmara](#) (PS), [Pedro Coelho](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Joana Lima](#) (PS).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 7 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 32 (2025.11.25)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 63.º a 112.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria

Brandão de Brito) e do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (Hélder Reis), os Deputados *Ricardo Moreira* (CH), *Mariana Mortágua* (BE), *Filipe Sousa* (JPP), *Carlos Alberto Gonçalves* (PSD), *Carlos Pereira* (PS), *Pedro Pinto* (CH), *Rodrigo Saraiva* (IL), *Sofia Pereira* (PS), *Eliseu Neves* (CH), *André Rijo* (PS), *Paula Santos* (PCP), *Paulo Neves* (PSD), *Ana Martins* (CH), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Francisco Gomes* (CH), *Paulo Moniz* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Patrícia Gonçalves* (L), *Hugo Carneiro* (PSD).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 113.º a 134.º-A e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Educação (Alexandre Homem Cristo), do Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração (Rui Armindo Freitas), do Secretário de Estado do Ambiente (João Manuel Esteves), do Secretário de Estado das Florestas (Rui Ladeira), do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Gonçalo Pires) e da Secretária de Estado da Habitação (Patrícia Gonçalves Costa), os Deputados *Eurídice Pereira* (PS), *Nuno Gabriel* (CH), *José Carlos Barbosa* (PS), *Alfredo Maia* (PCP), *Mariana Mortágua* (BE), *Filipe Sousa* (JPP), *Sandra Lopes* (PS), *Rui Cardoso* (CH), *Ana Gabriela Cabilhas* (PSD), *Porfírio Silva* (PS), *José Barreira Soares* (CH), *Angélique Da Teresa* (IL), *Paula Santos* (PCP), *Sofia Pereira* (PS), *João Pedro Louro* e *Bruno Faria* (PSD), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Joana Cordeiro* (IL), *Paulo Muacho* (L), *Isabel Fernandes* (PSD), *Sofia Andrade* e *Irene Costa* (PS), *Cristina Vieira Henriques* e *Patrícia Nascimento* (CH), *Isabel Mendes Lopes* (L), *Davide Amado* e *André Pinotes Batista* (PS), *José Dotti* (CH), *Carlos Cação* (PSD), *Pedro Vaz* (PS), *Bernardo Pessanha* e *João Lopes Aleixo* (CH), *Filipa Pinto* (L), *Júlia Rodrigues* e *João Torres* (PS), *Nuna Menezes* e *Margarida Saavedra* (PSD).

O Presidente (*Rodrigo Saraiva*) encerrou a sessão eram 14 horas e 13 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 33 (2025.11.26)

### SUMÁRIO

Às 11 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal Constitucional e do Tribunal de Contas, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Direção Nacional do Chega, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora-Adjunta, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o representante do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, os Conselheiros de Estado Joana Carneiro, Luís Marques Mendes e Carlos César, os Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército e o representante do Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Presidente da Assembleia da República, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Aguiar-Branco, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.<sup>a</sup> Carla Montenegro, o antigo Presidente da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, o antigo Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, o Presidente do Conselho Económico e Social, o representante do Presidente da Associação Nacional de Freguesias, o Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional Afonso Patrão, o representante do Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o representante do Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a representante da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela e o Patriarca de Lisboa;

Na Galeria III, Secretários de Estado, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, o representante da Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Comissão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário do 25 de Novembro de 1975, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República e outras individualidades convidadas;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, a Adjunta da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República, os Chefes de Gabinete dos Grupos Parlamentares e a representante do Deputado Único Representante do Partido Juntos Pelo Povo;

Na lateral da Tribuna A, o Auditor Jurídico, Diretores e Chefes de Divisão da Assembleia da República; na Lateral da Tribuna B, os Chefes das Casas Civil e Militar do Presidente da República, a Secretária-Geral da Presidência da República, o Secretário-Geral do Governo e o Chefe do Protocolo de Estado.

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jorge Pinto](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Marcos Perestrello](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Pedro Alves](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 44 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 34 (2025.11.27)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAM), dos Projetos de Lei n.ºs 294/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) e 295/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), e do Projeto de Resolução n.º 365/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP).

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 113.º a 132.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado Adjunto e da Energia (Jean Barroca), os Deputados [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Ricardo Carlos](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pedro Louro](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Hugo Soares](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sofia Andrade](#) (PS), [Sandra Ribeiro](#) e [Raul Melo](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL) e [Catarina Salgueiro](#) (CH).

Prosseguiu a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026 (artigos 135.º a 139.º, 53.º, 7.º e 1.º). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários de Estado Adjunto da Política da Defesa Nacional (Nuno Pinheiro Torres), da Presidência e da Imigração, das Pescas e do Mar (Salvador Malheiro) e o do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), os Deputados [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Ana Bernardo](#) (PS), [Martim Syder](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [António Rodrigues](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#), [José Carvalho](#), [Ricardo Dias Pinto](#) e [Jorge Galveias](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Vanessa Barata](#), [Nuno Gabriel](#), [José Dias Fernandes](#), [Armando Grave](#) e [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ricardo Lopes Reis](#) e [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Armando Mourisco](#) (PS), [Vânia Jesus](#) (PSD), [Rui Jorge Santos](#), [Paulo Lopes Silva](#), [Nuno Fazenda](#) e [Dália Miranda](#) (PS), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Frederico Francisco](#), [Luís Dias](#) e [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eurico Brilhante Dias](#) e [Hugo Oliveira](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Luís Paulo Fernandes](#), [Daniel Teixeira](#) e [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Miguel Rangel](#) (IL), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Filipa Pinto](#) (IL), [Lia Ferreira](#) (PS), [Maurício Marques](#) e [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 11 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 35 (2025.11.28)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Projetos de Lei n.ºs 296 e 297/XVII/1.<sup>a</sup> e do Projeto de Resolução n.º 366/XVII/1.<sup>a</sup>.

Antes da entrada na ordem do dia, a Deputada [Isabel Mendes Lopes](#) (L) fez uma interpelação à Mesa no sentido de pedir a avocação pelo Plenário de uma norma já votada, tendo, no seguimento da recusa do Presidente, e após terem usado da palavra os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) e [Pedro Pinto](#) (CH), interposto recurso do despacho emitido pelo Presidente, que foi rejeitado.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de alteração avocadas pelo Plenário — artigos 7.º a 138.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da

palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito) e da Administração Pública (Marisa Garrido), os Deputados [Marcus Santos](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Hugo Soares](#) (PSD), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro Correia](#) (CH), [Miguel Matos](#) (PS), [Paulo Muacho](#) (L), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Fernando Queiroga](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Rangel](#) (IL) e [Elza Pais](#) (PS).

No encerramento do debate, intervieram, além do Ministro Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), os Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Luís Carneiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Foi aprovada, em votação final global, a Proposta de Lei n. 37/XVII/1.<sup>a</sup> — Orçamento do Estado para 2026.

O Presidente encerrou a sessão em 13 horas e 37 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 36 (2025.12.04)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 367 e 368/XVII/1.<sup>a</sup> e de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a renúncia ao mandato e respetiva substituição de uma Deputada do PS, que foi aprovado.

Em declaração política, o Deputado [Rui Afonso](#) (CH) fez uma apreciação sobre o Orçamento do Estado para 2026, designadamente no que respeita à despesa pública e à situação económica do País, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Alberto Fonseca](#) (PSD) e [Miguel Matos](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Lia Ferreira](#) (PS), a propósito do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, pronunciou-se sobre os direitos destas pessoas, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Rui Cardoso](#) (CH), [Isaura Morais](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Joana Cordeiro](#) (IL).

Em declaração política, o Deputado [Mário Amorim Lopes](#) (IL) defendeu a urgência de uma reforma na área da justiça, tendo apresentado propostas neste âmbito. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Vanessa Barata](#) (CH), [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [André Rijo](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) elencou as questões que estão na base da greve geral convocada para 11 de dezembro, recordando que este direito centenário foi usado com parcimónia desde o 25 de Abril. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Ana Bernardo](#) (PS), [Carla Barros](#) (PSD), [João Ribeiro](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Paula Santos](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Alfredo Maia](#) (PCP) criticou as medidas contidas no pacote laboral apresentado pelo Governo e os seus efeitos no Código do Trabalho, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Hugo Oliveira](#) (PS), [Mariana](#)

*Mortágua (BE), Rodrigo Saraiva (IL), Helga Correia (PSD), Pedro Pinto (CH) e Isabel Mendes Lopes (L).*

*Em declaração política, o Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP) elencou as medidas tomadas pelo Governo para reforço de pessoal e equipamentos nos três ramos das Forças Armadas, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados Patrícia Faro (PS), Nuno Simões de Melo (CH), José Lago Gonçalves (PSD), Patrícia Gonçalves (L) e Paula Santos (PCP).*

*A Deputada Cristina Vaz Tomé (PSD), em declaração política, mencionou a estratégia orçamental do Governo e as reformas fiscal, laboral e do Estado, e respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Eduardo Teixeira (CH), Filipa Pinto (L), Paula Santos (PCP), Rodrigo Saraiva (IL) e Porfírio Silva (PS).*

*O Deputado Filipe Sousa (JPP), em declaração política, referiu-se à situação global do País e à confiança dos cidadãos nos intervenientes políticos. De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados João Lopes Aleixo (CH) e Emanuel Câmara (PS).*

*O Presidente encerrou a sessão em 18 horas e 25 minutos.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 37 (2025.12.05)**

### **SUMÁRIO**

*O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.*

*Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.ºs 47 e 48/XVII/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Lei n.ºs 298 a 301/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 369 a 383 e 385 a 389/XVII/1.<sup>a</sup>.*

*O Presidente evocou Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, que neste dia, há 45 anos, faleceram em Camarate, tendo a Câmara aplaudido de pé.*

*Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Proceda à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, e dos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 83/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais, 252/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior), 264/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, 270/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime jurídico das instituições do ensino superior reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional e 276/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Porfírio Silva (PS), Bruno Faria (PSD), Rui Cardoso (CH), Aida Carvalho (PS), Paula Santos (PCP), Mariana Mortágua (BE), José Carvalho (CH), Filipe Sousa*

(JPP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD) e [Rosa Isabel Cruz](#) (PS).

Foi discutido o Projeto de Resolução n.º [36/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação do programa «Semana de quatro dias de trabalho» no setor privado e no setor público, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [263/XVII/1.ª](#) (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado e [269/XVII/1.ª](#) (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (vigésima sexta alteração ao Código do Trabalho), e com os Projetos de Resolução n.ºs [7/XVII/1.ª](#) (BE) — Alarga a implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, [331/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie incentivos às empresas que adotem práticas amigas da conciliação do trabalho com a família, [353/XVII/1.ª](#) (PS) — Pelo alargamento da experiência da «semana de quatro dias» nos setores privado e público e [376/XVII/1.ª](#) (PSD) — Por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores, no mercado de trabalho português. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Ana Bernardo](#) (PS), [Vânia Jesus](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Pedro Tavares](#) (CH), [Joana Lima](#) (PS) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs [220/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública equivalente à recuperação da totalidade do tempo de serviço dos professores, [328/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do SIADAP, [340/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um novo acelerador do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores da função pública, [342/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que assegure uma regularização eficiente das carreiras da função pública, atendendo aos períodos de congelamento, com vista a repor a justiça e dignificar os trabalhadores, [345/XVII/1.ª](#) (BE) — Por uma justa progressão na Administração Pública, [348/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação de um regime de aceleração de carreiras para toda a Administração Pública, e [349/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda acelerar o processo negocial de revisão e valorização das carreiras especiais da Administração Pública. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Marina Gonçalves](#) (PS), [Patrícia Almeida](#) (CH), [Almiro Moreira](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Filipa Pinto](#) (L), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP).

Foram discutidos os Projetos de Resolução n.ºs [50/XVII/1.ª](#) (IL) — Compromisso pela reprivatização da TAP, [334/XVII/1.ª](#) (PCP) — Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional, [335/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a assunção de uma solução de equilíbrio na reprivatização da TAP, [341/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de reprivatização da TAP, S.A., assegure a defesa do interesse público, a proteção dos trabalhadores, a manutenção de rotas estratégicas e o cumprimento das metas ambientais e [352/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure condições especiais na aquisição de ações da TAP por parte dos seus trabalhadores, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Carlos Pereira](#) (PS), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Moniz](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 19 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas 3 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 302 a 306/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 390 a 392/XVII/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Entretanto, o Presidente ([Marcos Perestrello](#)) assinalou a presença, nas galerias, de uma delegação do Partido Verde Europeu, que foi aplaudida pela Câmara.

Ao abrigo do previsto na alínea a) do n.º 1 do [artigo 4.º](#) da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, procedeu-se ao debate preparatório do Conselho Europeu com a participação do Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro, após proferir a intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Ricardo Dias Pinto](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [João Torres](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [197/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Eduardo Batarida, [206/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PCP e subscrito por dois Deputados do PS) — De pesar pelo falecimento de António Borges Coelho, [209/XVII/1.º](#) (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Pedro Nuno Marques Manata e Silva, [223/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Octávio Félix de Oliveira, e [243/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PSD e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de António Mota, empresário de referência da construção e filantropo, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a).

Foi lido, pela Deputada do PS [Aida Carvalho](#), o Projeto de Voto n.º [246/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Fernando Santos Cabral, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram ainda lidos os Projetos de Voto n.ºs [247/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Mesquita e [252/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PSD e pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lídia Sequeira, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs [216/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 80 anos da Polícia Judiciária, [217/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos da independência de Angola, [249/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos da independência de Timor-Leste, [250/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos 50 anos da Confederação dos Agricultores de Portugal e [251/XVII/1.º](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelos resultados da Seleção Nacional de Sub-17 no Mundial de Futebol (a).

Foram votados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [30/XVII/1.º](#) (GOV) — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que

estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, os Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.ª (CH) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e 83/XVII/1.ª (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais, que foram aprovados, os Projetos de Lei n.ºs 252/XVII/1.ª (PCP) — Revoga o regime fundacional e estabelece um modelo de gestão democrática das instituições públicas de ensino superior (terceira alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições do ensino superior), 264/XVII/1.ª (PAN) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior (RJIES), aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, e 270/XVII/1.ª (BE) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, reforçando o funcionamento democrático das universidades e extinguindo o regime fundacional, que foram rejeitados, bem como o Projeto de Lei n.º 276/XVII/1.ª (PS) — Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 36/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação do programa «Semana de quatro dias de trabalho» no setor privado e no setor público, os Projetos de Lei n.ºs 263/XVII/1.ª (PAN) — Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, e 269/XVII/1.ª (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (vigésima sexta alteração ao Código do Trabalho), 7/XVII/1.ª (BE) — Alarga a implementação do projeto-piloto da semana de quatro dias de trabalho, e 353/XVII/1.ª (PS) — Pelo alargamento da experiência da «semana de quatro dias» nos setores privado e público, que foram rejeitados, tendo sido ainda votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 331/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie incentivos às empresas que adotem práticas amigas da conciliação do trabalho com a família, e 376/XVII/1.ª (PSD) — Por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores, no mercado de trabalho português, que foram aprovados.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 328/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição, criação e valorização das carreiras na Administração Pública e a revogação do SIADAP, 340/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um novo acelerador do desenvolvimento das carreiras dos trabalhadores da função pública, 345/XVII/1.ª (BE) — Por uma justa progressão na Administração Pública, 348/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um regime de aceleração de carreiras para toda a Administração Pública, e 349/XVII/1.ª (L) — Recomenda acelerar o processo negocial de revisão e valorização das carreiras especiais da Administração Pública, que foram rejeitados, tendo sido ainda votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 220/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública e 342/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure uma regularização eficiente das carreiras da Função Pública, atendendo aos períodos de congelamento, com vista a repor a justiça e dignificar os trabalhadores, que foram aprovados.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 50/XVII/1.ª (IL) — Compromisso pela reprivatização da TAP, que foi aprovado, e 334/XVII/1.ª (PCP) — Avaliação, valorização e defesa da TAP no contexto da economia nacional, 335/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a assunção de uma solução de equilíbrio na reprivatização da TAP, 341/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do processo de reprivatização

da TAP, S.A., assegure a defesa do interesse público, a proteção dos trabalhadores, a manutenção de rotas estratégicas e o cumprimento das metas ambientais, e [352/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que assegure condições especiais na aquisição de ações da TAP por parte dos seus trabalhadores, que foram rejeitados.

Foram, ainda, votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [203/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforço do benefício em 15 mil pipas para atesto de preservação do Património vínico da Casa do Douro, que foi aprovado, e o Projeto de Resolução n.º [317/XVII/1.ª](#) (L) — Pela autonomia estratégica da Europa na defesa e segurança face a ameaças externas, que foi rejeitado.

Em votação final global, foram votados o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [148/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação da crise vitivinícola, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [164/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas na defesa da Região Demarcada do Douro e do setor vitivinícola, e o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [306/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito da Reforma do Estado, simplifique e reorganize a defesa da floresta contra os incêndios, que foram aprovados.

Foram votados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [29/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2024/886, no que diz respeito às transferências a crédito imediatas em euros, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [31/XVII/1.ª](#) (GOV) — Executa na ordem jurídica interna o artigo 38.º do Regulamento (UE) 2023/1113, relativo às informações que acompanham as transferências de fundos e de determinados criptoativos, e altera a Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto, e o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º [32/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução do Regulamento (UE) 2023/1114, relativo aos mercados de criptoativos e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1093/2010, e (UE) n.º 1095/2010 e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/1937, que foram aprovados, tendo sido, para cada um destes, aprovado igualmente um requerimento oral, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Em votação final global, foram votados o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [279/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de um projeto-piloto com vista à criação de Unidades de Cuidados na Maternidade, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [285/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda um conjunto de cuidados às mulheres durante e após a gravidez, e o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º [167/XVII/1.ª](#) (PS) — Cria a Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Portugal Continental em agosto de 2025, que foram aprovados.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD e um Deputado do CH a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 310 a 321/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 393 a 412/XVII/1.<sup>a</sup>.

Ao abrigo do artigo 239.º do Regimento, foi debatido o Relatório Anual da Provedora de Justiça, de 2024. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Edson Cunha (PSD), Vanessa Barata (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Nuno Gabriel (CH), Pedro Delgado Alves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Inês de Sousa Real (PAN).

Procedeu-se ao debate, na generalidade da Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2025-2029, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Carlos Guimarães Pinto (IL), António Mendonça Mendes (PS), Alberto Fonseca (PSD), Filipe Sousa (JPP), Pedro dos Santos Frazão (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), João Antunes dos Santos (PSD) e Rui Tavares (L).

Antes de se discutir, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Proceda à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens, o Deputado Rui Tavares (L) recorreu para Plenário do despacho emitido pelo Presidente, no sentido de não admitir a debate uma iniciativa do Livre, tendo o recurso sido rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Bruno Faria (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Sónia Monteiro (CH), Angélique Da Teresa (IL), Filipa Pinto (L), Frederico Francisco (PS), Francisco Covelinhas Lopes (PSD), Paulo Seco (CH), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN) e Paula Santos (PCP).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 365/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Aumento do Salário Mínimo Nacional para 2026, 375/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Aumento do Salário Mínimo Nacional, 377/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Pelo progressivo aumento de rendimentos dos trabalhadores, com evolução da Retribuição Mínima Mensal Garantida e valorização do Salário Médio, 381/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo aumento do salário mínimo nacional e do salário médio, e 385/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o aumento do Salário Mínimo Nacional tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), Sónia Margarida Fernandes (PSD), Mariana Mortágua (BE), Manuela Carvalho e Paulo Edson Cunha (PSD), Filipe Melo (CH), Mariana Leitão (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Patrícia Gonçalves (L), Hugo Oliveira (PS), Filipe Sousa (JPP), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Daniel Teixeira (CH).

Foram ainda debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 43/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recupera a figura do visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência e 300/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Repõe o visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo PRR, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Eduardo Teixeira (CH), Alberto Fonseca (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Miguel Rangel (IL), Patrícia Gonçalves (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Fazenda (PS), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Paula Santos (PCP), Marco Claudino (PSD) e Bernardo Pessanha (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

**DAR — I SÉRIE — N.º 40 (2025.12.12)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 302/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Estabelece a obrigação de serviços mínimos quando se trata de satisfação de necessidades sociais impreteríveis e nas escolas no período letivo (vigésima primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas), 303/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Pela valorização das carreiras da Administração Pública (vigésima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho), 304/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Promove a garantia de uma verdadeira representatividade na Comissão Permanente de Concertação Social (oitava alteração à Lei n.º 108/91, de 17 de agosto), 305/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Regime de compensação pelas falhas dos serviços públicos e 306/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Regime de transparência, responsabilidade e escrutínio no sector empresarial do Estado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 390/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Fim de um país, dois sistemas: convergência da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas com o Código do Trabalho e 391/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Pela liberalização do transporte ferroviário de passageiros e privatização da CP, que foram todos rejeitados.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Mariana Leitão (IL), Ana Bernardo (PS), Alexandre Poço (PSD), Manuela Tender (CH), Patrícia Gonçalves (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Cabrita (PS), Carla Barros (PSD), Mário Amorim Lopes (IL), Francisco Gomes (CH), Paula Santos (PCP), Ana Isabel Ferreira (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH), Mariana Mortágua (BE), Rui Afonso (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Angélique Da Teresa (IL), Célia Freire (PSD), Armando Grave (CH), Filipa Pinto (L), Ricardo Carlos (PSD), Filipe Sousa (JPP), Francisco Pimentel (PSD), Ricardo Moreira (CH), Marina Gonçalves (PS), Patrícia Almeida (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Paulo Sousa (CH), Joana Cordeiro (IL), Isaura Moraes (PSD), Carlos Guimarães Pinto (IL), Paulo Muacho (L), Miguel Matos (PS), Alberto Fonseca (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Cristina Rodrigues (CH).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 44 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 41 (2025.12.13)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 332/XVII/1.<sup>a</sup> e dos Projetos de Resolução n.ºs 413 e 414/XVII/1.<sup>a</sup>.

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 34/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Assegura a implementação de atos jurídicos europeus no ordenamento nacional relativos à resiliência operacional digital do setor financeiro, que foi posteriormente aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Adriana Rodrigues (PSD), Ana Martins (CH), Hugo Costa (PS), Filipe Sousa (JPP),

*Patrícia Gonçalves (L), Alfredo Maia (PCP), Pedro Correia (CH), Mário Amorim Lopes (IL) e Martim Syder (PSD).*

*Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 40/XVII/1.ª (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano, que foi posteriormente aprovada, tendo usado da palavra, além da Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo), os Deputados Marta Martins da Silva (CH), Irene Costa (PS), Joana Cordeiro (IL), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Muacho (L), Filipe Sousa (JPP), Alberto Machado (PSD) e Cristina Vieira Henriques (CH).*

*Debateu-se, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 41/XVII/1.ª (GOV) — Procede à execução, na ordem jurídica interna, dos Regulamentos (UE) n.ºs 2017/745 e 2017/746, na parte relativa à investigação clínica e ao estudo de desempenho de dispositivos médicos, e altera a Lei n.º 21/2014, de 16 de abril, que foi posteriormente aprovada na generalidade, na especialidade e em votação final global. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado da Saúde, os Deputados Joana Cordeiro (IL), Cláudia Estevão (CH), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Paulo Muacho (L), Susana Correia (PS), Patrícia Nascimento (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Ana Gabriela Cabilhas (PSD).*

*Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 45/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1226, relativa à definição das infrações penais e das sanções aplicáveis à violação de medidas restritivas da União, que foi depois aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 378/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para assegurar o melhor cumprimento da Diretiva (UE) 2024/1226, relativa às infrações e sanções por violação das medidas restritivas da União Europeia, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice), os Deputados Catarina Salgueiro (CH), Rui Rocha (IL), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Idalina Durães (CH), Carolina Marques (PSD), Paulo Muacho (L) e Pedro Delgado Alves (PS).*

*Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 254/XVII/1.ª (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento da ilustre cidadã Olga Amália Cardoso, popularmente conhecida como «Amiga Olga», e 255/XVII/1.ª (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Almeno Gonçalves, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a).*

*Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 268/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De saudação pela inscrição dos barcos moliceiros na Lista do Património Cultural Imaterial em Necessidade de Salvaguarda Urgente da UNESCO (a).*

*Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2025-2029.*

*Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o Regime Jurídico do Transporte Coletivo de Crianças e Jovens.*

*Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 365/XVII/1.ª (PCP) — Aumento do salário mínimo nacional para 2026, 375/XVII/1.ª (BE) — Aumento do salário mínimo nacional, que foram rejeitados, 377/XVII/1.ª (PSD) — Pelo progressivo aumento de rendimentos dos trabalhadores, com evolução da retribuição mínima mensal garantida e valorização do salário médio, que foi aprovado, 381/XVII/1.ª (PAN) — Pelo aumento do salário mínimo nacional e do salário médio e 385/XVII/1.ª (L) — Recomenda o aumento do salário mínimo nacional, que foram rejeitados.*

*Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 43/XVII/1.ª (CH) — Recupera a figura do visto prévio do Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo Plano de Recuperação e Resiliência e 300/XVII/1.ª (PAN) — Repõe o visto prévio do*

Tribunal de Contas no âmbito dos projetos financiados e cofinanciados pelo PRR, alterando a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [298/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a salvaguarda do património imaterial do concelho da Guarda, com destaque especial ao cobertor de papa.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [46/XVII/1.ª](#) (PSD) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas nacionais ou estrangeiras que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [48/XVII/1.ª](#) (PAN) — Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um registo de transparência e de um mecanismo de pegada legislativa, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, e à décima sétima alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março, [86/XVII/1.ª](#) (IL) — Regulamenta a atividade de lobbying em Portugal e procede à criação do sistema de transparência dos poderes públicos, [110/XVII/1.ª](#) (CH) — Regulamenta a atividade de representação legítima de interesses (lobbying) junto de entidades públicas e cria um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República, [114/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses junto da Assembleia da República e [119/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do CH a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 30 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 42 (2025.12.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Resolução n.º [5/XVII/1.ª](#), dos Projetos de Resolução n.ºs [415 a 428/XVII/1.ª](#), da Apreciação Parlamentar n.º [3/XVII/1.ª](#) e dos Projetos de Lei n.ºs [323 a 330/XVII/1.ª](#).

Antes de iniciar a ordem do dia, em interpelação à Mesa, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) teceu considerações sobre um gesto, na reunião plenária anterior, da Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE), que interveio de seguida, tendo-se ainda pronunciado os Deputados [Rita Matias](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate, com a participação do Governo, sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção União Europeia (Lei n.º [43/2006](#), de 25 de agosto), juntamente com o Projeto de Resolução n.º [354/XVII/1.ª](#) (CAE) — Apreciação do Relatório do Governo «Portugal

na União Europeia 2024», tendo intervindo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), que, de seguida, respondeu a perguntas dos Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Patrícia Nascimento](#) (CH), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, teve lugar o debate, com a participação do Governo, sobre o estado da União, conforme previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto), tendo a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus proferido uma intervenção inicial e, depois, respondido às perguntas dos Deputados [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Ricardo Dias Pinto](#) e [João Tilly](#) (CH), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente encerrou a sessão em 17 horas e 39 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 43 (2025.12.19)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [307/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova a Lei da Vida Independente e [308/XVII/1.ª](#) (PS) — Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de outubro, simplificando a atribuição e reforçando os apoios no âmbito do Programa de Emprego Apoiado em Mercado Aberto, que foram rejeitados; [309/XVII/1.ª](#) (PS) — Processo extraordinário de recuperação de pendências das juntas médicas de avaliação de incapacidade, que foi aprovado; [310/XVII/1.ª](#) (PS) — Define um regime de promoção e garantia de acessibilidade universal nos edifícios e habitações públicos e [311/XVII/1.ª](#) (PS) — Alarga as condições de acesso ao regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência, que foram rejeitados; [312/XVII/1.ª](#) (PS) — Estabelece o Regime Jurídico dos Estudantes com Necessidades Educativas Específicas no Ensino Superior, que foi aprovado; [313/XVII/1.ª](#) (PS) — Esclarece a criminalização da esterilização forçada, nomeadamente das pessoas com deficiência, e implementa medidas de garantia dos direitos reprodutivos das pessoas em situação de incapacidade ou de capacidade diminuída, criando o Plano Nacional de Planeamento Familiar para Pessoas com Deficiência ou em Situação de Incapacidade e o Mecanismo de Monitorização dos Procedimentos de Esterilização, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias; [31/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela promoção da inclusão dos jovens com necessidades educativas específicas no ensino superior, que foi aprovado; [261/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante a redução do horário de trabalho a progenitores de filhos com deficiência ou doença crónica, independentemente da idade, alterando o Código do Trabalho, [291/XVII/1.ª](#) (PCP) — Melhora o regime de antecipação da idade de pensão de velhice por deficiência (primeira alteração à Lei n.º 5/2022, de 7 de janeiro), [323/XVII/1.ª](#) (PCP) — Agilização na emissão ou renovação, prorrogação da vigência e gratuidade dos atestados multiuso, [324/XVII/1.ª](#) (CH) — Adequação do funcionamento das juntas médicas de avaliação da incapacidade das pessoas

com deficiência, [325/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Regulamenta e desburocratiza o sistema de atribuição de produtos de apoio a pessoas com deficiência e a pessoas com incapacidade temporária e [326/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Inclusão dos guias de atletas com deficiência como agentes desportivos e clarificação da isenção de IRS de bolsas de formação desportiva, que foram rejeitados; [327/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Criminaliza a esterilização de pessoas com deficiência e/ou incapazes e regula as condições para prática de métodos de esterilização irreversíveis, alterando a Lei n.º 3/84, de 24 de março, o Código Penal, e o Código Civil, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias; [328/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Adequa o regime fiscal aplicável aos rendimentos das pessoas com deficiência, que foi rejeitado; [329/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Criminaliza a esterilização forçada de pessoas com deficiência e/ou incapazes e garante a proteção dos seus direitos sexuais e reprodutivos, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 90 dias; [330/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Cria o regime jurídico de acesso à pensão de velhice das pessoas com incapacidade igual ou superior a 60 %, que foi rejeitado; juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [311/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de deficiência auditiva, que foi aprovado, e [426/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço de meios humanos e materiais para a inclusão plena de alunos com deficiência no sistema de ensino, do pré-escolar ao ensino secundário, que foi rejeitado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Lia Ferreira](#) (PS), [Felicidade Vital](#) (CH), [Isaura Morais](#) (PSD), [Lina Pinheiro](#) (CH), [Carolina Marques](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Seco](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Armando Grave](#) (CH), [Rui Rocha Pereira](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Nuna Menezes](#) (PSD), [António Carneiro](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Joana Seabra](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Patrícia Faro](#) e [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Filipa Pinto](#) (L), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Jorge Galveias](#) (CH), [Susana Correia](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Marcus Santos](#) (CH) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 44 (2025.12.20)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Resolução n.ºs 429 a 431, 435 e [436/XVII/1.<sup>a</sup>](#) e dos Projetos de Lei n.ºs [331 a 333/XVII/1.<sup>a</sup>](#).

O Presidente anunciou a Proposta de Resolução n.º [5/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre as Mais-Valias e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscais, assinada em Londres, aos 15 dias do mês de setembro de 2025, que foi posteriormente aprovada em votação global, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões.

Foram anunciados pelo Presidente, e posteriormente aprovados, os Projetos de Resolução n.ºs [430/XVII/1.ª](#) (CAE) — Parecer sobre a proposta de reformulação da Diretiva 94/80/CE, que estabelece o sistema de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas por cidadãos da União residentes num Estado-Membro que não tenham nacionalidade (documento 9091/2/24 VER 2) e [431/XVII/1.ª](#) (CAE) — Parecer sobre a resolução legislativa do Parlamento Europeu, de 13 de novembro de 2025, sobre a alteração ao ato eleitoral europeu, a fim de permitir às Deputadas votar em sessão plenária, por procuração, durante a gravidez e após o parto.

O Presidente anunciou o Projeto de Lei n.º [333/XVII/1.ª](#) (PSD, CH, PS, IL, L, PCP e CDS-PP) — Alteração ao Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado em anexo à Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, e à Lei de Organização e Funcionamento da Assembleia da República, aprovada pela Lei n.º 77/88, de 1 de julho, que foi posteriormente aprovado na generalidade, na especialidade e em votação final global, tendo o Deputado [Pedro Delgado Alves](#) (PS) declarado conflito de interesses; juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [435/XVII/1.ª](#) (PSD, CH, PS, IL, L, PCP e CDS-PP) — Alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, que aprova a estrutura e competências dos serviços da Assembleia da República e [436/XVII/1.ª](#) (PSD, CH, PS, IL, L, PCP e CDS-PP) — Alteração à Resolução da Assembleia da República n.º 49/2015, de 8 de maio, que aprova o Regulamento da Gestão do Desempenho na Assembleia da República, que foram aprovados, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

O Presidente assinalou à Câmara que a assinatura dos termos de posse dos Grupos Parlamentares de Amizade fixados para a presente legislatura decorreria no Salão Nobre até às 14 horas e 30 minutos.

No âmbito do debate conjunto da Petição n.º [97/XVI/1.ª](#) (Marta da Silva Gameiro e outros) — Pela rejeição do Cartão Europeu de Vacinação e do Projeto de Resolução n.º [264/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que desvincule Portugal do Cartão Europeu de Vacinação e do projeto EUVABECO, que foi posteriormente rejeitado, intervieram os Deputados [Rui Fernandes](#) (CH), [Irene Costa](#) (PS), [Joana Seabra](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L) e [Mário Amorim Lopes](#) (IL).

Procedeu-se ao debate conjunto da Petição n.º [103/XVI/1.ª](#) (Cristina Alexandra Areias Amandi Sousa Valente e outros) — Pela qualificação da profissão médica como de alto risco e de desgaste rápido e, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [36/XVII/1.ª](#) (PAN) — Aprova o regime especial de direitos de parentalidade aplicável aos profissionais de saúde, [315/XVII/1.ª](#) (CH) — Reconhece a profissão de enfermeiro como sendo de desgaste rápido e antecipa a idade de reforma, [316/XVII/1.ª](#) (CH) — Reconhece a profissão médica como sendo de desgaste rápido e [318/XVII/1.ª](#) (BE) — Criação de um estatuto de risco e penosidade para os profissionais de saúde, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [403/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo reconhecimento da profissão médica como profissão de desgaste rápido, [406/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a avaliação da profissão médica para efeitos de reconhecimento como profissão de desgaste rápido e [411/XVII/1.ª](#) (PCP) — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para as profissões na saúde, que foram posteriormente rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Cristina Vieira](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Irene Costa](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Procedeu-se ao debate conjunto da Petição n.º [121/XVI/1.ª](#) (Domingos Manuel Mendonça Carreiro e outros) — Pela reforma antecipada para trabalhadores por turnos e, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [314/XVII/1.ª](#) (CH) — Reconhecimento da penosidade da

prestação de trabalho na modalidade de turnos rotativos e respetiva atribuição de acréscimo remuneratório, [317/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, reforçando os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho por turnos e noturno, [319/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reconhecimento do direito à antecipação da idade de reforma aos trabalhadores por turnos, e [320/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Altera o regime do trabalho noturno e por turnos reforçando os direitos dos trabalhadores, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [412/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores por turnos, que foram posteriormente rejeitados. Intervieram os Deputados [Carlos Barbosa](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Ana Bernardo](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sónia Margarida Fernandes](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP).

Debateu-se a Petição n.º [128/XVI/1.<sup>a</sup>](#) [Academia Portuguesa de Cinema (Paulo António Rodrigues de Noronha Trancoso e outros)] — Salvemos o Cinema Império!, juntamente, na generalidade, com os Projetos de Resolução n.ºs [395/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a reavaliação da classificação do Cinema Império, em Lisboa, para reforçar a proteção do edifício como património cultural, [397/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à efetiva preservação do património cultural, [402/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo medidas urgentes de salvaguarda do Cinema Império e de reforço dos mecanismos de proteção do património cultural edificado, que foram posteriormente aprovados, e [407/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a defesa e a preservação das salas históricas de cinema e teatro, que foi posteriormente rejeitado. Intervieram os Deputados [Rui Cardoso](#) (CH), [Davide Amado](#) (PS), [Rui Tavares](#) (L), [Carolina Marques](#) e [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Paulo Muacho](#) (L).

Foi apreciada a Petição n.º [238/XV/2.<sup>a</sup>](#) (Vitor Manuel Freitas Rosa) — Pela inclusão da travessia fluvial Setúbal-Troia no sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa/passe Navegante, conjuntamente, na generalidade, com os Projetos de Resolução n.ºs [272/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a inclusão da travessia fluvial Setúbal-Troia no sistema tarifário da Área Metropolitana de Lisboa/passe Navegante, que foi aprovado, [401/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela inclusão da travessia fluvial Setúbal-Troia no sistema tarifário do passe Navegante da Área Metropolitana de Lisboa, [405/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Integração da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e Troia no Programa de Apoio à Redução Tarifária dos Transportes Públicos, [408/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a inclusão da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e a península de Troia no passe Navegante, que foram posteriormente rejeitados, [409/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a avaliação e renegociação do contrato de concessão da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e a península de Troia, que foi aprovado, e [410/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Resgatar o direito ao transporte público fluvial entre as margens do rio Sado que foi posteriormente rejeitado. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados [Daniel Teixeira](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Angélique Da Teresa](#) (IL).

A ordem do dia prosseguiu com a discussão da Petição n.º [84/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Associação Salvador e outros) — Pela revisão da estrutura e do funcionamento das entidades fiscalizadoras de acessibilidade em Portugal, conjuntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º [321/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Cria o Programa Plurianual de Acessibilidades e os Projetos de Resolução n.ºs [396/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pelo reforço da implementação e da fiscalização da acessibilidade em Portugal, [400/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo cumprimento da legislação sobre acessibilidades e reforço dos direitos das pessoas com mobilidade reduzida, que foram posteriormente rejeitados, e [404/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Promover a melhoria das acessibilidades para pessoas com deficiência e reforçar a fiscalização, que foi aprovado. Usaram da palavra, a

diverso título, os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Ana Martins](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Filipa Pinto](#) (L), [Lia Ferreira](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Vânia Jesus](#) (PSD) e [Paulo Núncio](#) (CDS-PP).

Após a intervenção do Presidente a desejar felicidades à Deputada [Mariana Mortágua](#) (BE) — que respondeu no final das intervenções — na sequência da sua renúncia ao mandato, usaram da palavra os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Paulo Núncio](#) (CDS-PP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [280/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de António José de Barros Veloso, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [281/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação pelo prémio de Melhor Jovem Agricultora da Europa 2025. (a)

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [283/XVII/1.ª](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De saudação pelo 25.º aniversário da Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e do Desenvolvimento Rural. (a)

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [427/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [428/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [429/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [354/XVII/1.ª](#) (CAE) — Apreciação do relatório do Governo «Portugal na União Europeia 2024».

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [285/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da revista Flor de Lis do Corpo Nacional de Escutas. (a)

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [368/XVII/1.ª](#) (PSD) — Institui o dia 22 de julho como Dia Nacional do Calceteiro e da Calçada Portuguesa, [373/XVII/1.ª](#) (CH) — Institui o Dia Nacional do Calceteiro e da Calçada Portuguesa, [398/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a criação do Dia Nacional do Calceteiro e da Calçada Portuguesa a 22 de julho e [415/XVII/1.ª](#) (PCP) — Valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [121/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a implementação da "Lei Cidade Limpa" e o reforço das competências de fiscalização das câmaras municipais em matéria de publicidade e ocupação do espaço público, [183/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda a adoção de medidas de investigação, restauro e remoção de alga invasora, [308/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda o financiamento urgente da Rede Nacional de Arroamentos e [392/XVII/1.ª](#) (IL) — Antecipar o fim da importação de gás russo durante o primeiro trimestre de 2026.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [360/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias para assegurar a entrada, em Portugal, de estudantes palestinianos matriculados em universidades portuguesas e [394/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a atualização de estatísticas e a realização de estudos sobre as políticas de emprego e formação dirigidas as pessoas com deficiência e incapacidade.

Foram aprovados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [11/XVII/1.ª](#) (GOV) —

Visa dar cumprimento à transposição da Diretiva n.º 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 15/XVII/1.ª (GOV) — Reforça as penalizações decorrentes das infrações ao Decreto-Lei n.º 85/2020, de 13 de outubro e estabelece a proibição dos maquinistas de desempenhar funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 17/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar um regime jurídico que regula determinados aspetos da organização do tempo de trabalho dos trabalhadores móveis em atividades de transporte rodoviário e a transpor para a ordem jurídica interna várias diretivas, tendo sido igualmente aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados, em votação final global o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 40/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um regime de comparticipação especial dos medicamentos, materiais e dispositivos médicos utilizados no tratamento da Epidermólise Bolhosa, 48/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo que garanta os cuidados de saúde aos doentes com epidermólise bolhosa e 68/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo de viabilidade com vista à implementação de um regime de comparticipação especial para doentes de Epidermólise Bolhosa, e o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 44/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios (vacinas antialérgicas), 59/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a reposição da comparticipação do tratamento de imunoterapia específica com alergénios e 69/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do Plano Nacional de Vacinação no âmbito da vacinação do adulto.

Foram aprovados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 119/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que crie as condições necessárias para o cumprimento interno do regulamento europeu relativo aos mercados de criptoativos e 179/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que aprove com urgência o diploma que assegura a execução nacional do Regulamento Europeu para o setor dos criptoativos, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 220/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que garanta a equidade entre carreiras, promovendo um novo acelerador para a Administração Pública equivalente à recuperação da totalidade do tempo de serviço dos professores, e o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 342/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure uma regularização eficiente das carreiras da Função Pública, atendendo aos períodos de congelamento, com vista a repor a justiça e dignificar os trabalhadores.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 331/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que crie incentivos às empresas que adotem práticas amigas da conciliação do trabalho com a família e 376/XVII/1.ª (PSD) — Por uma melhor conciliação entre a vida pessoal e profissional dos trabalhadores, no mercado de trabalho português.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 39/XVII/1.ª (GOV) — Aprova as Grandes Opções para 2025-2029, tendo sido igualmente aprovado um

requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD e um Deputado do PS a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão em 13 horas e 27 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 45 (2026.01.08)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 32 minutos.

Foi lido e posteriormente aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão e respetiva substituição de um Deputado do Chega, um Deputado do PS e um Deputado da IL e à assunção do mandato de um Deputado do PSD e um Deputado do BE.

O Presidente da Assembleia da República leu as mensagens do Presidente da República sobre a devolução, sem promulgação, dos Decretos da Assembleia da República n.ºs [17/XVII](#) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, e [18/XVII](#) — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade.

De seguida, ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, deu-se início ao debate de urgência, requerido pelo PS, sobre o «Caos no aeroporto de Lisboa e impacto da suspensão do sistema de entradas e de saídas — novo sistema europeu de controlo automatizado de fronteiras externas do espaço Schengen». Intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (Paulo Simões Ribeiro), os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [António Rodrigues](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Luís Moreira Testa](#) e [Nuno Fazenda](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [294/VII/1.ª](#) (PSD) — Regula o procedimento para o reconhecimento do estatuto de apátrida, em cumprimento do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 41/2023, de 10 de agosto, [331/XVII/1.ª](#) (L) — Regula o procedimento para a determinação do estatuto de apátrida, [348/XVII/1.ª](#) (BE) — Procede à regulamentação do estatuto do apátrida e [352/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o estatuto jurídico do apátrida. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Vanessa Barata](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH) e [António Rodrigues](#) (PSD).

Entretanto, o Presidente assinalou a presença, na galeria, de uma representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que foi aplaudida pela Câmara.

No âmbito do debate conjunto, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [174/XVII/1.ª](#) (CH) — Consagra o provedor da criança junto da Provedoria da Justiça e [336/XVII/1.ª](#) (PAN) — Prevê a criação do provedor das crianças e das gerações futuras, intervieram, a diverso título, os Deputados [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe](#)

Sousa (JPP), Patrícia Faro (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L), Pedro dos Santos Frazão (CH), Rui Rocha (IL), Paula Cardoso (PSD), Sandra Ribeiro e Idalina Durães (CH).

Seguiu-se a apreciação do Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica [Apreciação Parlamentar n.º 2/XVII/1.ª (PS)]. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado da Mobilidade (Cristina Pinto Dias), os Deputados Pedro Vaz (PS), Raul Melo (CH), Bruno Faria (PSD), Alfredo Maia (PCP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Paulo Núncio (CDS-PP), Bernardo Pessanha (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Isabel Mendes Lopes (L), Filipe Sousa (JPP), Francisco Covelinhas Lopes (PSD) e Frederico Francisco (PS).

Procedeu-se à discussão dos Projetos de Resolução n.ºs 329/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a abertura de uma Representação em Taiwan, 330/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo a correção das anomalias no tratamento administrativo e institucional de Taiwan, 440/XVII/1.ª (PAN) — Pela abertura de um escritório de representação de Portugal em Taiwan, 441/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de correção relativas ao relacionamento entre Portugal e Taiwan, 454/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que exerça um papel diplomático e de mediação determinante no sentido do desanuviamento de tensões entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan), 464/XVII/1.ª (BE) — Por uma relação com o território de Taiwan que seja promotora da paz e do desenvolvimento, no respeito pelas relações diplomáticas da República Portuguesa com a República Popular da China. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Rui Rocha (IL), Inês de Sousa Real (PAN), João Ribeiro (CH), Fabian Figueiredo (BE), Catarina Louro (PS), José Cesário (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Patrícia Gonçalves (L), Alfredo Maia (PCP) e Manuel Magno (CH).

Foi discutido, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 282/XVII/1.ª (L) — Alargamento do direito ao esquecimento a pessoas que contratem crédito para fins comerciais e profissionais, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 356/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que regulamente a lei do direito ao esquecimento e os seus pressupostos, tendo usado da palavra os Deputados Patrícia Gonçalves (L), Rui Rocha Pereira (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), António Mendonça Mendes (PS), Daniel Teixeira (CH), Fabian Figueiredo (BE), Paulo Núncio (CDS-PP), Alfredo Maia (PCP), Filipe Sousa (JPP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Ana Oliveira (PSD) e Pedro Tavares (CH).

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal e de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do CH e a uma Deputada do PSD.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 21 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 46 (2026.01.09)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 58 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 334 a 353/XVII/1.ª, dos Projetos de Resolução n.ºs 432 a 434, 437 a 439 e 441 a 474/XVII/1.ª e da Apreciação Parlamentar n.º 4/XVII/1.ª

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 32 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 47 (2026.01.10)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas.

Foi apresentado, e posteriormente aprovado em votação na generalidade, na especialidade e em votação final global, o Projeto de Lei n.º [353/XVII/1.ª](#) (PS) — Clarifica o regime de suspensão de cobrança de taxas de portagem aos veículos pesados que utilizam a A41, a A19, no troço entre São Jorge e Leiria Sul (nó A8/A19) e a A8 entre Leiria Sul (nó A8/A19) e Pousos.

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, as Propostas de Lei n.ºs [47/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar medidas de desagravamento fiscal para o fomento de oferta de habitação e [48/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas, e a alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação e o regime jurídico da reabilitação urbana, que foram aprovadas; os Projetos de Lei n.ºs [178/XVII/1.ª](#) (CH) — Estabelece a redução do IVA na construção de habitação, [341/XVII/1.ª](#) (CH) — Estabelece a isenção de IMI para imóveis destinados a habitação própria e permanente, cujo valor patrimonial tributário não exceda 350 000 €, [344/XVII/1.ª](#) (L) — Estabelece limites máximos de valor de renda em contratos de arrendamento habitacional, [345/XVII/1.ª](#) (L) — Estabelece o zonamento inclusivo para uma quota de habitação pública nas operações urbanísticas e [347/XVII/1.ª](#) (IL) — Reforma para a construção e aumento de oferta de habitação, que foram rejeitados, tendo sido aprovado um requerimento, do proponente, de baixa do Projeto de Lei n.º [349/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça os instrumentos de promoção do acesso à habitação permanente e de combate à especulação imobiliária à Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, sem votação, por 90 dias; e os Projetos de Resolução n.ºs [443/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação do programa nacional de apoio às cooperativas de habitação, [444/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço e diversificação dos recursos financeiros dos municípios para as políticas de habitação, [462/XVII/1.ª](#) (IL) — Pela criação do código da edificação e [469/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o alinhamento da política nacional de habitação com as linhas orientadoras do Plano Europeu de Habitação Acessível, que foram rejeitados. Intervieram, a diverso título, além do Ministro das Infraestruturas e Habitação (Miguel Pinto Luz) e do Ministro de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), os Deputados [Frederico Francisco](#) (PS), [João Paulo Graça](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Miguel Matos](#) (PS), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Ricardo Moreira](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#) (PS), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD).

Debateram-se, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [210/XVII/1.ª](#) (PCP) — Integração do internato médico na carreira especial médica e na carreira médica, [340/XVII/1.ª](#) (CH) — Integra o internato médico na carreira médica e [346/XVII/1.ª](#) (L) — Valorização da carreira médica no

Serviço Nacional de Saúde, que foram rejeitados, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs [445/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela reintegração do internato médico na carreira médica, [458/XVII/1.ª](#) (PS) — Integração do internato médico na carreira médica no serviço Nacional de Saúde, [461/XVII/1.ª](#) (L) — Promoção da saúde mental dos médicos internos no Serviço Nacional de Saúde e [467/XVII/1.ª](#) (BE) — Pela reintegração do internato médico como categoria de ingresso na carreira médica, que foram aprovados. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Susana Correia](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Liliana Fidalgo](#) (PSD) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Procedeu-se ao debate do Projeto de Resolução n.º [27/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce as medidas para combater as «empresas e lojas de fachada», que foi aprovado, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [350/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova um procedimento especial de autorização em zonas sensíveis, procedendo à alteração do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, que foi rejeitado, e com os Projetos de Resolução n.ºs [438/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome medidas para impedir a indicação de moradas falsas para efeitos de autorização de residência e para garantir maior informação aos municípios sobre a abertura de novos estabelecimentos comerciais, na área do município, e [447/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, combatendo as denominadas «lojas de fachada» e favorecendo o comércio tradicional, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Ricardo Lima](#) (PS), [José Barreira Soares](#) e [Nuno Gabriel](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Francisco Figueira](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram discutidos, e posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [175/XVII/1.ª](#) (BE) — Promove a gratuidade do ensino superior através do fim das propinas de 1.º ciclo e da limitação das demais taxas (alteração da Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto), [284/XVII/1.ª](#) (PCP) — Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no ensino superior público, [339/XVII/1.ª](#) (PS) — Regulamenta as taxas e os emolumentos nas instituições de ensino superior, procedendo à sexta alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, [342/XVII/1.ª](#) (CH) — Procede à alteração da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, criando um regime de diferimento do pagamento de propinas, com início após a conclusão do ciclo de estudos e condicionado à capacidade contributiva do diplomado e [343/XVII/1.ª](#) (L) — Gratuidade das propinas no 1.º ciclo de estudos e fixação de limites máximos às propinas do 2.º e 3.º ciclos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [448/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a progressiva redução do valor das propinas no ensino superior e [459/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo medidas para a progressiva eliminação das propinas no 1.º ciclo e para a fixação de um teto máximo nacional para as propinas de mestrado. Proferiram intervenções os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Rui Cardoso](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Sofia Pereira](#) (PS), [Rita Matias](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pedro Louro](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Carolina Marques](#) (PSD), [Porfirio Silva](#) (PS) e [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [288/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo CDS-PP) — De pesar pelo falecimento de António Oliveira, [289/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelas crianças lusodescendentes que morreram numa explosão de gás em Trévoux, em França, [294/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAN) — De pesar pelo falecimento de Brigitte Bardot,

[295/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Manuela Mendonça, Presidente da Academia Portuguesa da História, [301/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de Vítor Gonçalves, [302/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento da fadista Anita Guerreiro, [303/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento da escritora Clara Pinto Correia e [304/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PSD, pelo CH e por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte da jovem Fanny Pinheiro Magalhães num incêndio na Suíça, cujas partes deliberativas foram aprovadas (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [475/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Estrasburgo.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [294/VII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Regula o procedimento para o reconhecimento do estatuto de apátrida, em cumprimento do disposto no artigo 6.º da Lei n.º 41/2023, de 10 de agosto, [331/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Regula o procedimento para a determinação do estatuto de apátrida, [348/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Procede à regulamentação do estatuto do apátrida e [352/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Aprova o estatuto jurídico do apátrida.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [174/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Consagra o provedor da criança junto da Provedoria da Justiça e [336/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Prevê a criação do provedor das crianças e das gerações futuras.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [329/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a abertura de uma Representação em Taiwan, [330/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a correção das anomalias no tratamento administrativo e institucional de Taiwan, [440/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela abertura de um escritório de representação de Portugal em Taiwan, [441/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo medidas de correção relativas ao relacionamento entre Portugal e Taiwan, [454/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que exerça um papel diplomático e de mediação determinante no sentido do desanuviamento de tensões entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan) e [464/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Por uma relação com o território de Taiwan que seja promotora da paz e do desenvolvimento, no respeito pelas relações diplomáticas da República Portuguesa com a República Popular da China.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [282/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Alargamento do direito ao esquecimento a pessoas que contratem crédito para fins comerciais e profissionais e os Projetos de Resolução n.ºs [356/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que regulamente a lei do direito ao esquecimento e os seus pressupostos e [337/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Alarga o direito ao esquecimento aos créditos para fins comerciais e profissionais, alterando a Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, e o Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, tendo ainda sido aprovado o Projeto de Lei n.º [351/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforça e alarga o direito ao esquecimento e as proteções ao consumidor em matéria de contratação de seguros relacionados com créditos, rejeitado o Projeto de Resolução n.º [442/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que regulamente o direito ao esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, aprovado o Projeto de Resolução n.º [460/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a operacionalização uniforme do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro, e rejeitado o Projeto de Resolução n.º [465/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Pela regulamentação do Direito ao Esquecimento consagrado na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [312/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo que condene a perseguição ao Falun Gong e apele ao fim da colheita forçada de órgãos na China.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [336/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que tome medidas que efetivem o direito dos idosos de proteção contra a violência.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 368/XVII/1.ª (PSD), 373/XVII/1.ª (CH), 398/XVII/1.ª (PS) e 415/XVII/1.ª (PCP), apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, que recomendam a adoção de medidas de valorização da calçada portuguesa e da profissão de calceteiro, instituindo o dia 22 de julho como Dia Nacional do Calceteiro e da Calçada Portuguesa.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo ao Projeto de Resolução n.º 9/XVII/1.ª (PAN) — Pela adoção de um plano nacional de combate à violência sexual baseada em imagens.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Proposta de Lei n.º 14/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Estatuto da Pessoa Idosa.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 377/XVII/1.ª (PSD) — Pelo progressivo aumento de rendimentos dos trabalhadores, com evolução da retribuição mínima mensal garantida e valorização do salário médio.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º 294/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão estruturada e abrangente da carreira da Inspeção-Geral da Educação e Ciência.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 291/XVII/1.ª (PS) e 351/XVII/1.ª (PSD), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, que recomendam ao Governo que valorize os assistentes operacionais e os assistentes técnicos, revendo o rácio nas escolas e definindo os conteúdos funcionais adequados.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 66/XVII/1.ª (CH), 350/XVII/1.ª (PSD), 237/XVII/1.ª (L), 295/XVII/1.ª (PS), 296/XVII/1.ª (PS) e 344/XVII/1.ª (BE), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, que recomendam ao Governo a correção das ultrapassagens na progressão da carreira docente e o reconhecimento do tempo de serviço efetivo prestado no ensino não superior e no ensino superior.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e respetiva substituição de um Deputado do CH e de um Deputado do PS.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 50/XVII/1.ª e das Propostas de Resolução n.ºs 6 e 7/XVII/1.ª.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 47 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 48 (2026.01.22)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 4 minutos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana](#)

Leitão (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Paulo Raimundo (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 17 horas e 18 minutos.

---

#### **DAR — I SÉRIE — N.º 49 (2026.01.23)**

##### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento, e do Projeto de Lei n.º 374/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco ou na aquisição de participações sociais. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Patrícia Almeida (CH), Alberto Fonseca (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Hugo Costa (PS), Patrícia Gonçalves (L), Paulo Nuncio (CDS-PP), Eduardo Teixeira (CH), Filipe Sousa (JPP), Mário Amorim Lopes (IL), Alfredo Maia (PCP) e Hugo Carneiro (PSD).

Ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, procedeu-se a um debate sobre política setorial, com a participação da Ministra da Administração Interna (Maria Lúcia Amaral), que abriu o debate, do Secretário de Estado da Proteção Civil (Rui Rocha), do Secretário de Estado da Administração Interna (Telmo Correia) e do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna (Paulo Simões Ribeiro), que responderam às perguntas formuladas pelos Deputados António Rodrigues e Fernando Queiroga (PSD), Cristina Rodrigues e Vanessa Barata (CH), Pedro Delgado Alves e Nuno Fazenda (PS), Rui Rocha (IL), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 13 minutos.

---

#### **DAR — I SÉRIE — N.º 50 (2026.01.24)**

##### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 59 minutos.

Foi apreciado e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 176/XVII/1.<sup>a</sup> (Cidadãos) — Alargamento da licença parental inicial. Intervieram, a diverso título, os Deputados Felicidade Vital (CH), Ana Bernardo (PS), Joana Cordeiro (IL), Sandra Pereira (PSD), Lina Pinheiro (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Alfredo Maia (PCP), Isabel Mendes Lopes (L), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE) e Elza Pais (PS).

Debateu-se, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 9/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Décima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na sua redação atual, que foi aprovada. Proferiram

intervenções os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Francisco César](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Ana Martins](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Marta Patrícia Silva](#) (IL), [Paulo Muacho](#) (L) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

De seguida, procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 18/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Alteração ao código do direito de autor e dos direitos conexos, que foi rejeitada. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Margarida Afonso](#) (PS), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Galveias](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Sofia Carreira](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 22/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Controla e fixa os preços do «gás de botija» (gases de petróleo liquefeito engarrafado), que foi rejeitado, 14/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável às garrafas de gás butano e propano, 373/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Redução do IVA do gás engarrafado para a taxa mínima, 377/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de garrafas de gás butano e propano, 384/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Reduz o IVA sobre o gás destinado a consumo doméstico, tendo sido aprovados requerimentos, apresentados respetivamente pelos autores das iniciativas, solicitando a sua baixa à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 60 dias, 386/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria o regime jurídico para a definição do preço do gás, a subsídio aos consumidores para a aquisição de GPL engarrafado, determina a alteração da regulamentação da revenda do GPL em botija e procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo autor da iniciativa, solicitando a sua baixa à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 90 dias, e os Projetos de Resolução n.ºs 481/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a concorrência, a transparência e a acessibilidade no mercado do GPL engarrafado, e 498/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que torne o acesso ao «gás de botija» mais acessível para as famílias, que foram aprovados. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Afonso](#) (CH), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Jorge Pinto](#) (L), [Pedro Vaz](#) (PS), [Eliseu Neves](#) (CH), [Carlos Cação](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Hugo Costa](#) (PS) e [Pedro Coelho](#) (PSD).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 296/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Guilherme Parente, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido, pela Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), o Projeto de Voto n.º 297/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Eurico Figueiredo, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa(a).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 306/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Romão Lavadinho, 313/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Renee Nicole Good, 330/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de José Pessoa, 333/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Maria Alzira Seixo e 336/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pelas vítimas do acidente ferroviário em Adamuz, Espanha, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 337/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por 1 Deputada do PS) — De saudação pelo centenário da presença do Rotary em Portugal.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 329/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De congratulação ao município de Valpaços pela distinção como município mais bio da Europa.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [506/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Roma e [507/XVII/1.ª](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [510/XVII/1.ª](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.

Foi rejeitado o Projeto de Deliberação n.º [21/XVII/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º [51/XVII/1.ª](#) (ALRAA).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [44/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento, tendo sido rejeitado, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º [374/XVII/1.ª](#) (BE) — Elimina os benefícios fiscais atribuídos no âmbito do SIFIDE a fundos de investimento e contribuições para fundos de investimento e capital de risco ou na aquisição de participações sociais.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [42/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [361/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que defenda, nas negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual, a soberania dos Estados-Membros em matéria de pensões e rejeite a condicionalidade de fundos europeus a reformas dos sistemas públicos de pensões.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [421/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda a melhoria da saúde auditiva e do acesso a tecnologias de apoio.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [367/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a inclusão da Associação Évora 2027 na lista oficial das entidades culturais elegíveis para investimento por ARI e [480/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a criação de condições para a salvaguarda e diversificação do financiamento no âmbito da recuperação de edifícios estratégicos e/ou classificados património mundial para o projeto Évora Capital Europeia da Cultura 2027.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º [309/XVII/1.ª](#) (PS) — Processo extraordinário de recuperação de pendências das juntas médicas de avaliação de incapacidade.

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 6 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 51 (2026.01.29)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e começou por deixar uma mensagem de condolências aos afetados pela depressão Kristin, seguindo-se um minuto de silêncio em homenagem às vítimas. Na sequência desta mensagem, usaram da palavra, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro](#)

Pinto (CH), Eurico Brilhante Dias (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE) e Filipe Sousa (JPP).

O Presidente assinalou a presença na galeria diplomática do Presidente do Riksdag da Suécia, Andreas Norlén, e respetiva delegação.

Em interpeleção à Mesa, o Deputado Mário Amorim Lopes (IL) sublinhou a importância da liberdade da imprensa e dos jornalistas que trabalham na Assembleia da República, considerando que a mesma não pode ser posta em causa e solicitando que o tema fosse discutido futuramente em Conferência de Líderes. Sobre este assunto, intervieram ainda os Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Hugo Soares (PSD) e Isabel Mendes Lopes (L).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a suspensão de mandato e respetiva substituição de um Deputado da IL.

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se ao debate sobre as prioridades da Presidência cipriota do Conselho da União Europeia, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com a participação da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), que, após uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados Paulo Moniz (PSD), Pedro Correia e Rodrigo Alves Taxa (CH), João Torres (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Filipa Pinto (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 117/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de o Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social, em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos e 381/XVII/1.ª (PAN) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de referência dos utentes do SNS em caso de incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos e reforça os mecanismos de fiscalização das prestações públicas de saúde realizadas fora do SNS. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Patrícia Nascimento (CH), Francisco Sousa Vieira (PSD), Sofia Andrade (PS), Inês de Sousa Real (PAN), João Alves Ambrósio (IL), Filipe Sousa (JPP), Patrícia Gonçalves (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Susana Correia (PS), Miguel Guimarães (PSD) e Cláudia Estevão (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 129/XVII/1.ª (PSD) — Procede à sexta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 323-d/2000, de 20 de dezembro, e 375/XVII/1.ª (BE) — Consagra a obrigatoriedade de pagamento de despesas de transporte ou de trasladação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Intervieram, a diverso título, os Deputados Paulo Moniz (PSD), Sandra Ribeiro (CH), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Isabel Mendes Lopes (L), Emanuel Câmara (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Rui Rocha (IL), Paula Santos (PCP), Idalina Durães (CH) e Inês de Sousa Real (PAN).

Discutiu-se o Decreto-Lei n.º 119/2025, de 13 de novembro, que procede à reconfiguração da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A. [Apreciação Parlamentar n.º 3/XVII/1.ª (PS)]. Proferiram intervenções, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Espírito Santo), os Deputados André Pinotes Batista (PS), Paulo Edson Cunha (PSD), Ricardo Moreira (CH),

Jorge Pinto (L), Angélique Da Teresa (IL), Filipe Sousa (JPP), Paulo Núncio (CDS-PP), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Francisco Covelinhas Lopes (PSD) e Carlos Barbosa (CH).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 18 horas e 32 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 52 (2026.01.30)

### SUMÁRIO

O Presidente (Marcos Perestrello) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Em declaração política, o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) deixou uma nota de pesar, em nome do Governo, pelas vítimas da tempestade Kristin, tendo expressado votos de solidariedade e respeito às respetivas famílias e garantido uma resposta do Estado, tão breve quanto possível, para repor a normalidade nas zonas afetadas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados Eurico Brilhante Dias (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Hugo Soares (PSD), Pedro Pinto (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Isabel Mendes Lopes (L) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, a Deputada Mariana Vieira da Silva (PS) criticou o atual Governo por não ter cumprido as promessas que fez de melhoria do Serviço Nacional de Saúde. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados Joana Cordeiro (IL), Marta Martins da Silva (CH), Fabian Figueiredo (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP) e Francisco Sousa Vieira (PSD).

Em declaração política, a Deputada Mariana Leitão (IL) considerou que o Governo não esteve à altura na reação aos estragos deixados pela passagem da depressão Kristin no País, devendo preparar-se melhor para, futuramente, minimizar o impacto destes fenómenos naturais. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Miguel Matos (PS), Filipa Pinto (L), Ricardo Lopes Reis (CH) e Hugo Patrício Oliveira (PSD).

Em declaração política, o Deputado Jorge Pinto (L) alertou para a necessidade de o País se preparar melhor para antecipar e reagir às consequências de fenómenos ambientais extremos. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Bernardo Pessanha (CH) e Pedro Vaz (PS).

Em declaração política, a Deputada Paula Santos (PCP) condenou a intenção do Governo de prorrogar o contrato de subconcessão das linhas urbanas da CP (Comboios de Portugal) por ser uma medida contrária ao interesse nacional e ao desenvolvimento do País e sublinhou o desinvestimento no setor. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Angélique Da Teresa (IL), Jorge Pinto (L), Paulo Moniz (PSD), Rui Cardoso (CH), José Carlos Barbosa (PS) e Fabian Figueiredo (BE).

Em declaração política, o Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apelou à libertação de todos os presos políticos do regime de Nicolás Maduro e dirigiu uma palavra de solidariedade às famílias dos portugueses que se encontram nessa situação, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados Bruno Ventura (PSD), Rui Rocha (IL), Rui Paulo Sousa (CH), João Torres (PS) e Patrícia Gonçalves (L).

Em declaração política, o Deputado Cristóvão Norte (PSD) destacou medidas nas áreas da saúde e habitação desenvolvidas no Algarve. Depois, respondeu aos pedidos de

esclarecimento dos Deputados [João Paulo Graça](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Luís Graça](#) (PS) e [Paulo Núncio](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pessanha](#) (CH) falou sobre a importância do investimento na segurança nacional e europeia e o papel de Portugal na indústria da defesa. Respondeu, a seguir, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Bruno Vitorino](#) (PSD) e [Frederico Francisco](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 53 (2026.01.31)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 9 horas e 3 minutos.

Foram apreciadas e votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas legislativas:

Projeto de Lei n.º [217/XVII/1.ª](#) (IL) — Revisão anual dos valores de apoio aos contratos de associação, patrocínio e cooperação, bem como às escolas profissionais privadas, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [324/XVII/1.ª](#) (IL) — Revisão imediata dos valores de apoio aos contratos de associação, patrocínio e cooperação, bem como às escolas profissionais privadas, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º [257/XVII/1.ª](#) (PCP) — Plano estratégico de investimento na educação inclusiva e ensino artístico, atualizando modelo de financiamento dos contratos de patrocínio e contratos de cooperação, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [26/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a atualização do valor de apoio financeiro por turma e por ano para os contratos de associação, cooperação e patrocínio e a revisão do modelo de financiamento para o ensino profissional privado, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [178/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que faça uma atualização nos contratos de associação, cooperação, bem como às escolas profissionais privadas, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º [339/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço do valor dos apoios financeiros para os contratos de cooperação relativos aos centros de recursos para a inclusão, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [499/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda o reforço da educação inclusiva e da educação artística, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º [502/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a revisão do valor do apoio financeiro dos contratos de cooperação, de associação e de patrocínio, bem como a atualização das tabelas dos valores anuais a atribuir aos cursos profissionais, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Angélique Da Teresa](#) (IL), [José Barreira Soares](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [José Carvalho](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Sandra Lopes](#) (PS), [Inês Barroso](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Procedeu-se à discussão e posterior votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º [32/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que acelere o objetivo de pagamento de faturas a 30 dias por parte do Estado, que foi aprovado, do Projeto de Lei n.º [378/XVII/1.ª](#) (IL) — Impossibilita a limitação do recurso ao factoring pelos fornecedores do Estado e obriga o

Estado a pagar as despesas de financiamento perante incumprimento do prazo de 60 dias, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs 488/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que tome rapidamente as medidas necessárias para reduzir o prazo médio de pagamento das faturas a fornecedores por parte do Estado para 30 dias, que foi aprovado, 496/XVII/1.ª (PAN) — Pela redução do prazo médio de pagamento a fornecedores por parte do Estado e dos pagamentos em atraso na área da saúde às associações humanitárias de bombeiros, que foi aprovado, 500/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de uma conta-corrente entre o Estado e as empresas, que foi rejeitado, e 503/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a apresentação de um calendário e metas para a implementação do pagamento atempado pelo Estado e da conta-corrente das empresas com a Administração Pública, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Paulo Nuncio (CDS-PP), Carlos Pereira (PS), Rui Rocha Pereira (PSD), João Alves Ambrósio (IL), Patrícia Gonçalves (L), João Ribeiro (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Marco Claudino (PSD) e Rui Fernandes (CH).

Foram debatidos e votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 8/XVII/1.ª (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 30 dias, o Projeto de Resolução n.º 16/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que cumpra o disposto na Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, e leve a cabo as diligências que nesse âmbito são colocadas sob sua competência, que foi rejeitado, os Projetos de Lei n.ºs 385/XVII/1.ª (L) — Introduce a perspetiva de justiça climática e de género na Lei de Enquadramento Orçamental, que foi rejeitado, 387/XVII/1.ª (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sem votação, por 90 dias, 388/XVII/1.ª (IL) — Alteração à Lei de Bases do Clima (segunda alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro), que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 90 dias, e os Projetos de Resolução n.ºs 501/XVII/1.ª (L) — Recomenda o cumprimento, regulamentação e implementação da Lei de Bases do Clima, que foi rejeitado, e 505/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a execução plena da Lei de Bases do Clima, aprovada pela Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro, que foi rejeitado. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Jorge Pinto (L), Miguel Matos (PS), Bernardo Pessanha (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Hernâni Loureiro (PS), Fabian Figueiredo (BE), Alfredo Maia (PCP), Paulo Lopes Marcelo (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), José Dotti (CH) e Hugo Carneiro (PSD).

Procedeu-se ao debate e votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 149/XVII/1.ª (L) — Prevê a eleição dos presidentes dos conselhos de administração das ULS, alterando o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, 209/XVII/1.ª (PCP) — Consagra a gestão democrática no Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, 355/XVII/1.ª (CH) — Alteração Estatuto do SNS, designando por via de concurso público e avaliação independente cargos de direção e administração, que foi rejeitado, 376/XVII/1.ª (BE) — Novas regras para a constituição dos conselhos de administração das unidades do Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, 379/XVII/1.ª (IL) — Novas regras de designação dos membros dos órgãos de administração dos estabelecimentos de saúde do SNS (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, e oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março), que foi rejeitado, 380/XVII/1.ª (PAN) — Assegura a transparência, despoliticização e valorização do mérito na governação do Serviço Nacional de Saúde, alterando o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, que foi rejeitado, 383/XVII/1.ª (PAN) — Reforça as garantias de estabilidade dos órgãos de gestão do SNS, alterando o Estatuto do Serviço Nacional de Saúde, que foi

rejeitado, e do Projeto de Resolução n.º 504/XVII/1.ª (PS) — Profissionalização dos membros dos conselhos de administração dos hospitais EPE ou unidades locais de saúde (ULS), que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Paulo Muacho* (L), *Paula Santos* (PCP), *Cristina Vieira Henriques* (CH), *Sofia Carreira* (PSD), *Fabian Figueiredo* (BE), *Joana Cordeiro* (IL), *Irene Costa* (PS), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Jorge Botelho* (PS), *Marta Martins da Silva* (CH), *Isabel Fernandes* (PSD), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP) e *Miguel Guimarães* (PSD).

Foram debatidos e votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 236/XVII/1.ª (JPP) — Uso exclusivo de aguardente vínica com origem e produção na RDD na beneficiação do vinho do Porto e do Moscatel do Douro, alterando o Decreto-Lei n.º 106/2025, de 15 de setembro, que foi aprovado, e os Projetos de Resolução n.ºs 490/XVII/1.ª (PCP) — Prioridade à beneficiação dos mostos com aguardentes víquicas do Douro, que foi rejeitado, e 495/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a priorização da incorporação de aguardente de origem regional no fabrico do vinho do Porto e do Moscatel do Douro e a salvaguarda da sustentabilidade económica da Região Demarcada do Douro, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados *Filipe Sousa* (JPP), *Alfredo Maia* (PCP), *Fabian Figueiredo* (BE), *Rui Jorge Santos* (PS), *Mário Amorim Lopes* (IL), *Fernando Queiroga* (PSD), *Manuela Tender* (CH), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Jorge Pinto* (L), *Pedro dos Santos Frazão* (CH), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP) e *Amílcar Almeida* (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 339/XVII/1.ª (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de António Mariano, 353/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) — De pesar pelo falecimento de Elisa Lisboa, 355/XVII/1.ª (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Carlos Miguel, antigo guarda-redes de futebol de praia, 356/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar em memória das vítimas do Holocausto, 357/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelas vítimas da depressão Kristin, 358/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de António Chainho e 359/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR e subscrito pelo CH) — De pesar pela morte de Fernando Mamede, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 521/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 129/XVII/1.ª (PSD) — Procede à sexta alteração ao Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado em anexo à Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, à quarta alteração ao Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril, à segunda alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, e à primeira alteração ao Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 323-d/2000, de 20 de dezembro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 375/XVII/1.ª (BE) — Consagra a obrigatoriedade de pagamento de despesas de transporte ou de trasladação por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 117/XVII/1.ª (CH) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de o Estado referenciar os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) para atendimento nos setores privado ou social, em caso de esgotamento dos tempos máximos de resposta garantidos, e 381/XVII/1.ª (PAN) — Altera a Lei de Bases da Saúde, estabelecendo a obrigação de referenciação dos utentes do SNS em caso de incumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos e reforça os mecanismos de fiscalização das prestações públicas de saúde realizadas fora do SNS.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 519/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 119/2025, de 13 de novembro, que procede à reconfiguração da Administração do Porto de Lisboa, S. A., e da Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 423/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Condena o golpe militar ocorrido na Guiné-Bissau no dia 26 de novembro de 2025 e apela à reposição da normalidade constitucional e libertação de todos os detidos ilegalmente.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 471/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que condene a intervenção militar dos EUA na Venezuela.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 472/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que condene as ameaças de anexação da Gronelândia pela administração Trump e afirme a sua solidariedade com os governos da Gronelândia e do Reino da Dinamarca.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 473/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo o reforço urgente da informação eleitoral dirigida aos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro e a adoção de medidas que garantam o direito efetivo ao voto em eleições presidenciais.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pela Comissão de Saúde, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.º 28/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Revoga a Lei n.º 33/2025, e n.º 106/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Lei de prevenção e proteção contra a violência obstétrica.

Foi ainda aprovado o Projeto de Resolução n.º 393/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Promoção do voto acessível e universal para todas as pessoas.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo à Proposta de Lei n.º 40/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Regulamenta os ensaios clínicos de medicamentos para uso humano;

Texto final, apresentado pela Comissão do Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 460/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a operacionalização uniforme do «direito ao esquecimento», nos termos consagrados na Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro;

Texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Lei n.º 83/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Clarifica o regime especial de titularidade de instituições de ensino superior por entidades públicas resultante do processo de revisão do regime jurídico das assembleias distritais;

Texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 404/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Promover a melhoria das acessibilidades para pessoas com deficiência e reforçar a fiscalização.

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de autorizar dois Deputados do Chega a intervir em tribunal.

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 58 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 54 (2026.02.13)**

## **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta da conclusão da Apreciação Parlamentar n.º 1, relativa ao Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto — «Aprova o processo da primeira fase da reprivatização do capital social da TAP — Transportes Aéreos Portugueses, SA.», no seguimento da rejeição, na especialidade, das propostas de alteração.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado do Chega.

O Presidente endereçou condolências às famílias e amigos das vítimas mortais na sequência das condições climatéricas que afetam o País.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PSD, foi discutido e aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 398/XVII/1.ª (PSD) — Estabelece medidas de proteção de crianças em ambientes digitais, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Andreia Neto](#) (PSD), [Rita Matias](#) (CH), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Rui Cardoso](#) (CH), [Sofia Pereira](#) (PS), [Marta Patrícia Silva](#) (IL), [Madalena Cordeiro](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Porfírio Silva](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [André Ventura](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Eva Brás Pinho](#) (PSD).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 28 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 55 (2026.02.14)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 49/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código do Imposto Único de Circulação, que foi aprovada, juntamente com, também na generalidade, o Projeto de Lei n.º 410/XVII/1.ª (IL) — Não incidência temporal de IUC em veículos imobilizados com matrícula cancelada temporariamente, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 530/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a realização de uma campanha nacional de esclarecimento e de prevenção de fraude no âmbito das reorganizações das datas de pagamento do imposto único de circulação, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, além do Ministro de Estado e das Finanças ([Joaquim Miranda Sarmento](#)), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Marcus Santos](#) (CH), [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Miguel Matos](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Afonso](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L) e [Alberto Fonseca](#) (PSD).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 50/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2024/1260, relativa à recuperação e perda de bens, procedendo à alteração ao Código Penal, ao Código de Processo Penal, à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, à Lei n.º 45/2011, de 24 de junho, e à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, que foi aprovada, e do Projeto de Lei n.º 404/XVII/1.ª (CH) — Reforça o regime da perda de instrumentos, produtos e vantagens da atividade criminosa e da administração de bens apreendidos e perdidos, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça ([Rita Alarcão Júdice](#)), os Deputados [Cristina Rodrigues](#) e [Idalina Durães](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Alves](#)

*Ambrósio (IL), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Francisco José Martins (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS).*

*Procedeu-se, de seguida, ao debate da Conta Geral do Estado de 2024, que foi posteriormente aprovada, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), os Deputados Paulo Seco (CH), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Almiro Moreira (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Eduardo Teixeira (CH), Mário Amorim Lopes (IL), Miguel Cabrita (PS), Patrícia Gonçalves (L), Alfredo Maia (PCP) e Fabian Figueiredo (BE).*

*O Presidente, no âmbito do Dia Mundial da Rádio, fez uma saudação a todos os jornalistas de rádio, em especial aos presentes na sessão.*

*Foi lido o Projeto de Voto n.º 352/XVII/1.ª (apresentado pelo BE e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Alex Jeffrey Pretti, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).*

*Foi lido, pelo Deputado Paulo Nuncio (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º 366/XVII/1.ª (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de José Luís Nogueira de Brito, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), que a Câmara aplaudiu.*

*Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 367/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Educação e Ciência e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Nuno Loureiro, 368/XVII/1.ª (apresentado pelo L) — De pesar pelo falecimento de Serafim Riem, 369/XVII/1.ª (apresentado pelo BE e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Joana Lopes, 381/XVII/1.ª (apresentado pelo PCP, pelo BE, pelo L, pelo PAN e pelo PS) — De pesar pelo falecimento de João Canijo, 382/XVII/1.ª (apresentado pela Comissão de Defesa Nacional) — De pesar pelo falecimento do Coronel José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a). De seguida, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.*

*Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 567/XVII/1.ª (PAR) — Alteração da data da deslocação do Presidente da República a Madrid.*

*Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 579/XVII/1.ª (PAR) — Prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.*

*Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 22/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.ª (GOV).*

*Foram aprovadas, em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs 6/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Tratado de Amizade e de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Francesa, assinado no Porto, a 28 de fevereiro de 2025, e 7/XVII/1.ª (GOV) — Aprova as Decisões n.ºs 1/2022, de 21 de junho de 2022, 1/2023, de 30 de junho de 2023, e 2/2023, de 25 de outubro de 2023, do Comité de Embaixadores ACP-UE.*

*Foram rejeitados os pontos 1 a 3 e aprovado o ponto 4 do Projeto de Resolução n.º 482/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a firme rejeição do plano de intervenção e transição imposto pelos Estados Unidos da América na Venezuela e a defesa do Direito Internacional.*

*Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 485/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que condene a ofensiva sistemática contra a ajuda humanitária na Faixa de Gaza, Palestina.*

*Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 492/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que condene a construção da estrada segregada na área E1 e da política de anexação de facto da Cisjordânia ocupada.*

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 214/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a alteração do Decreto Regulamentar n.º 3/2021, de 25 de junho, para garantir o exercício de funções em regime de exclusividade pelo Provedor do Animal e reforçar os mecanismos de transparência e prestação de contas.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 322/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a definição de prazos justos, regras equitativas e maior transparência na gestão dos apoios ao bem-estar animal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 493/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que avance com procedimentos concursais direcionados para os postos de trabalho ocupados por trabalhadores contratados via Plano de Recuperação e Resiliência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 81/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Por mais transparência do RASI quanto aos dados relativos aos crimes de violência contra as mulheres e violência doméstica.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 15/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de um orçamento de carbono 2026-2030 que cumpra os compromissos do Acordo de Paris.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 17/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia industrial verde.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 511/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação humanitária e defenda os direitos humanos no Curdistão Sírio.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 512/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que una esforços para auxiliar a Guiné-Bissau a restaurar a sua estabilidade democrática.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 420/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Estratégia para a sensibilização e prevenção de situações de assédio e violência em contexto laboral.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 542/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que inclua a A1 na isenção temporária de portagens e a devolução das portagens já pagas nos municípios afetados pela depressão Kristin.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 395/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 397/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) e 402/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), que recomenda ao Governo a adoção de medidas de salvaguarda e valorização do Cinema Império, em Lisboa.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 481/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) e 498/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), que recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a concorrência, a transparência e a acessibilidade no mercado do GPL engarrafado.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 311/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP), que recomenda ao Governo que promova a melhoria das condições de vida das pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 88/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) e 95/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), que recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 129/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) e 375/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), que define a entidade responsável pelo pagamento das despesas de transporte e de trasladação para as regiões autónomas em contexto prisional e tutelar

educativo, alterando o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais e o Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 18 minutos.

Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 56 (2026.02.19)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 30 minutos.

No âmbito da ordem do dia, fixada a requerimento do PS, foram discutidas as Apreciações Parlamentares n.ºs [6/XVII/1.ª](#) (PS) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões, e [7/XVII/1.ª](#) (CH) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões, juntamente com as Propostas de Lei n.ºs [51/XVII/1.ª](#) (ALRAA) — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões, e [55/XVII/1.ª](#) (ALRAM) — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas regiões, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, e revoga as respetivas normas regulamentares, e com o Projeto de Lei n.º [409/XVII/1.ª](#) (CH) — Proceda à alteração ao Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, afirmando a mobilidade aérea como direito dos cidadãos portugueses das regiões autónomas, reforçando a coesão e a continuidade territorial e alterando a designação do Subsídio Social de Mobilidade, que foram aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Francisco César](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Francisco Gomes](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Idalina Durães](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Carlos Pereira](#) (PS), [Ana Martins](#) (CH), [Marta Patrícia Silva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Lina Pinheiro](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Carlos Pereira](#) (PS), [Patrícia Almeida](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Tilly](#) (CH) e [Emanuel Câmara](#) (PS).

Foi apreciada a Conta de Gerência da Assembleia da República relativa ao ano de 2024, tendo proferido intervenções os Deputados [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 6 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 57 (2026.02.20)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), tendo usado da palavra, a diverso título, além do Primeiro-Ministro, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 31 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 58 (2026.02.21)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 1 minuto.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado da IL.

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [52/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera o Código de Processo Penal, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, e o Estatuto da Vítima, aprovado em anexo à Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro e dos Projetos de Lei n.ºs [423/XVII/1.ª](#) (PCP) — Densificação das condições para a suspensão provisória dos processos relativos à violência doméstica, altera o Código de Processo Penal, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e o Estatuto da Vítima, aprovado em anexo à Lei n.º 130/2015, de 4 de setembro, [424/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos e garantias das crianças vítimas de violência doméstica e de maus-tratos e das crianças órfãs em consequência de homicídio em contexto de violência doméstica, alterando diversos diplomas, que foram aprovados; [425/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça os mecanismos de proteção das vítimas de violência doméstica e autonomiza o crime de feminicídio no Código Penal, alterando diversos diplomas, que foi rejeitado; [432/XVII/1.ª](#) (IL) — Dispensa da tentativa de conciliação nos processos de divórcio sem consentimento do outro cônjuge nos casos de crime de violência doméstica, que foi aprovado; e [433/XVII/1.ª](#) (CH) — Confere ao Ministério Público e aos órgãos de polícia criminal o poder para determinarem medidas de interdição urgentes ao denunciado pela prática de crime de violência doméstica, que foi rejeitado; juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [581/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforço de meios para o combate ao crime de violência doméstica, que foi rejeitado; [602/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço de meios e instrumentos ao dispor das forças de segurança no domínio da violência contra as mulheres e violência doméstica e [603/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que garanta que todas as vítimas de violência no namoro tenham acesso a um apoio eficaz, inclusivo e respeitador dos seus direitos, que foram aprovados. Intervieram no debate, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça (Gonçalo da Cunha Pires), os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Felicidade Vital](#) (CH), [Elza Pais](#) (PS),

*Vanessa Barata (CH), Filipe Sousa (JPP), Eva Brás Pinho (PSD), Patrícia Faro (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Muacho (L) e Fabian Figueiredo (BE).*

*Foi debatida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 54/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Código de Processo Penal e o Regulamento das Custas Processuais, que foi aprovada. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice), os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Nuno Gabriel (CH), Isabel Alves Moreira (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Rui Rocha (IL), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Catarina Salgueiro (CH), Paulo Muacho (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Lopes Marcelo (PSD) e Pedro Pinto (CH).*

*Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 154/XVII/1.ª (CH) — Revê o regime jurídico de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças de segurança, constante do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro, que foi rejeitado; e 434/XVII/1.ª (PSD) — Altera o regime jurídico de utilização de armas de fogo e explosivos pelas forças e serviços de segurança, constante do Decreto-Lei n.º 457/99, de 5 de novembro, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias. Proferiram intervenções os Deputados André Ventura (CH), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Rui Rocha (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Paulo Muacho (L), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Pedro Vaz (PS) e Nuno Simões de Melo (CH).*

*Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 81/XVII/1.ª (PSD) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum, 215/XVII/1.ª (CH) — Estabelece medidas de incentivo ao radioamadorismo em Portugal, alterando o Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, e 426/XVII/1.ª (PAN) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, eliminando o limite mínimo de idade para obtenção do Certificado de Amador Nacional e assegurando a descentralização dos locais de realização do exame de aptidão de amador, conjuntamente com o Projeto de Resolução n.º 588/XVII/1.ª (L) — Pela defesa e promoção do radioamadorismo nas escolas e em contexto de fenómenos naturais extremos, que foram aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paulo Moniz (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Patrícia Carvalho (CH), Jorge Galveias (CH), Luís Moreira Testa (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Filipa Pinto (L), Frederico Francisco (PS), Alfredo Maia (PCP), João Alves Ambrósio (IL) e Filipe Sousa (JPP).*

*Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 59/XVII/1.ª (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade Kristin, que foi aprovada; juntamente com, também na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 440/XVII/1.ª (L) — Reforço urgente dos apoios sociais imediatos às famílias, empresas e associações afetadas pelas tempestades, que, a pedido do proponente, baixou à Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, sem votação, por 30 dias, e 441/XVII/1.ª (L) — Cria a agência recuperar Portugal, alargando a abrangência da Estrutura de Missão «Reconstrução da região centro do País», que, a pedido do proponente, baixou à Comissão de Economia e Coesão Territorial, sem votação, por 30 dias, e os Projetos de Resolução n.ºs 566/XVII/1.ª (PSD) — Constituição da comissão eventual de prevenção e combate às catástrofes naturais em Portugal, que, a pedido do Livre, baixou à Comissão de Economia e Coesão Territorial, sem votação, por 30 dias, 606/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que amplie o objeto da declaração de calamidade prevista nas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 15-B/2026, de 30 de janeiro, 15-C/2026, de 1 de fevereiro, 24-A/2026, de 5 de fevereiro, 613/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo um*

conjunto de medidas destinadas à mitigação de perdas em diversas atividades económicas e à recuperação das respetivas capacidades, bem como à recuperação de habitações, [619/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Alargamento da situação de calamidade para os concelhos de Arruda dos Vinhos, Alenquer, Almada, Anadia, Amarante, Azambuja, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel, Sobral de Monte Agraço e Resende, [620/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um pacote de apoio extraordinário em resposta às tempestades ocorridas, que foram aprovados, [622/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Cria um escudo social para proteger e reconstruir as comunidades afetadas dos concelhos territorialmente abrangidos pela declaração da situação de calamidade, constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15-B/2026, de 30 de janeiro, e respetivas prorrogações e alargamentos territoriais e [623/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo que a concessionária Brisa assuma, de forma integral e exclusiva, todos os custos de reparação e a indemnização por danos resultantes do colapso do troço da autoestrada A1 ao quilómetro 191, na zona dos Casais, em Coimbra, salvaguardando o interesse público, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), os Deputados [Catarina Louro](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [André Rijo](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [386/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de José Carlos Rolo e [388/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Armando Gabriel Teixeira Baltasar, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas. (a)

Foi lido o Projeto de Voto n.º [394/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas) — De pesar pelos danos e perdas causadas pelas tempestades que assolaram Portugal, cuja parte deliberativa foi aprovada. (a)

No fim, a Câmara guardou, 1 minuto de silêncio.

Foi lido, pelo Presidente, o Projeto de Voto n.º [397/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De saudação pelo centenário de António de Almeida Santos, tendo a parte deliberativa sido aprovada. (a)

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [398/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De solidariedade com as comunidades afetadas pelas intempéries de janeiro e fevereiro de 2026.

Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs [550/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a África e [621/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Bruxelas.

Foi aprovada a Conta de Gerência da Assembleia da República relativa ao ano de 2024.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [491/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo a desclassificação parcial e divulgação do Plano de Ação de Prevenção da Radicalização e dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [349/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforça os instrumentos de promoção do acesso à habitação permanente e de combate a especulação imobiliária.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [455/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à modernização, acessibilidade e melhoria do sítio institucional da editorial do Ministério da Educação e Ciência (emec.gov.pt).

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [48/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas, e a

alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação, e o regime jurídico da reabilitação urbana.

Foi aprovado, em votação final global, o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente ao texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º 48/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas, e a alterar o regime jurídico da urbanização e da edificação, e o regime jurídico da reabilitação urbana.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo ao Projeto de Lei n.º 125/XVII/1.ª (PSD) — Procede à oitava alteração à Lei n.º 13/2006, de 17 de abril, que aprova o Regime Jurídico do Transporte Coletivo de Crianças e Jovens.

Foram aprovados, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 47/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a aprovar medidas de desagravamento fiscal para o fomento de oferta de habitação e o requerimento, apresentado pelo PSD, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões relativamente ao mesmo texto final.

Foram ainda aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do PSD a intervir em tribunal e a autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do Chega.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 34 minutos.

Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 59 (2026.02.26)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 58 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à prorrogação da suspensão do mandato e respetiva substituição de um Deputado da IL.

No âmbito da ordem do dia fixada pelo BE, procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 447/XVII/1.ª (BE) — Estabelece um bónus extraordinário para operacionais mobilizados na resposta às tempestades, 448/XVII/1.ª (BE) — Isenção do pagamento do imposto municipal sobre imóveis das habitações gravemente afetadas pelas tempestades, 449/XVII/1.ª (BE) — Regime de reparação de danos por morte e incapacidade permanente decorrentes das tempestades, 450/XVII/1.ª (BE) — Estabelece medidas excecionais para a proteção do direito à habitação e dos estabelecimentos comerciais e indústria nos concelhos afetados pelas tempestades de 2026 e 451/XVII/1.ª (BE) — Estabelece medidas excecionais de apoio e proteção social nos concelhos afetados pelas tempestades, que foram rejeitados; do Projeto de Resolução n.º 627/XVII/1.ª (BE) — Monitorização de preços de bens essenciais nas zonas afetadas pelas tempestades, que foi rejeitado; do Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de lay-off simplificado para as zonas atingidas pela tempestade Kristin [Apreciação Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (L, PCP e BE)]; dos Projetos de Lei n.ºs 130/XVII/1.ª (PAN) — Prevê a criação de um plano nacional de

busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da Proteção Civil, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, a solicitar a sua baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 60 dias, [413/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Plano de intervenção para responder às necessidades das populações e do País na sequência dos impactos das tempestades e [445/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Prevê a isenção excecional e automática de imposto municipal sobre imóveis (IMI) relativa ao ano de 2026 aplicável aos concelhos declarados em situação de calamidade, que foram rejeitados, e [454/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade Kristin e por outros eventos climáticos extremos, que foi aprovado; e dos Projetos de Resolução n.ºs [522/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela depressão Kristin e [525/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026, que foram aprovados, [562/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um fundo de resgate agrícola, a fundo perdido, para a reposição do potencial produtivo e compensação de perdas nas explorações agrícolas e pecuárias afetadas pela tempestade Kristin e [605/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (JPP) — Recomenda ao Governo a criação do fundo nacional de luta contra as catástrofes naturais, que foram rejeitados, [630/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias recentes, que foi aprovado, [631/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Transferência dos encargos com faltas em situação de calamidade das empresas para a Segurança Social, que foi rejeitado, [632/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas adicionais de apoio aos agricultores portugueses afetados pela depressão Kristin e [633/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens, que foram aprovados, e [634/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Garantia do apoio à recuperação da habitação em todos os territórios afetados pelo comboio de tempestades, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Ribeiro](#) (CH), [Carla Barros](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Firmino Ferreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH), [Sonia dos Reis](#) e [Ricardo Oliveira](#) (PSD), [Bruno Nunes](#) (CH), [André Pinotes Batista](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Hugo Costa](#) (PS), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Seco](#) (CH), [Catarina Louro](#) (PS), [Ricardo Carvalho](#) (PSD), [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Eliseu Neves](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [André Rijo](#) (PS), [Isaura Morais](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Na sequência da aprovação de três requerimentos, apresentados pela IL, pelo L e pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade das propostas de alteração aos artigos 2.º, que foi aprovada, e 3.º, 5.º e 15.º, que foram rejeitadas, da Proposta de Lei n.º [59/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário destinado à reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas nos concelhos afetados pela tempestade Kristin, intervieram os Deputados [João Alves Ambrósio](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Luís Graça](#) (PS), [Paulo Lopes Marcelo](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Paula Santos](#) (PCP). Foi depois aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo à iniciativa.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 20 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 28 minutos.

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [389/XVII/1.ª](#) (PS) — Cria o Programa «Voltar a Casa», para dar resposta às pessoas que se encontram nos hospitais com alta clínica a aguardar vaga em respostas sociais e [427/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria o Programa «Alta Digna» e estabelece respostas integradas para situações de internamento social, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [544/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados no ano de 2026, [580/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo medidas urgentes para eliminar os internamentos sociais e assegurar respostas sociais em tempo útil através da segurança social, [582/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao governo a adoção de medidas para a eliminação dos internamentos sociais de recém-nascidos, [589/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados, [590/XVII/1.ª](#) (L) — Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários, [593/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, promovendo a transição das pessoas em situação de internamento social e [596/XVII/1.ª](#) (BE) — Redução dos internamentos sociais pelo reforço da oferta pública através da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Irene Costa](#) (PS), [Leonor Cipriano](#) (PSD), [Cláudia Estevão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Sandra Pereira](#) (PSD) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [45/XVII/1.ª](#) (IL) — Alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, [100/XVII/1.ª](#) (PAN) — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [587/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que adote um plano de emergência para a reforma estrutural da jurisdição administrativa e fiscal e [595/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova o sistema de pré-mediação como mecanismo de tentativa de conciliação entre a AIMA e os cidadãos. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Rui Rocha](#) (IL), [Manuel Magno](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [João Paulo Graça](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.ºs [528/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação de um programa nacional de distribuição de kits de emergência, [549/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de guias de emergência impressos para distribuição às famílias portuguesas e a designação de um canal de rádio público como referência para comunicação em situações de catástrofe, [554/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da resiliência e continuidade dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas, [574/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos geradores em infraestruturas essenciais e o aumento da resiliência dessas infraestruturas em situações de emergência, [575/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reforcem a resiliência da população e a melhoria da comunicação da proteção civil em eventos meteorológicos extremos, [583/XVII/1.ª](#)

(PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das famílias para situações de emergência, através da sensibilização para a constituição de kits de emergência domésticos, da sua disponibilização às populações e da inclusão dos animais de companhia nos planos familiares de resposta a crises, [584/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da sensibilização da população para a prevenção de riscos associados a tempestades e [594/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a aposta no papel das rádios em situação de catástrofe. Intervieram os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Vaz](#) (PS), [Carlos Barbosa](#) e [Ricardo Moreira](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [André Rijo](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Debateram-se, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [287/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro), [288/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do CGP, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro), [419/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de reforma e de velhice dos militares das Forças Armadas, dos militares da Guarda Nacional Republicana, do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima e [420/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de aposentação e de velhice do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica da Polícia Judiciária e do pessoal do Corpo da Guarda Prisional. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Helga Correia](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Patrícia Faro](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Marta Patrícia Silva](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Luís Moreira Testa](#) (PS).

Procedeu-se ao debate dos Projetos de Resolução n.ºs [539/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos e [546/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie junto da Ordem dos Médicos para que seja criada a especialidade de medicina paliativa, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [428/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem 18 anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, e [431/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [569/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento e reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos, [585/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo reforço dos cuidados paliativos pediátricos, [591/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço da formação em cuidados paliativos dos profissionais de saúde, [597/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, [598/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Atualização de valores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [600/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a valorização dos cuidados paliativos comunitários, [601/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforço da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, assegurando uma resposta integrada ao longo do ciclo de vida, e [604/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jorge Botelho](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE),

[Susana Correia](#) (PS), [Sofia Machado Fernandes](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Ana Oliveira](#) (PSD) e [Cristina Vieira Henriques](#) (CH).

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 395/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho, conferindo o direito de dispensa ao trabalho no dia da dádiva sem perda de retribuição, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 517/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de fidelização de doadores jovens para a revitalização das reservas de sangue, com os Projetos de Lei n.ºs 429/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a falta justificada sem perda de remuneração no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho e 430/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, na generalidade, e ainda com os Projetos de Resolução n.ºs 537/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela dignidade da dádiva de sangue e pela segurança do Serviço Nacional de Saúde, 592/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Promoção da dádiva de sangue e reforço da capacidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP, e 599/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Sónia Margarida Fernandes](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [António Carneiro](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Irene Costa](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Liliana Fidalgo](#) (PSD), [Armando Grave](#) (CH) e [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 61 (2026.02.28)

### SUMÁRIO

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com o Ministro Adjunto e da Reforma do Estado ([Gonçalo Matias](#)). Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Ventura](#) e [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Almiro Moreira](#), [Andreia Neto](#), [Joana Seabra](#) e [Marco Claudino](#) (PSD), [Marina Gonçalves](#), [Jorge Botelho](#) e [Porfírio Silva](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foi lido, pelo Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º 332/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo CDS-PP e subscrito por um Deputado do PSD) — De pesar pelo falecimento de [Maria Antonieta Antunes Dias](#), tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 402/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelos 25 anos da queda da Ponte Hintze Ribeiro, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 411/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Saúde) — De congratulação ao Prof. Doutor João Goulão, antigo Presidente do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), em reconhecimento do seu percurso profissional excecional e do contributo ímpar que prestou a Portugal na área da saúde pública e das políticas sobre drogas e comportamentos aditivos (a).

Foi lido, pela Presidente ([Teresa Morais](#)), o Projeto de Voto n.º 413/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De solidariedade com a Ucrânia, no 4.º aniversário da invasão em larga escala, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) assinalou a presença, na galeria diplomática, da Embaixadora da Ucrânia em Lisboa e respetiva delegação.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [389/XVII/1.ª](#) (PS) — Cria o programa «Voltar a Casa», para dar resposta às pessoas que se encontram nos hospitais com alta clínica a aguardar vaga em respostas sociais, que foi aprovado, e [427/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria o Programa «Alta Digna» e estabelece respostas integradas para situações de internamento social, que foi rejeitado, os Projetos de Resolução n.ºs [544/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que atualize os valores dos apoios a pagar às unidades de cuidados continuados integrados no ano de 2026, que foi aprovado, [580/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo medidas urgentes para eliminar os internamentos sociais e assegurar respostas sociais em tempo útil através da Segurança Social, que foi rejeitado, [582/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a eliminação dos internamentos sociais de recém-nascidos, que foi rejeitado, [589/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a melhoria da capacidade de resposta das consultas ao domicílio através da adoção de modelos inovadores de prestação de cuidados continuados, que foi rejeitado, [590/XVII/1.ª](#) (L) — Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários, que foi aprovado, [593/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, promovendo a transição das pessoas em situação de internamento social, que foi rejeitado, e [596/XVII/1.ª](#) (BE) — Redução dos internamentos sociais pelo reforço da oferta pública através da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, que foi rejeitado.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [45/XVII/1.ª](#) (IL) — Alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos e [100/XVII/1.ª](#) (PAN) — Assegurar uma maior celeridade da justiça administrativa e fiscal, alterando diversos diplomas, e dos Projetos de Resolução n.ºs [587/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que adote um plano de emergência para a reforma estrutural da jurisdição administrativa e fiscal e [595/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que promova o sistema de pré-mediação como mecanismo de tentativa de conciliação entre a AIMA e os cidadãos, que foram rejeitados.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [528/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação de um programa nacional de distribuição de kits de emergência e [549/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de guias de emergência impressos para distribuição às famílias portuguesas e a designação de um canal de rádio público como referência para comunicação em situações de catástrofe, que foram rejeitados, os Projetos de Resolução n.ºs [554/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da resiliência e continuidade dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas, [574/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço dos geradores em infraestruturas essenciais e o aumento da resiliência dessas infraestruturas em situações de emergência e [575/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que reforcem a resiliência da população e a melhoria da comunicação da proteção civil em eventos meteorológicos extremos, que foram aprovados, o Projeto de Resolução n.º [583/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da preparação das famílias para situações de emergência, através da sensibilização para a constituição de kits de emergência domésticos, da sua disponibilização às populações e da inclusão dos animais de companhia nos planos familiares de resposta a crises, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs [584/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de reforço da sensibilização da população para a prevenção de riscos associados a tempestades e [594/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a aposta no papel das rádios em situação de catástrofe, que foram aprovados.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [287/XVII/1.ª](#) (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal militar e militarizado, corrigindo injustiças no

cálculo das respetivas pensões de reforma (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro), [288/XVII/1.ª](#) (PCP) — Revê o complemento de pensão destinado ao pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do CGP, corrigindo injustiças no cálculo das respetivas pensões de reforma (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro), [419/XVII/1.ª](#) (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de reforma e de velhice dos militares das Forças Armadas, dos militares da Guarda Nacional Republicana, do pessoal militarizado da Marinha e da Polícia Marítima e [420/XVII/1.ª](#) (CH) — Revê o regime de atribuição das pensões de aposentação e de velhice do pessoal com funções policiais da Polícia de Segurança Pública, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica da Polícia Judiciária e do pessoal do Corpo da Guarda Prisional.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [539/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda o reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos, [546/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que diligencie junto da Ordem dos Médicos para que seja criada a especialidade de Medicina Paliativa e o Projeto de Lei n.º [428/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março, que foram aprovados, o Projeto de Lei n.º [431/XVII/1.ª](#) (L) — Garante que são remuneradas as faltas justificadas para assistência a familiares em cuidados paliativos, que foi rejeitado, os Projetos de Resolução n.ºs [569/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o alargamento e reforço da rede de cuidados paliativos pediátricos, [585/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pelo reforço dos cuidados paliativos pediátricos, [591/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço da formação em cuidados paliativos dos profissionais de saúde, [597/XVII/1.ª](#) (BE) — Reforço dos cuidados paliativos pediátricos no Serviço Nacional de Saúde, [598/XVII/1.ª](#) (IL) — Atualização de valores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, [600/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a valorização dos cuidados paliativos comunitários e [601/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforço da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, assegurando uma resposta integrada ao longo do ciclo de vida, que foram aprovados, e o Projeto de Resolução n.º [604/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforço da resposta em cuidados paliativos pediátricos, que foi rejeitado.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [395/XVII/1.ª](#) (BE) — Altera o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho, conferindo o direito de dispensa ao trabalho no dia da dádiva sem perda de retribuição, o Projeto de Resolução n.º [517/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de fidelização de dadores jovens para a revitalização das reservas de sangue, os Projetos de Lei n.ºs [429/XVII/1.ª](#) (PAN) — Prevê a falta justificada sem perda de remuneração no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue e o Código do Trabalho, e [430/XVII/1.ª](#) (PCP) — Direito à dispensa ao trabalho no dia da dádiva de sangue, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, e os Projetos de Resolução n.ºs [537/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela dignidade da dádiva de sangue e pela segurança do Serviço Nacional de Saúde e [592/XVII/1.ª](#) (L) — Promoção da dádiva de sangue e reforço da capacidade do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I.P., que foram rejeitados, e o Projeto de Resolução n.º [599/XVII/1.ª](#) (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue, que foi aprovado.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [533/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes de proteção e bem-estar animal em situações de emergência e catástrofe, assegurando apoio às associações zoófilas, cuidadores e centros de recolha oficial de animais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [489/XVII/1.ª](#) (PCP) — Condenação da agressão militar dos EUA contra a República Bolivariana da Venezuela e do sequestro do seu Presidente, Nicolás Maduro, e da sua esposa, a Deputada Cilia Flores.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [555/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da qualidade da governação orçamental no âmbito da apreciação da Conta Geral do Estado.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [494/XVII/1.ª](#) (BE) — Alteração do Dia Nacional das Acessibilidades, [571/XVII/1.ª](#) (PSD) — Procede à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades para a última quinta-feira do mês de outubro e [399/XVII/1.ª](#) (PAN) — Procede à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [552/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a suspensão de prazos processuais e a criação de uma rede de apoio jurídico às vítimas da depressão Kristin.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [548/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de um sistema de alerta por rádio com envio automático de SMS georreferenciadas em situações de emergência e catástrofe.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Proposta de Lei n.º [25/XVII/1.ª](#) (GOV) — Assegura a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE (Regulamento dos Serviços Digitais).

Foi rejeitado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Apreciação Parlamentar n.º [2/XVII/1.ª](#) (PS) — Decreto-Lei n.º 93/2025, de 14 de agosto, que estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º [131/XVII/1.ª](#) (CH) — Promove a otimização do serviço prestado pelos enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica no Serviço Nacional de Saúde

Foram aprovados, em votação final global, os textos finais, apresentados pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativos ao Projetos de Resolução n.ºs [32/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que acelere o objetivo de pagamento de faturas a 30 dias por parte do Estado, [488/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que tome rapidamente as medidas necessárias para reduzir o prazo médio de pagamento das faturas a fornecedores por parte do Estado para 30 dias e [496/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela redução do prazo médio de pagamento a fornecedores por parte do Estado e dos pagamentos em atraso na área da saúde às associações humanitárias de bombeiros.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 33 minutos.

Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 62 (2026.03.05)**

**SUMÁRIO**

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados sobre a suspensão do mandato e respetiva substituição de um Deputado do PS e de uma Deputada do L, bem como a assunção do mandato de duas Deputadas do PSD.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [José Luís Carneiro](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 32 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 63 (2026.03.06)**

**SUMÁRIO**

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Procedeu-se a um debate político, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 62.º](#) do Regimento, tendo a ordem do dia sido fixada, a requerimento do CH, sobre «As acusações de racismo na sociedade, no desporto e no sistema político: é preciso virar a página». Usaram da palavra, a diverso título, o Deputado [André Ventura](#) (CH), que abriu e encerrou o debate, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Marcus Santos](#) (CH), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Carolina Marques](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eva Cruzeiro](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Rita Matias](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Dália Miranda](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Aida Carvalho](#) (PS), [Rui Cardoso](#) (CH), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Paulo Muacho](#) (L) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 43 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 64 (2026.03.07)**

**SUMÁRIO**

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foi anunciada a eleição para um Secretário da Mesa da Assembleia da República, a decorrer na Sala do Senado.

Foi também anunciada, sem tempos para debate, a Proposta de Resolução n.º [8/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo-Quadro Avançado entre a União Europeia e os seus Estados-

Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro, feito em Bruxelas, em 13 de dezembro de 2023, que foi posteriormente aprovada em votação global.

Ao abrigo do [artigo 226.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate sobre o relatório de progresso de escrutínio da atividade do Governo. Após a intervenção de abertura proferida pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim), que posteriormente encerrou o debate, intervieram, a diverso título, os Deputados [Marta Martins da Silva](#) e [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Rodrigues](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Seguiu-se a apreciação conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [56/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais e dos Projetos de Lei n.ºs [137/XVII/1.ª](#) (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural, que foram aprovados, [467/XVII/1.ª](#) (CH) — Aprova o novo estatuto do mecenato cultural, revogando o artigo 62.º-B, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho e [470/XVII/1.ª](#) (L) — Cria o mecenato para a coesão cultural territorial e social, que foram rejeitados, e [475/XVII/1.ª](#) (IL) — Desenvolvimento do regime fiscal do mecenato, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Cultura, Juventude e Desporto (Margarida Balseiro Lopes), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Porfírio Silva](#) (PS), [Daniel Teixeira](#) (CH), [Paulo Lopes Silva](#) (PS), [Rui Afonso](#) (CH), [Filipa Pinto](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [58/XVII/1.ª](#) (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (Silvério Regalado), os Deputados [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Tavares](#) (CH), [Armando Mourisco](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Carlos Silva Santiago](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Olga Freire](#) (PSD).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) anunciou a eleição do Deputado [José Carvalho](#) (CH) para Secretário da Mesa da Assembleia da República.

Seguidamente, foi apreciada a Petição n.º [231/XV/2.ª](#) — Salvar a zona húmida das Alagoas Brancas, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [413/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a proteção formal das Alagoas Brancas e a concretização do Parque Natural da cidade de Lagoa e [628/XVII/1.ª](#) (CH) — Salvaguardar a zona húmida das Alagoas Brancas do concelho de Lagoa, no Algarve, que foram aprovados na generalidade; [642/XVII/1.ª](#) (PS) — Apoio aos estudos necessários à salvaguarda e proteção das Alagoas Brancas e do Paúl de Lagos, por forma a viabilizar a sua classificação como reserva natural local, que foi rejeitado na generalidade; [650/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir a execução dos compromissos assumidos para a proteção e recuperação da zona húmida das Alagoas Brancas, no concelho de Lagoa, que foi aprovado na generalidade; e [655/XVII/1.ª](#) (BE) — Proteção das Alagoas Brancas enquanto reserva natural de Lagoa, que foi rejeitado na generalidade. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Luís Graça](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Bárbara do Amaral Correia](#) (PSD) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [418/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS, pelo L, pelo PCP, pelo BE e pelo PAN) — De pesar pelo falecimento de Godelieve Meersschaert, tendo sido aprovada a

respetiva parte deliberativa (a) e, a solicitação do Presidente, foi adiada por uma semana a votação do Projeto de Voto n.º 419/XVII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de António Lobo Antunes, tendo os Deputados [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS) usado da palavra para endereçar sentimentos aos familiares presentes. No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 420/XVII/1.ª (PAR) — De congratulação pela atribuição do Prémio Formentor das Letras a Gonçalo M. Tavares. (a)

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 421/XVII/1.ª (PAR) — De saudação pela carreira de Ruy de Carvalho. (a)

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 664/XVII/1.ª (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 611/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que inste as instituições e organizações internacionais de que Portugal é parte a reconhecer a Irmandade Muçulmana como organização terrorista.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 615/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo o reforço da posição diplomática portuguesa a favor do levantamento do bloqueio económico, comercial e financeiro a Cuba e da defesa do direito internacional.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 559/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um canal nacional de denúncias para respostas sociais da infância e o reforço da fiscalização das creches.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 586/XVII/1.ª (PAN) — Pela proteção urgente das crianças da creche Academia Sonhar e Crescer, em Lisboa.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 541/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de um regime excecional de isenção temporária de IVA para materiais e serviços destinados à habitabilidade imediata e à reabilitação de habitações afetadas pela situação de calamidade decorrente da tempestade Kristin pela depressão Kristin, bem como a devolução do IVA relativo à aquisição de geradores para essas habitações.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 607/XVII/1.ª (PAN) — Pela eliminação da exigência de situação tributária e contributiva regularizada para o acesso aos apoios para a reconstrução de habitações e instalações destruídas na sequência dos fenómenos climáticos extremos ocorridos em janeiro e fevereiro 2026.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 538/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a concretização do Centro Nacional Alternativo de Socorro no Aeródromo Municipal de Viseu.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 44/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a proceder à alteração ao Código Fiscal do Investimento, prorrogando o regime do SIFIDE II até 2026 e revogando a possibilidade de aplicação indireta do SIFIDE II através de fundos de investimento.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (L, PCP e BE) — Decreto-Lei n.º 31-C/2026, de 5 de fevereiro, que cria um regime de apoios sociais e de layoff simplificado para as zonas atingidas pela tempestade Kristin, tendo sido rejeitado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º 276/XVII/1.ª (CH) — Programa nacional de reabilitação e eficiência energética dos edifícios escolares, com garantia de conforto térmico, qualidade do ar e eficiência energética.

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 41 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 65 (2026.03.09)**

**SUMÁRIO**

O Presidente da Assembleia da República declarou aberta a sessão às 9 horas, interrompendo-a para receber o Presidente da República eleito (António José Seguro), o Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa) e entidades convidadas.

Pelas 10 horas, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República eleito, o Presidente da Assembleia da República, o Presidente da República, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado e o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República.

Na Sala, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do maior partido da oposição, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça interina, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes ou Secretários-Gerais dos outros partidos com representação na Assembleia da República, os Conselheiros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, a Dr.ª Margarida Maldonado Freitas, mulher do Presidente da Assembleia da República, a Dr.ª Carla Montenegro, mulher do Primeiro-Ministro, o anterior Presidente da República Aníbal Cavaco Silva, a Dr.ª Manuela Eanes, mulher do anterior Presidente da República António Ramalho Eanes, os anteriores Presidentes da Assembleia da República Assunção Esteves e João Bosco Mota Amaral, o anterior Primeiro-Ministro Pedro Santana Lopes e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa;

Na Tribuna B, Sua Majestade o Rei Filipe VI de Espanha, os Presidentes da República de Angola, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, de Timor-Leste e da CPLP e de Moçambique, e respetivas comitivas, a Comissária Europeia Maria Luís Albuquerque e o Secretário de Estado da União Europeia Don Fernando Sampedro Marcos.

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, familiares e convidados do Presidente da República cessante e do Presidente da República eleito, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, o Governador do Banco de Portugal, os Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa, a Presidente da

*Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, o Presidente da Associação «25 de Abril» e o Patriarca de Lisboa;*

*Na Galeria III, os candidatos não eleitos, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Deputados ao Parlamento Europeu, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, a Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, a Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, o Comandante Naval, os Presidentes das Confederações Patronais, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Secretário-Geral da UGT e o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas;*

*Nas Galerias IV a VI, os Chefes de Divisão da Assembleia da República, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República e os demais convidados;*

*Na Tribuna D, representantes de órgãos da comunicação social.*

*Constituiu-se a Mesa, com o Presidente da República à direita e o Presidente da República eleito à esquerda do Presidente da Assembleia da República, ladeados pelos Secretários da Mesa.*

*Depois de o Presidente da Assembleia da República ter declarado reaberta a sessão, seguiu-se a leitura, pelo Secretário da Mesa José Carvalho, da ata da reunião da Assembleia de Apuramento Geral da Eleição do Presidente da República e, pelo Presidente da República eleito, da declaração de compromisso, prestando juramento sobre o original da Constituição da República Portuguesa, tendo-se registado aplausos.*

*Entretanto, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional.*

*Após leitura, pela Secretária da Mesa Joana Lima, do auto de posse, procederam à respetiva assinatura o Presidente da República eleito e o Presidente da Assembleia da República. De seguida, o Presidente da República ocupou o lugar à direita do Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República cessante tomou o lugar à esquerda.*

*Proferiram intervenções o Presidente da Assembleia da República e, nos termos constitucionais, o Presidente da República.*

*Eram 11 horas e 8 minutos quando a sessão foi encerrada, tendo sido, de novo, executado o hino nacional.*

## SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 31 minutos.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 396/XVII/1.ª (PSD) — *Procede à alteração da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE), da Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, dos Projetos de Lei n.ºs 461/XVII/1.ª (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, reforçando os mecanismos de segurança e prevenção de violência contra mulheres no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica (TVDE), 465/XVII/1.ª (CH) — Altera o Regime Jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), 466/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e 472/XVII/1.ª (IL) — Liberalizar o Regime Jurídico dos TVDE (1.ª alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 643/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo uma revisão, participada e baseada em evidência, do regime jurídico aplicável à atividade TVDE, reforçando a segurança, a fiscalização, a dignidade no exercício da atividade, a concorrência leal e a integração na mobilidade urbana e 656/XVII/1.ª (BE) — Direitos para os estafetas das plataformas digitais e para os motoristas de TVDE, com maior justiça e transparência para quem trabalha nestes setores. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Francisco Gomes](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Frederico Francisco](#) (PS), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Bruno Faria](#) (PSD), [Jorge Pinto](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP) e [Alexandre Poço](#) (PSD).*

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 177/XVII/1.ª (CH) — *Altera os critérios de atribuição de apoios sociais a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Vanessa Barata](#) (CH), [Sónia Margarida Fernandes](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Tomás Pereira](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Dália Miranda](#) (PS), [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD) e [André Ventura](#) (CH).*

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social [Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.ª (PS)], que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 653/XVII/1.ª (BE) — *Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho), os Deputados [Miguel Cabrita](#) (PS), [Carla Barros](#) (PSD), [Armando Grave](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Marta](#)*

*Patrícia Silva (IL), Tomás Pereira (L), Alfredo Maia (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Felicidade Vital (CH). No encerramento, intervieram a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).*

*Foi debatido o Projeto de Resolução n.º 49/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, o Projeto de Lei n.º 474/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde, na generalidade, e os Projetos de Resolução n.os 497/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo medidas complementares de descongestionamento do Serviço Nacional de Saúde, com vista ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos, 637/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a designação de um responsável pela integração e governação da inteligência artificial em cada unidade local de saúde, 649/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela despolíticação das nomeações para os conselhos de administração dos hospitais EPE e das ULS, e 651/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Por uma gestão pública, democrática e sustentável do Serviço Nacional de Saúde. Proferiam intervenções os Deputados Joana Cordeiro (IL), José Barreira Soares (CH), Mariana Vieira da Silva (PS), Fabian Figueiredo (BE), Joana Seabra (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Cláudia Estevão (CH), Paulo Mucho (L), Filipe Sousa (JPP), Francisco Sousa Vieira (PSD), Paula Santos (PCP), Pedro Pinto (CH) e Paulo Nuncio (CDS-PP).*

*O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 45 minutos.*

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 67 (2026.03.14)**

### **SUMÁRIO**

*O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 32 minutos.*

*Procedeu-se à apreciação conjunta e votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 146/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Reforço da capacidade de produção das comunidades de energia renovável, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias; do Projeto de Resolução n.º 212/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda que se agilize o processo de constituição e apoio à criação de comunidades de energia renovável, que foi aprovado; do Projeto de Lei n.º 473/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga o acesso às comunidades de energia renovável, reforçando a sua democratização e participação inclusiva, que foi rejeitado; e dos Projetos de Resolução n.os 268/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a realização de um estudo técnico-económico independente e público sobre os custos, fragilidades e alternativas do atual Sistema Elétrico Nacional e 638/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a revisão estratégica e o aperfeiçoamento do regime jurídico das comunidades de energia renovável, enquanto instrumento de reforço da soberania energética nacional, da estabilidade do Sistema Elétrico Nacional e da coesão territorial, que foram rejeitados, 645/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que acelere o autoconsumo (UPAC) e comunidades de energia renovável (CER), que foi aprovado, e 647/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo reforço do Plano Nacional de Renovação de Edifícios com metas concretas, justiça social, financiamento transparente e participação comunitária, 648/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela transparência, participação, governação multinível e integração das comunidades de energia na preparação dos planos de parceria nacionais e regionais para a aplicação dos fundos europeus e 652/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento de uma estratégia pública para as comunidades de energia renovável, garantindo a sua integração nas políticas de energia, habitação e coesão territorial,*

que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Raul Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Rui Rocha Pereira](#) (PSD), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Pedro Vaz](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [João Tilly](#) (CH) e [Rui Tavares](#) (L).

Foram apreciados e posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [3/XVII/1.ª](#) (PCP) — Limitação ao aumento de rendas em novos contratos de arrendamento habitacional, [453/XVII/1.ª](#) (IL) — Revogação do congelamento de rendas, [459/XVII/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução da taxa especial que incide sobre rendimentos de arrendamento habitacional, [462/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça a não discriminação no acesso ao arrendamento habitacional, procedendo à alteração ao Código Civil, [468/XVII/1.ª](#) (L) — Restringe as rendas em novos arrendamentos habitacionais e confere competência à Autoridade Tributária para identificar os incumprimentos, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [641/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo promover a recuperação e utilização dos imóveis devolutos do Estado como resposta estruturante à crise habitacional, [646/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela criação de um apoio extraordinário e temporário ao pagamento da renda destinado a famílias que tenham sofrido perda significativa de rendimentos em consequência das tempestades de janeiro e de fevereiro de 2026 e [654/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que crie um mecanismo de controlo de rendas dos novos contratos para defender o direito à habitação. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Melo](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Rui Fernandes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tomás Pereira](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Margarida Saavedra](#) (PSD), [Humberto Brito](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Alexandre Poço](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate e posterior votação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [255/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Estabelece as regras de utilização de bandeiras em edifícios de carácter público, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo CDS-PP, a solicitar a sua baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 15 dias, e [418/XVII/1.ª](#) (CH) — Regulamentação do uso de bandeiras em edifícios públicos, que foi rejeitado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Carolina Marques](#) (PSD), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

Foram apreciados e posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [403/XVII/1.ª](#) (BE) — Garante o pagamento do subsídio de doença a 100 % para doentes oncológicos (décima alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro), [7/XVII/1.ª](#) (PAN) — Garante o pagamento a 100 % do subsídio de doença nas situações de doença oncológica e do subsídio para assistência a filhos menores na doença oncológica, alterando o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, [183/XVII/1.ª](#) (PCP) — Reforça o pagamento do subsídio de doença para as situações de tuberculose e das doenças crónicas, incluindo a doença oncológica, procedendo à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, [458/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera o Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro, garantindo que nenhuma pessoa com doença oncológica perde rendimento enquanto luta pela vida, [469/XVII/1.ª](#) (L) — Acresce direitos laborais aos trabalhadores com doença oncológica e [471/XVII/1.ª](#) (IL) — Aumenta o valor do subsídio de doença para doentes oncológicos e doentes graves (décima alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro). Intervieram, a diverso título, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Carla Barros](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Sónia Margarida Fernandes](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Cristina Vieira Henriques](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Lia Ferreira](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Vânia Jesus](#) (PSD).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 360/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento do Major-General Arnaldo Cruz, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

Foram lidos, pelo Presidente, os Projetos de Voto n.ºs 419/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de António Lobo Antunes e 425/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte de Nuno Morais Sarmiento, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 426/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do General António Martins Barrento, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a).

No fim, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 427/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De congratulação pela atribuição da Ordem Europeia do Mérito ao Presidente Aníbal Cavaco Silva.

Na generalidade, foram aprovados o Projeto de Lei n.º 396/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Procede à alteração da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e a Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica; foi rejeitado o Projeto de Lei n.º 461/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, reforçando os mecanismos de segurança e prevenção de violência contra mulheres no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica (TVDE); foi aprovado o Projeto de Lei n.º 466/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE); e foram rejeitados o Projeto de Lei n.º 472/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Liberalizar o regime jurídico dos TVDE (primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto) e os Projetos de Resolução n.ºs 643/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo uma revisão, participada e baseada em evidência, do regime jurídico aplicável à atividade TVDE, reforçando a segurança, a fiscalização, a dignidade no exercício da atividade, a concorrência leal e a integração na mobilidade urbana e 656/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Direitos para os estafetas das plataformas digitais e para os motoristas de TVDE, com maior justiça e transparência para quem trabalha nestes setores.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 177/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera os critérios de atribuição de apoios sociais a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 653/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), 696/XVII/1.<sup>a</sup> (L) e 698/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Cessaçãõ de vigência do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Na generalidade, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 49/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século xxi; foram rejeitados o Projeto de Lei n.º 474/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde e os Projetos de Resolução n.ºs 497/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo medidas complementares de descongestionamento do Serviço Nacional de Saúde, com vista ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos e 637/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a designação de um responsável pela integração e governação da inteligência artificial em cada unidade local de saúde; foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 649/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela

despolitização das nomeações para os conselhos de administração dos hospitais EPE e das ULS; e foi rejeitado, o Projeto de Resolução n.º 651/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Por uma gestão pública, democrática e sustentável do Serviço Nacional de Saúde.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Lei n.º 351/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça e alarga o direito ao esquecimento e as proteções ao consumidor em matéria de contratação de seguros relacionados com créditos, tendo a Deputada [Joana Cordeiro](#) (IL) declarado eventual conflito de interesses.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 630/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a divulgação mensal e discriminada da execução orçamental das medidas extraordinárias adotadas na sequência das tempestades e cheias recentes.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 38 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 68 (2026.03.19)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi adiada, após interpelação à Mesa pelo Deputado [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), a votação dos Projetos de Deliberação n.ºs [23/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) e [24/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV).

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

Ao abrigo do [artigo 225.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate preparatório do Conselho Europeu, previsto na alínea a) do n.º 1 do [artigo 4.º](#) da Lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de Construção da União Europeia. Após abrir o debate, o Primeiro-Ministro respondeu às perguntas dos Deputados [Regina Bastos](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Eduardo Pinheiro](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 57 minutos.

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi rejeitado o recurso para Plenário, interposto pelo L, da decisão do Presidente de não aceitar o arrastamento dos Projetos de Lei n.ºs 678 e 679/XVII/1.ª na fixação da ordem do dia.

No âmbito do Dia do Pai, o Presidente saudou todos os pais Deputados presentes.

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.ºs 23/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 63/XVII/1.ª (GOV) e 24/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV).

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se ao debate de urgência, requerido pela IL, sobre «Os efeitos da guerra e os efeitos da sobrecarga fiscal no dia a dia dos portugueses», tendo usado da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Mário Amorim Lopes (IL), Tomás Pereira (L), Alberto Fonseca (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), António Mendonça Mendes (PS), André Ventura (CH), Filipe Sousa (JPP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Alfredo Maia (PCP), Hugo Carneiro (PSD) e Rui Tavares (L).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI, do Conselho, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de proteção de dados pessoais. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça (Rita Júdice), os Deputados Idalina Durães (CH), Pedro Vaz (PS), Filipe Sousa (JPP), Paulo Muacho (L), Jorge Miguel Teixeira (IL), Inês de Sousa Real (PAN), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Sandra Ribeiro (CH), Paula Santos (PCP) e António Rodrigues (PSD).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.ª (GOV) — Define os objetivos, as prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2025-2027, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal, e do Projeto de Lei n.º 476/XVII/1.ª (PCP) — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça, os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Bruno Nunes (CH), Filipe Sousa (JPP), Isabel Alves Moreira (PS), Paula Santos (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Muacho (L), Rui Rocha (IL), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Elza Pais (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Gabriel (CH) e Paula Santos (PCP).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 435/XVII/1.ª (PS) — Altera o enquadramento jurídico aplicável à atividade das amas, equiparando a Creche Feliz, reforçando direitos, potenciando vagas e melhorando o tratamento fiscal, 485/XVII/1.ª (PAN) — Reforça e qualifica a atividade de ama, alargando as respostas à primeira infância e reforçando os mecanismos de proteção das crianças contra maus-tratos, alterando diversos diplomas, 491/XVII/1.ª (PCP) — Reforça os direitos das amas integradas no Instituto de Segurança Social, I.P. e altera o Decreto-lei n.º 125/2015, de 22 de junho, e 492/XVII/1.ª (BE) — Altera o regime jurídico do exercício da profissão de ama e garante uma maior proteção laboral e social, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 673/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do regime jurídico das amas, no cuidado às crianças, no sentido da promoção de medidas operacionais e de fiscalização, e desenvolvimento de políticas sociais paralelas. Intervieram, a diverso título, os Deputados Miguel Cabrita (PS), Helga Correia (PSD),

*Lina Pinheiro (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Alfredo Maia (PCP), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Nascimento (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Filipe Sousa (JPP), Joana Cordeiro (IL), Filipa Pinto (L), Leonor Cipriano (PSD), Margarida Afonso e Ana Bernardo (PS).*

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 391/XVII/1.ª (CH) — Atualiza a regulação do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, em particular no que diz respeito à proteção das crianças e jovens, à luz da evidência científica mais recente e em consonância com os princípios da bioética e da dignidade da pessoa humana, 479/XVII/1.ª (CDS-PP) — Protege a integridade das crianças e proíbe a utilização de bloqueadores da puberdade e/ou terapia hormonal no tratamento da incongruência ou disforia de género em menores de 18 anos, 486/XVII/1.ª (PSD) — Altera o regime jurídico de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil e 493/XVII/1.ª (BE) — Altera a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e estabelece o quadro jurídico da sua implementação. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados *Madalena Cordeiro (CH), Paulo Nuncio (CDS-PP), Andreia Neto (PSD), Filipa Pinto (L), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Isabel Alves Moreira (PS), António Rodrigues (PSD), José Carvalho (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Marta Patrícia Silva (IL) e Rita Matias (CH).*

Apreciaram-se os Projetos de Resolução n.ºs 474/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, 573/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, 672/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que defenda uma solução de paz, democracia e liberdade para o povo venezuelano, 674/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes, 677/XVII/1.ª (PCP) — Pelo respeito do direito internacional e da soberania e independência nacional da República Bolivariana da Venezuela, 681/XVII/1.ª (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano e 683/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a rejeição do plano de intervenção e transição imposto pelos Estados Unidos da América na Venezuela, a defesa da soberania do povo venezuelano e do direito internacional. Intervieram os Deputados *Rui Rocha (IL), Emanuel Câmara (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Diogo Pacheco de Amorim (CH), Paula Santos (PCP), Rui Tavares (L), Fabian Figueiredo (BE), Ricardo Dias Pinto (CH), Filipe Sousa (JPP), Paulo Neves (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Catarina Louro (PS).*

O Presidente encerrou a sessão em 20 horas e 15 minutos.

---

## **DAR — I SÉRIE — N.º 70 (2026.03.21)**

### **SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 59 minutos.

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 283/XVII/1.ª (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no ensino superior no âmbito da ação social escolar, 158/XVII/1.ª (PAN) — Garante o acesso dos trabalhadores-estudantes ao abono de família, a bolsas de ensino superior e a pensões de sobrevivência, alterando o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho, 477/XVII/1.ª (JPP) — Cria um regime de apoio à mobilidade aérea dos estudantes do ensino superior provenientes das regiões autónomas, 478/XVII/1.ª (JPP) — Regime jurídico de

apoio aos estudantes bolsheiros no ensino superior, [484/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Clarifica o conceito de agregado familiar para efeitos de atribuição de apoios da ação social escolar no ensino superior, [490/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Reforça a ação social escolar para estudantes deslocados do ensino superior e [494/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Reforço da ação social escolar do ensino superior (altera a Lei n.º 8/2025, de 5 de fevereiro), que foram rejeitados, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [668/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da ação social no ensino superior e medidas de combate ao abandono estudantil e [670/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo o reforço da equidade, da autonomia financeira e da proteção social dos estudantes do ensino superior no âmbito da reforma do novo sistema de ação social no ensino superior, que foram aprovados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paula Santos](#) (PCP), [Carolina Marques](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Manuela Tender](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Sofia Pereira](#) (PS) e [João Pedro Louro](#) (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [397/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Alarga o âmbito das medidas de apoio e mitigação do impacto de incêndios rurais para incluir fenómenos naturais extremos, alterando o Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, e [482/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Inclui a proteção e o socorro de animais nas medidas de resposta a incêndios rurais, procedendo à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, que, a requerimento dos proponentes, baixaram à Comissão de Ambiente e Energia, sem votação, por 60 dias, [483/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Inclui os fenómenos naturais extremos no âmbito das medidas de apoio e mitigação previstas no Decreto-Lei n.º 98-A/2025, de 24 de agosto, [487/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Medidas de apoio aos rendimentos pelos impactos das tempestades, [488/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Aprova medidas de apoio à recuperação do potencial produtivo face aos impactos de tempestades e fenómenos meteorológicos extremos ocorridos no território nacional e [496/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Estabelece medidas de apoio e indemnizações às vítimas de incêndios, que foram rejeitados, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [626/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação urgente do fundo para catástrofes naturais, que foi aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Jorge Pinto](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Pedro Vaz](#) (PS), [Pedro Tavares](#) e [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Carlos Cação](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro do Carmo](#) (PS) e [Hernâni Dias](#) (PSD).

Procedeu-se ao debate dos Projetos de Resolução n.ºs [543/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo medidas urgentes e estruturais com o objetivo de melhorar as condições de vida das pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, [669/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta pública às pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA), [671/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para melhorar o acesso a cuidados de saúde, produtos de apoio e respostas sociais para pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica, [676/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para melhorar a abordagem em saúde à Esclerose Lateral Amiotrófica, [682/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda medidas que melhoram as condições de vida para as pessoas com esclerose lateral amiotrófica (ELA), que foram aprovados, e [684/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas estruturais para melhorar o diagnóstico, tratamento, acompanhamento e apoio às pessoas com Esclerose Lateral Amiotrófica e aos seus cuidadores, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Sofia Machado Fernandes](#) (PSD), [Sofia Andrade](#) (PS), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Alberto Machado](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Isabel Fernandes](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Irene Costa](#) (PS), [Sónia Monteiro](#) (CH) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Foram debatidos em conjunto, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 233/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Adiciona a ordem do mérito dos bombeiros portugueses ao elenco das Ordens Honoríficas Portuguesas, alterando a Lei n.º 5/2011, de 2 de março, 480/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à criação da ordem do mérito dos bombeiros portugueses, alterando a Lei n.º 5/2011, de 2 de março, 481/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 5/2011, de 2 de março, e 495/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Reforça a atribuição de distinções honoríficas destinadas a «galardoar as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou internacionais, por serviços relevantes e extraordinários prestados à causa dos bombeiros, por atos de coragem e abnegação no salvamento de pessoas, animais ou bens, e ainda por assiduidade revelada por um serviço efetivo com exemplar comportamento e dedicação», que, a requerimento dos proponentes, baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias. Intervieram, a diverso título, os Deputados *Filipe Sousa* (JPP), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Eliseu Neves* (CH), *João Pinho de Almeida* (CDS-PP), *Paula Santos* (PCP), *Nuna Menezes* (PSD), *André Rijo* (PS), *Patrícia Almeida* (CH), *Filipa Pinto* (L), *Fabian Figueiredo* (BE) e *Marta Patrícia Silva* (IL), *Pedro Pinto* (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 431/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo CH) — De pesar pelo falecimento de Jorge de Brito e Abreu e 435/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Carlos Macedo, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa (a) do Projeto de Voto n.º 441/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR e subscrito pelo CH) — De congratulação à Seleção Nacional de Râguebi pela conquista do campeonato europeu.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 465/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE).

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 53/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/977, relativa ao intercâmbio de informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros, e a Diretiva (UE) 2023/2123, que altera a Decisão 2005/671/JAI, do Conselho, no que diz respeito à sua harmonização com as regras da União em matéria de proteção de dados pessoais.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 60/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Define os objetivos, as prioridades e orientações da política criminal para o biénio de 2025-2027, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei Quadro da Política Criminal, e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 476/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Determina as condições em que o Ministério Público e os órgãos de polícia criminal definem e executam as prioridades e orientações correspondentes aos objetivos da política criminal.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 435/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Altera o enquadramento jurídico aplicável à atividade das amas, equiparando a Creche Feliz, reforçando direitos, potenciando vagas e melhorando o tratamento fiscal, 485/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Reforça e qualifica a atividade de ama, alargando as respostas à primeira infância e reforçando os mecanismos de proteção das crianças contra maus-tratos, alterando diversos diplomas, 491/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Reforça os direitos das amas integradas no Instituto de Segurança Social, I.P. e altera o Decreto-lei n.º 125/2015, de 22 de junho, e 492/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime jurídico do exercício da profissão de ama e garante uma maior proteção laboral e social, tendo também sido rejeitado o Projeto de Resolução n.º 673/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão do regime jurídico das amas, no cuidado às crianças, no sentido da promoção de medidas operacionais e de fiscalização, e desenvolvimento de políticas sociais paralelas.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 391/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Atualiza a regulação do procedimento de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, em particular no que diz respeito à proteção das crianças e jovens, à luz da evidência científica mais recente e em consonância com os princípios da bioética e da dignidade da pessoa humana, 479/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Protege a integridade das crianças e proíbe a utilização de bloqueadores da puberdade e/ou terapia hormonal no tratamento da incongruência ou disforia de género em menores de 18 anos e 486/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Altera o regime jurídico de mudança de sexo e de nome próprio no registo civil, e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 493/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera a Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, e estabelece o quadro jurídico da sua implementação.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 474/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país e 573/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes; foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 672/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que defenda uma solução de paz, democracia e liberdade para o povo venezuelano; foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 674/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes; foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 677/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pelo respeito do direito internacional e da soberania e independência nacional da República Bolivariana da Venezuela; foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 681/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano; e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 683/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a rejeição do plano de intervenção e transição imposto pelos Estados Unidos da América na Venezuela, a defesa da soberania do povo venezuelano e do direito internacional.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (assunção, pelo Plenário, das votações indiciárias realizadas em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição relativo ao Projeto de Lei n.º 216/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD e CDS-PP) e ao Projeto de Lei n.º 439/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local — Elevação da povoação da Silveira à categoria de vila.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs 247/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação da povoação de Barcouço à categoria de vila e 354/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Elevação de Vila de Punhe à categoria de vila.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 722/XVII/1.<sup>a</sup> (CAE) — Pronúncia da Assembleia da República sobre o aditamento à proposta de alteração ao ato relativo à eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, a fim de permitir o voto por procuração durante a gravidez e após o parto.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Proceder à revisão do regime da propriedade rústica.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 629/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Constituição da comissão eventual sobre preparação, acompanhamento e resposta a eventos extremos.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 624/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo português a tomada de iniciativas no quadro da UE, visando a suspensão de acordos de cooperação policial e de partilha de informações entre a UE e o ICE.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 617/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que defenda junto da Organização das Nações Unidas a imediata exoneração de Francesca Albanese do cargo de Relatora Especial da ONU para os territórios palestinianos ocupados.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução 616/XVII/1 (CH) — Recomenda ao Governo que atualize os valores tabelados dos Serviços Remunerados prestados pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Guarda Nacional Republicana (GNR), de forma a assegurar a dignidade das remunerações.

Foi aprovado o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao do Projeto de Resolução n.º 566/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Constituição da comissão eventual de prevenção e combate às catástrofes naturais em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 522/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo o acompanhamento no terreno e a avaliação dos prejuízos causados pela depressão Kristin.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 554/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para o reforço da resiliência e continuidade dos serviços essenciais e das infraestruturas críticas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 620/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um pacote de apoio extraordinário em resposta às tempestades ocorridas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 632/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que adote um conjunto de medidas adicionais de apoio aos agricultores portugueses afetados pela depressão Kristin.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 494/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), 571/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) e 399/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à alteração do Dia Nacional das Acessibilidades para a última quinta-feira do mês de outubro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 590/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Reduzir permanências hospitalares após alta clínica através do reforço das respostas sociais e dos cuidados continuados e domiciliários.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 65/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal.

O Presidente considerou que, nos termos do Regimento, quando uma iniciativa legislativa é aprovada, não há lugar a declarações de voto orais, ficando sem efeito as declarações de voto orais anunciadas sobre os Projetos de Lei n.ºs 391/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 479/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) e 486/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD). Após vários anúncios de declarações de voto orais sobre o Projeto de Lei n.º 493/XVII/1.<sup>a</sup> (BE), o Presidente considerou que as mesmas não eram válidas, pois, de acordo com a sua interpretação do Regimento, esses anúncios deviam ser feitos imediatamente após a votação da iniciativa, tendo o L apresentado um recurso acerca desta decisão, que foi rejeitado. A este propósito, usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Fabian Figueiredo (BE), Isabel Alves Moreira (PS), Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), Hugo Soares (PSD), Pedro Pinto (CH) e Luís Moreira Testa (PS).

Foram aprovados dois pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar uma Deputada do PS e um Deputado do PSD a intervir em tribunal.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 26 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 71 (2026.03.26)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Ao abrigo do [artigo 227.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpeleção ao Governo n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Sobre «Política geral, centrada nas medidas a tomar para combater a escalada de preços em consequência da guerra no Médio Oriente nas condições de vida das populações em Portugal», tendo proferido a intervenção de abertura o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daquele orador e dos Secretários de Estado da Economia ([João Rui Ferreira](#)), dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)) e do Ambiente ([João Manuel Esteves](#)), os Deputados [Nuno Fazenda](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Isaura Morais](#) (PSD), [Rui Afonso](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [João Ribeiro](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Carlos Cação](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Hugo Soares](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Hugo Costa](#) (PS), [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Fernando Queiroga](#) (PSD), [Ana Martins](#) (CH), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Hugo Carneiro](#) (PSD) e [João Torres](#) (PS).

Encerraram o debate o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)) e a Deputada [Paula Santos](#) (PCP).

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 54 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 72 (2026.03.27)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Em declaração política, a Deputada [Angélique Da Teresa](#) (IL) abordou o tema da habitação, pronunciando-se sobre arrendamento urbano e heranças indivisas, tendo respondido posteriormente aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Barbosa](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Humberto Brito](#) (PS) e [Gonçalo Lage](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) discorreu sobre o declínio da democracia na Europa, tendo, a esse propósito, feito referência aos critérios de nomeação dos juízes para o Tribunal Constitucional português. Respondeu, de seguida, aos pedidos de

esclarecimento dos Deputados [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Mário Amorim Lopes](#) (IL).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) debruçou-se sobre as dificuldades sentidas pelos jovens a nível de habitação e emprego, e sobre a situação da escola pública e o acesso ao ensino superior. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Daniel Teixeira](#) (CH), [João Pedro Louro](#) (PSD), [Sofia Pereira](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) apresentou a condenação do CDS-PP relativamente ao ataque com cocktail molotov que aconteceu na Marcha pela Vida, no dia 21 de março, em Lisboa, expressando indignação relativamente aos extremismos políticos. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Margarida Afonso](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rita Matias](#) (CH), [António Rodrigues](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Gonçalo Dinis Capitão](#) (PSD) falou sobre política geral, elogiando a ação do Governo e fazendo uma comparação com o estado do País há 50 anos. Respondeu, posteriormente, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Tomás Pereira](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Nuno Fazenda](#) (PS) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, o Deputado [Bernardo Pessanha](#) (CH) criticou a violência política e o que considerou um duplo critério quando a mesma vem da esquerda ou da direita, tendo de seguida respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Pedro Delgado Alves](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Armando Mourisco](#) (PS) referiu-se à situação socioeconómica do País e à sua perceção pelos portugueses. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Tomás Pereira](#) (L), [Hugo Carneiro](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Em declaração política, a Deputada [Inês de Sousa Real](#) (PAN) pronunciou-se sobre os maus-tratos a animais e a transferência da tutela legal dos animais de companhia para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Júlia Rodrigues](#) (PS), [Jorge Pinto](#) (L) e [André Ventura](#) (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [453/XVII/1.ª](#) (apresentado pela CCCJD) — De pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Mário Zambujal, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa. (a) Depois, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [456/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR) — De congratulação a Agate de Sousa, Gerson Baldé e Isaac Nader, pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Atletismo de Toruń. (a)

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.os [240/XVII/1.ª](#) (PS) e [279/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Vila Cova de Alva à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.os [245/XVII/1.ª](#) (PS) e [278/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Côja à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder

Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [242/XVII/1.ª](#) (PS) e [280/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Semide à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º [613/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas destinadas à mitigação de perdas em diversas atividades económicas e à recuperação das respetivas capacidades, bem como à recuperação de habitações.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo aos Projetos de Lei n.ºs [81/XVII/1.ª](#) (PSD) — Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum, [215/XVII/1.ª](#) (CH) — Estabelece medidas de incentivo ao radioamadorismo em Portugal, alterando o Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, e [426/XVII/1.ª](#) (PAN) — Proceda à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, eliminando o limite mínimo de idade para obtenção do Certificado de Amador Nacional e assegurando a descentralização dos locais de realização do exame de aptidão de amador.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º [428/XVII/1.ª](#) (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º [525/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º [147/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela inclusão das despesas com o realojamento emergencial das vítimas de violência doméstica e dos seus filhos no âmbito da cobertura prevista nas apólices de seguros multirriscos habitação em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º [454/XVII/1.ª](#) (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade Kristin e por outros eventos climáticos extremos.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 29.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, constante do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º [5/XVII/1.ª](#) (PS) — Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, usaram da palavra os Deputados [Miguel Cabrita](#) (PS), [Carla Barros](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Felicidade Vital](#) (CH), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Tomás Pereira](#) (L), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP). Foram rejeitadas, na especialidade, todas as propostas de alteração, tendo sido também rejeitado, em votação final global, o texto final.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [680/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda o reforço da oferta de vagas gratuitas para a primeira infância e a fiscalização dos serviços de creche e ama.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [691/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a manutenção do Estado na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a valorização estratégica da economia social e do cooperativismo e [694/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reconsidere a exoneração da parte pública da CASES — Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, suspenda o processo, evitando a extinção desta entidade, e inicie de imediato um processo de diálogo com os cooperadores da CASES para salvaguardar o interesse público, a economia social e os trabalhadores.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º [633/XVII/1.ª](#) (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [635/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que garanta comunicação dedicada à segurança das pessoas surdas em contextos de emergência.

Foi rejeitado o Projeto de Lei n.º [388/XVII/1ª](#) (IL) — Alteração à Lei de Bases do Clima (segunda alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro).

Foram ainda aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a prestar depoimento em tribunal e sobre a retoma de mandato de um Deputado da IL.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 50 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 73 (2026.04.02)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com o Ministro da Educação, Ciência e Inovação (Fernando Alexandre), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Porfírio Silva](#), [Aida Carvalho](#) e [Sofia Pereira](#) (PS), [Pedro Alves](#), [Ana Gabriela Cabilhas](#) e [Inês Barroso](#) (PSD), [Maria José Aguiar](#), [Manuela Tender](#) e [Rui Cardoso](#) (CH), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipa Pinto](#) e [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

No âmbito da reapreciação do Decreto da Assembleia da República n.º [17/XVII](#) — Alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, e do Decreto da Assembleia da República n.º [18/XVII](#) — Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade, que foram posteriormente aprovados por maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções, com alterações entretanto aprovadas, juntamente com a apreciação das Petições n.ºs [12/XVII/1.ª](#) (Ilia Bobin e outros) — Pela criação de um regime transitório que mantenha temporariamente o prazo de cinco anos para a naturalização dos estrangeiros residentes legalmente em Portugal, em caso de alteração à Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81); [60/XVII/1.ª](#) (Juliet Cristino e outros) — Alteração à Lei da Nacionalidade relativa à contagem dos cinco anos de residência legal em Portugal para naturalização; e [73/XVII/1.ª](#) (Priscila Santos Nazareth Correa e outros) — Solicitam a alteração da Lei da Nacionalidade, no sentido de o prazo de residência, para efeitos de naturalização, continuar a contar-se a partir do momento do pedido da autorização de residência, por qualquer via formulado, e de ser estabelecida uma norma transitória para quem já reúne o

requisito vigente da residência legal de cinco anos mas ainda não apresentou o seu pedido. Intervieram, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro), os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Muacho](#) (L), [Rui Rocha](#) (IL), [Paula Santos](#) (PCP), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [António Rodrigues](#) (PSD).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [461/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo BE) — De pesar pelo falecimento de Sérgio Fernandez, [462/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PSD) — De pesar pelo falecimento de Silvino Louro e [464/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Lionel Jospin, antigo Primeiro-Ministro da República Francesa, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovados, na generalidade, na especialidade e em votação final global, os Projetos de Lei n.ºs [243/XVII/1.ª](#) (PS) — Elevação de Botão à categoria de vila, [244/XVII/1.ª](#) (PS) — Elevação de Cernache à categoria de vila e [246/XVII/1.ª](#) (PS) — Elevação de Nogueira do Cravo à categoria de vila.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação, na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [8/XVII/1.ª](#) (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima e [387/XVII/1.ª](#) (PS) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental, compatibilizando-a com a Lei de Bases do Clima.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, a solicitar a prorrogação do prazo para reapreciação, na generalidade, na Comissão de Orçamento e Finanças, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [14/XVII/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução da taxa de IVA aplicável às garrafas de gás butano e propano, [373/XVII/1.ª](#) (IL) — Redução do IVA do gás engarrafado para a taxa mínima, [377/XVII/1.ª](#) (BE) — Reduz o IVA no fornecimento de garrafas de gás butano e propano e [384/XVII/1.ª](#) (L) — Reduz o IVA sobre o gás destinado a consumo doméstico.

Foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [474/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo que reconheça a ilegitimidade do regime venezuelano e apoie a transição democrática no país, [573/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço dos apoios à comunidade portuguesa na Venezuela e a intensificação de esforços que garantam a libertação dos presos políticos portugueses e lusodescendentes, [674/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que apoie a transição democrática na República Bolivariana da Venezuela, o regresso livre dos líderes da oposição e a realização de eleições justas e transparentes e [681/XVII/1.ª](#) (L) — Em defesa do direito internacional e de uma transição democrática para o povo venezuelano.

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 33 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

## SUMÁRIO

Às 10 horas, deu entrada na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

Na Sala, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente do maior partido da oposição, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça interina, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes das Assembleias Legislativas e dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os Presidentes ou Secretários-Gerais dos outros partidos com representação na Assembleia da República, os Conselheiros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se também presentes:

Na Tribuna A, o anterior Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, os antigos Deputados à Assembleia Constituinte e repórteres fotográficos à Assembleia Constituinte;

Na Galeria III, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, os Deputados ao Parlamento Europeu, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, a Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do 50.º Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente da Comissão para as Comemorações do 50.º Aniversário do 25 de novembro de 1975, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, o Comandante Naval, o Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional de Freguesias e da Associação Nacional de Assembleias Municipais, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Presidente da Comissão de Liberdade Religiosa, a Presidente da Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, os ex-Conselheiros da Revolução, o Presidente da Associação 25 de Abril e o Presidente da Associação Salgueiro Maia;

Nas Galerias IV a VI, os demais convidados;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete dos grupos parlamentares, dos Deputados únicos representantes de partido e do Ministro dos Assuntos Parlamentares;

Na Tribuna D, representantes de órgãos da comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Muacho](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Cristóvão Norte](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (António José Seguro).

A sessão foi encerrada eram 11 horas e 46 minutos, tendo a fadista Katia Guerreiro interpretado o hino nacional, que foi aplaudido, de pé, pelos presentes.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 75 (2026.04.09)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Antes de entrar na ordem do dia, os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Mário Amorim Lopes](#) (IL) apresentaram recursos para Plenário da decisão do Presidente no sentido de não admitir a debate iniciativas destes grupos parlamentares relativas à Proposta de Lei n.º 67/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera temporariamente os limites mínimos das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP), a discutir no âmbito do terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo os três recursos sido rejeitados.

Ao abrigo do [artigo 72.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de urgência, requerido pelo CH, sobre «Cabaz alimentar, combustíveis, habitação. Necessidade urgente de medidas para aliviar a pressão sobre os portugueses», tendo o Deputado [André Ventura](#) (CH) proferido a intervenção de abertura. No debate intervieram, a diverso título, além daquele orador, do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e do Secretário de Estado Adjunto e da Energia (Jean Barroca), os Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mariana Leitão](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Emídio Guerreiro](#) (PSD) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Entretanto, o Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) anunciou a presença nas galerias do Secretário-Geral da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, [Filipe Varela](#), que foi aplaudido pela Câmara.

Em declaração política, o Deputado [Tomás Pereira](#) (L) fez um balanço dos primeiros dois anos de políticas implementadas pelo Governo da AD, tendo de seguida respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Madalena Cordeiro](#) (CH), [Hernâni Dias](#) (PSD) e [Sandra Lopes](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) analisou a resposta do Governo às intempéries, ao aumento dos preços e às listas para consultas no SNS. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Ribeiro](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD) e [Miguel Matos](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) destacou o investimento feito nos últimos dois anos na área da defesa nacional. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Rangel](#) (IL), [João Lopes Aleixo](#) (CH), [Luís Dias](#) (PS) e [Liliana Fidalgo](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Miguel Guimarães](#) (PSD) fez um retrato do País, enaltecendo o Governo e salientando os resultados de medidas levadas a cabo pelo mesmo em diversas áreas. Seguidamente respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Pinto](#) (CH), [Humberto Brito](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Tomás Pereira](#) (L) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Ana Martins](#) (CH) — que respondeu, posteriormente, a um pedido de defesa da honra do Deputado [Pedro Coelho](#) (PSD) — enunciou os problemas sentidos pelas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, enquanto regiões ultraperiféricas, tendo depois respondido a pedidos de esclarecimento de [Pedro Coelho](#) (PSD) e [Francisco César](#) (PS).

Em declaração política, o Deputado [Carlos Pereira](#) (PS) acusou o Primeiro-Ministro de promessas incumpridas durante dois anos que apelidou de «simulacro de ação política». De seguida, respondeu a pedidos de esclarecimento de [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), a propósito de um artigo de opinião escrito pelo Primeiro-Ministro, considerou que o Governo tem de preparar os portugueses para os desafios que o País enfrenta. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Pedro Soares Pimenta](#) (PSD) e [José Carlos Barbosa](#) (PS).

Foi apreciada, e posteriormente aprovada, na generalidade, na especialidade, e em votação final global, a Proposta de Lei n.º [67/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera temporariamente os limites mínimos das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP). Usaram da palavra, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)), os Deputados [Rui Afonso](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 19 horas e 47 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 76 (2026.04.10)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 2 minutos.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de uma Deputada do Livre.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º [25/XVII/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º [67/XVII/1.ª](#) (GOV).

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [63/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e o Projeto de Lei n.º [542/XVII/1.ª](#) (PAN) — Proceda à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às associações humanitárias de bombeiros. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento ([José Maria Brandão de Brito](#)), os Deputados [João Ribeiro](#) (CH), [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Marina Gonçalves](#) (PS),

[Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Carneiro](#) (CH) e [Marco Claudino](#) (PSD).

Foi discutida, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [64/XVII/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global, juntamente com o Projeto de Resolução n.º [801/XVII/1.ª](#) (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários. Intervieram, a diverso título, além da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)), os Deputados [Francisco Gomes](#) (CH), [Célia Freire](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Miguel Matos](#) (PS), [Tomás Pereira](#) (L), [Patrícia Almeida](#) (CH), [Mário Amorim Lopes](#) (IL) e [Pedro Coelho](#) (PSD).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [455/XVII/1.ª](#) (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho, [411/XVII/1.ª](#) (PAN) — Proceda ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, [436/XVII/1.ª](#) (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade, [438/XVII/1.ª](#) (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança, [456/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, [464/XVII/1.ª](#) (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, [537/XVII/1.ª](#) (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens e [546/XVII/1.ª](#) (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Catarina Salgueiro](#) (CH), [Manuela Carvalho](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Tomás Pereira](#) (L), [Dália Miranda](#) (PS), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isaura Moraes](#) (PSD), [Armando Grave](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Miguel Cabrita](#) (PS), [Pedro Pinto](#) e [Lina Pinheiro](#) (CH).

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico [Apreciação Parlamentar n.º [8/XVII/1.ª](#) (PS)], tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro da Educação, Ciência e Inovação ([Fernando Alexandre](#)), os Deputados [Porfirio Silva](#) (PS), [Liliana Sousa](#) (PSD), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Cardoso](#) (CH), [Ana Gabriela Cabilhas](#) (PSD) e [Aida Carvalho](#) (PS).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 23 minutos.

## SUMÁRIO

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos.

Antes de entrar na ordem do dia, foi votado e rejeitado um recurso que o Grupo Parlamentar do Chega apresentou para Plenário, da decisão do Presidente, relativo à não aceitação de uma proposta para um dos pontos da ordem do dia, tendo usado da palavra o Deputado [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram anunciadas, e aprovadas em votação global, as Propostas de Resolução n.ºs [9/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Quirguiz, por outro, feito em Bruxelas, em 25 de junho de 2024 e [10/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Usbequistão, por outro, feito em Bruxelas, em 24 de outubro de 2025.

Procedeu-se à discussão, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs [501/XVII/1.ª](#) (IL) — Promove a concorrência no transporte rodoviário através do acesso aberto a terminais e interfaces, que foi aprovado, e [550/XVII/1.ª](#) (L) — Garante o acesso dos operadores de transportes públicos aos interfaces rodoviários, beneficiando os utilizadores, que foi rejeitado, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [752/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão e reforçar o regime sancionatório, que foi aprovado, [776/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais do setor, que foi aprovado, e [798/XVII/1.ª](#) (PCP) — Investimento nos terminais de transportes rodoviários e melhoria do serviço às populações, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Bruno Faria](#) (PSD), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Frederico Francisco](#) (PS), [Bruno Faria](#) (PSD), [Ricardo Moreira](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foram debatidos os Projetos de Resolução n.ºs [735/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que fixe, excepcionalmente, as margens máximas de comercialização de combustíveis e [738/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo o reembolso de 100 % do IVA pago em bens essenciais para famílias de baixos rendimentos, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [509/XVII/1.ª](#) (PAN) — Prevê a monitorização dos preços dos bens alimentares e a proteção do consumidor contra condutas especulativas e ilícitos concorrenciais, [510/XVII/1.ª](#) (PAN) — Determina a reposição do IVA Zero nos produtos do cabaz alimentar essencial entre os dias 18 de maio e 15 de novembro de 2026, alterando a Lei n.º 17/2023, de 14 de abril, [533/XVII/1.ª](#) (CH) — Prevê a redução temporária da taxa de IVA sobre os combustíveis para a taxa intermédia, [534/XVII/1.ª](#) (CH) — A presente lei estabelece a aplicação temporária da taxa de 0 % do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) a um conjunto de bens essenciais, designado por cabaz alimentar, [548/XVII/1.ª](#) (BE) — Isenção temporária de IVA sobre os produtos essenciais do cabaz alimentar e [549/XVII/1.ª](#) (BE) — Baixa temporária do IVA dos combustíveis e do gás, e com os Projetos de Resolução n.ºs [797/XVII/1.ª](#) (PCP) — Combate à especulação e controlo de preços de bens e serviços essenciais, [799/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de proteção das famílias e das empresas perante o aumento do custo de vida provocado pelo conflito no Médio Oriente, que foram

rejeitados, e [803/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis, que foi aprovado. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Tomás Pereira](#) (L), [Adriana Rodrigues](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Melo](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Torres](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Almiro Moreira](#) (PSD), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Hugo Costa](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Patrícia Gonçalves](#) (L).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [142/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Criação de uma rede pública de creches, [143/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Alargamento da rede pública de Educação Pré-Escolar, [254/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Garante a gratuitidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuitidade das creches, [357/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Inclusão das creches no sistema educativo, [551/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Integra a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbe o Estado de criar uma rede universal e gratuita, que foram rejeitados, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [771/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores, [779/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Reforça as repostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES, que foram aprovados, [791/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que garanta o alargamento das atividades incluídas na gratuitidade no Programa Creche Feliz para as famílias em situação de vulnerabilidade, e [795/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Pelo reforço da oferta de creches e da liberdade de escolha das famílias, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Vânia Jesus](#) (PSD), [José Barreira Soares](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipa Pinto](#) (L), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Margarida Afonso](#) (PS), [André Ventura](#) (CH), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [Sonia dos Reis](#) (PSD).

Foram apreciados, e aprovados na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [25/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que, no âmbito das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, garanta o reforço da participação da sociedade civil, das academias, das autarquias e das escolas e [774/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede, em articulação com o Município de Guimarães. Intervieram, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Paulo Lopes Silva](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Cardoso](#) (CH), [Emídio Guerreiro](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Foi lido o Projeto de Voto n.º [480/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (apresentado pelo PAR) — De pesar pela morte do Maestro Álvaro Cassuto, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [473/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (Comissão de Saúde) — De saudação pelo Dia Mundial da Saúde Oral. (a)

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [812/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Madrid.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [753/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2026.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [63/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, e foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [542/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Procede à alteração da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, reduzindo os prazos de pagamento em atraso das entidades públicas e criando um regime especial aplicável às associações humanitárias de bombeiros.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 64/XVII/1.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global, e foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 801/XVII/1.ª (BE) — Pela taxação justa dos milionários e dos multimilionários.

Na generalidade, foi aprovado o Projeto de Lei n.º 455/XVII/1.ª (CH) — Estabelece o regime de reembolso das despesas de funeral para menores, dependentes e pessoas com incapacidade permanente e absoluta para o trabalho; foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 411/XVII/1.ª (PAN) — Procede ao aumento do subsídio de funeral em caso de falecimento de menores de 18 anos e de pessoas maiores acompanhadas, alterando o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 436/XVII/1.ª (JPP) — Altera o artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 322/90, de 18 de outubro, alargando o reembolso de despesas de funeral aos casos de falecimento de menores e de pessoas com deficiência/incapacidade, 438/XVII/1.ª (L) — Aumenta o valor do subsídio de funeral a atribuir pela Segurança Social em caso de morte de uma criança; foi aprovado o Projeto de Lei n.º 456/XVII/1.ª (PS) — Reforça o valor do subsídio de funeral, em particular no caso de morte de menor ou de titular do estatuto de maior acompanhado, procedendo à décima oitava alteração do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto; e foram rejeitados os Projetos de Lei n.ºs 464/XVII/1.ª (PCP) — Aumenta o montante do subsídio de funeral em caso de morte de menor de 18 anos ou de pessoas com deficiência, alterando o Decreto-lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, 537/XVII/1.ª (IL) — Aumenta o subsídio de funeral de crianças e jovens e 546/XVII/1.ª (BE) — Aumenta o valor do subsídio de funeral no caso de morte de menor de 18 anos e de pessoa com incapacidade.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 832/XVII/1.ª (PCP) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 132/2025, de 24 de dezembro, que cria a Agência para a Investigação e Inovação, E.P.E., com a transformação da Agência Nacional de Inovação, S.A., e a fusão da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., bem como à aprovação do respetivo regime jurídico.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 712/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a transparência nos processos de apoio relativos às tempestades.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 659/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a Integração dos Técnicos Especializados do Instituto da Segurança Social, I. P., Contratados no Âmbito do PRR.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 281/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que proceda a um conjunto de atuações, no âmbito das condições de habitação e de autonomia e independência das pessoas com deficiência, incluindo a criação de uma linha de crédito bonificada.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 688/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e do Convento dos Paulistas, em Lisboa.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PAN, a solicitar a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 30 dias, do Projeto de Resolução n.º 733/XVII/1.ª (PAN) — Pela prorrogação do regime europeu de deteção de conteúdos de abuso sexual de menores em linha previsto no Regulamento (UE) 2021/1232 do Parlamento Europeu e do Conselho, e pelo reforço da proteção das crianças no espaço digital.

Foi rejeitado um Projeto de Resolução n.º 662/XVII/1.ª (PAN) — Cria um grupo de trabalho para o acompanhamento das referências a Portugal nos «Ficheiros Epstein».

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 692/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para assegurar o regular funcionamento dos tribunais e serviços do Ministério Público na Comarca de Portalegre.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 718/XVII/1.ª (PAN) — Por medidas de prevenção e combate à extorsão sexual e burlas românticas em contexto digital, com especial enfoque nas crianças e jovens.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 725/XVII/1.ª (PAN) — Pela mitigação do aumento dos preços dos bens alimentares e pelo reforço do apoio às famílias e da resiliência do sistema alimentar.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 755/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo o reconhecimento e a proteção dos ex-trabalhadores das Minas da Urgeiriça e seus familiares.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 728/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de critérios técnicos e científicos para a salvaguarda, reintegração e recuperação de elementos arquitetónicos e artísticos integrados em imóveis de reconhecido valor patrimonial, com intervenção urgente e prioritária no Forte de Nossa Senhora da Graça, em Elvas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Resolução n.º 599/XVII/1.ª (PS) — Pela promoção estruturada da dádiva voluntária e regular de sangue.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo à Proposta de Lei n.º 42/XVII/1.ª (GOV) — Altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Resolução n.º 626/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação urgente do fundo para catástrofes naturais.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PSD, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, aditado ao artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, pelo artigo 2.º do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 6/XVII/1.ª (PS) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro, que altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões e à Apreciação Parlamentar n.º 7/XVII/1.ª (CH) — Decreto-Lei n.º 1-A/2026, de 6 de janeiro — Altera o Decreto-Lei n.º 37-A/2025, de 24 de março, que define um novo modelo para a atribuição de um subsídio social de mobilidade no âmbito dos serviços aéreos entre o continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões. De seguida, foi aprovado, em votação final global, o mesmo texto final. No final, preferiram declarações de voto os Deputados [Francisco César](#) (PS), [Francisco Gomes](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Alexandre Poço](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Jorge Pinto](#) (L).

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do CH.

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 53 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

**DAR — I SÉRIE — N.º 78 (2026.04.16)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Mariana Leitão](#) (IL), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 22 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 79 (2026.04.17)**

**SUMÁRIO**

A Presidente ([Teresa Morais](#)), após ter declarado aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos, anunciou a realização de eleições, durante a sessão, para o Provedor de Justiça, o Conselho Económico e Social, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior de Defesa Nacional, o Conselho Superior de Informações, o Conselho Superior de Segurança Interna, o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o Conselho de Estado, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

No seguimento de a Presidente ter dado conta do adiamento da eleição para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, intervieram os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Eurico Brilhante Dias](#) (PS).

Procedeu-se à discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [62/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei Eleitoral do Presidente da República e a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de alargar a emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em matéria de publicidade das deliberações, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs [545/XVII/1.ª](#) (PAN) — Altera diversos diplomas, procedendo ao alargamento da emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como ao alargamento do direito de voto antecipado e ao estabelecimento da obrigação de disponibilização de matriz em braille dos boletins de voto no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais Projeto de Lei n.º [552/XVII/1.ª](#) (L) Introduz regras sobre o uso de inteligência artificial no âmbito de campanhas eleitorais Projeto de Resolução n.º [689/XVII/1.ª](#) (CH) Recomenda ao Governo que concretize, com urgência, o alargamento do regime de direito de antena às rádios locais em todos os atos eleitorais. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência ([António Leitão Amaro](#)), os Deputados [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Paulo](#)

Muacho (L), Jorge Galveias (CH), Filipe Sousa (JPP), Davide Amado (PS), Rodrigo Saraiva (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e António Rodrigues (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 483/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação na Venezuela mantendo como prioridade a segurança, o bem-estar e a proteção da comunidade portuguesa aí residente, 767/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que mova todos os esforços no sentido de garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, 768/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Pela intensificação dos esforços diplomáticos e consulares para a libertação de cidadãos portugueses e luso-venezuelanos detidos na Venezuela, 772/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a promoção de esforços pela libertação total e incondicional dos presos políticos portugueses e lusodescendentes na Venezuela, 790/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pelo reforço das medidas de proteção da comunidade luso-descendente na Venezuela, 802/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a proteção da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a defesa ativa do Direito Internacional, 804/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reforço da proteção e acompanhamento da comunidade portuguesa na Venezuela, 807/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a promoção de uma transição política, democrática e pacífica na Venezuela e para a restauração do Estado de direito no país e 808/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta consular à comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a intensificação dos esforços diplomáticos para a libertação de presos políticos. Intervieram, a diverso título, os Deputados José Cesário (PSD), Ricardo Dias Pinto (CH), Rui Rocha (IL), Eurico Brilhante Dias (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Rui Tavares (L), João Torres (PS), Pedro Correia (CH), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Paulo Neves (PSD) e Pedro Pinto (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 502/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, integrando a medicina dentária na carreira especial médica do Serviço Nacional de Saúde, 365/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, 412/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria a carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde, 544/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à criação da carreira especial de medicina dentária no Serviço Nacional de Saúde e 553/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Cria a carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 778/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Criação da carreira especial de médico dentista no SNS. Proferiram intervenções, a diverso título, os Deputados Marta Martins da Silva (CH), Fabian Figueiredo (BE), Eurídice Pereira (PS), Paulo Muacho (L), Paula Santos (PCP), Joana Cordeiro (IL), Alberto Machado (PSD), Susana Correia (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Cláudia Estevão (CH).

Foram apreciados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 334/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria o suplemento de agente único de transportes coletivos, e 540/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Procede à criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, bem como os Projetos de Resolução n.ºs 126/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição da carreira de agente único de transportes coletivos, 515/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de agente único de transportes coletivos, com estatuto próprio e valorização remuneratória adequada, 789/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos, e 809/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a valorização dos trabalhadores que exercem funções de agente único de transportes coletivos. Intervieram, a diverso título, os Deputados Rosa Isabel Cruz (PS), Almiro Moreira (PSD), Paulo Seco (CH), Alfredo Maia (PCP), Eliseu Neves (CH),

*Jorge Pinto (L), Margarida Afonso (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Rodrigo Saraiva (IL), Francisco Pimentel (PSD) e Marina Gonçalves (PS).*

*Discutiram-se, os Projetos de Resolução n.ºs 716/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a preservação do património digital, nomeadamente o associado ao SAPO Blogs, 782/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, 788/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela preservação de conteúdos digitais históricos relevantes para a cultura portuguesa, 800/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que assegure a preservação do acervo do SAPO Blogs, e 805/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Salvar e valorizar o património digital em Portugal. Proferiram discursos, a diverso título, os Deputados Rodrigo Saraiva (IL), Daniel Teixeira (CH), Paulo Lopes Silva (PS), Fabian Figueiredo (BE), Filipa Pinto (L), Liliana Sousa (PSD), Alfredo Maia (PCP), Leandro Ferreira Luís (PSD), Pedro Tavares (CH) e Rui Tavares (L).*

*Deu-se conta dos resultados das eleições que decorreram durante a reunião plenária, não tendo sido eleito, para Provedor de Justiça, o candidato Tiago Barreto Caldeira Antunes (PS), e tendo sido eleitos:*

*Para Presidente do Conselho Económico e Social, Luís Miguel Pais Antunes (PSD);*

*Para o Conselho Superior da Magistratura, Alfredo José Leal Castanheira Neves (PSD), Rui Manuel Lobo Gomes da Silva (CH), Cláudia Maria Cruz Santos (PS), António José Barradas Leitão (PSD), Nuno Ricardo Gonçalves Martins (CH), Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz (PSD) e Vítor José Pereira Teixeira de Sousa (PS);*

*Para o Conselho Superior da Defesa Nacional, Bruno Miguel Pedrosa Ventura (PSD) e Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César (PS);*

*Para o Conselho Superior de Informações, Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo (PSD) e Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão (PS);*

*Para o Conselho Superior de Segurança Interna, António Costa Rodrigues (PSD) e Rui Paulo Duque Sousa (CH);*

*Para o Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD);*

*Para o Conselho de Estado, Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares (PSD), André Claro Amaral Ventura (CH), Carlos Manuel Félix Moedas (PSD), Pedro Miguel de Azeredo Duarte (PSD) e Carlos Manuel Martins do Vale César (PS);*

*Para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização dos Centros Educativos, Maria Germana de Sousa Rocha (PSD) e Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro (PS);*

*Para o Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Luís Paulo Rebelo Barreto Xavier (PSD) e Paulo Jorge Ramos de Faria (CH);*

*Para o Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Susana Antas Videira (PSD);*

*Para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, foram eleitos António Alfredo Delgado da Silva Preto (PSD), Hélder Nuno de Jesus da Cruz Oliveira Pereira Pombo (CH), Helena Maria Mesquita Ribeiro (PS) e Joaquim Manuel Freitas da Rocha (PSD);*

*Para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Ângela Maria Pinheiro Branquinho Guerra (PSD);*

*Para a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, Jorge Alexandre Mendes Pedrosa (PSD);*

*Para o Conselho Superior do Ministério Público, Fernando Jorge de Loureiro de Roboredo Seara (PSD), Fernando José da Silva (CH), Vânia Gonçalves Álvares (PS), Pedro Miguel Neves de Sousa (PSD) e Cristiana Alexandra Vaz Ramos da Silva (CDS-PP);*

Para o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço, Jorge Miguel Esteves Teixeira (IL) e Patrícia Carla Serrano Gonçalves (L);

Para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, João Filipe Monteiro Marques (PSD) e Raquel Helena Veiga Saraiva Franco Moniz (PS);

Para a Comissão Nacional de Proteção de Dados, Maria Cândida Guedes Machado Antunes Oliveira (PSD).

O Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 11 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 80 (2026.04.18)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 2 minutos.

Foram debatidos e posteriormente rejeitados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 640/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Avançar com a regionalização: recomenda a criação de uma assembleia cidadã que avalie o quadro legal das regiões administrativas, o Projeto de Lei n.º 547/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Lei-quadro das regiões administrativas (altera e republica a Lei n.º 56/91, de 13 de agosto) e o Projeto de Resolução n.º 787/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela promoção de um debate nacional sobre a regionalização e o reforço da coesão territorial. Intervieram, a diverso título, os Deputados Jorge Pinto (L), Raul Melo (CH), Fabian Figueiredo (BE), Alfredo Maia (PCP), Rui Jorge Santos (PS), Miguel Rangel (IL), Paulo Nuncio (CDS-PP), Olga Freire (PSD), Inês de Sousa Real (PAN) e Bruno Nunes (CH).

Procedeu-se à apreciação e posterior aprovação, na generalidade, dos Projetos de Lei n.ºs 508/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Aplica a lei da concorrência aos processos pendentes e 536/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Alarga o âmbito de aplicação do Regime Jurídico da Concorrência aos processos pendentes e aumenta os prazos de prescrição. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Paula Santos (PCP), Idalina Durães e Rui Afonso (CH), Miguel Rangel (IL), Patrícia Gonçalves (L), Ricardo Carvalho (PSD), Nuno Fazenda (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Nuncio (CDS-PP) e Fabian Figueiredo (BE).

Foi debatida e posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 45/XVI/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Primeira alteração à Lei n.º 95/2021, de 29 de dezembro, que regula a utilização e o acesso pelas forças e serviços de segurança e pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a sistemas de vigilância para captação, gravação e tratamento de imagem e som, juntamente com o Projeto de Resolução n.º 806/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que promova o reforço do controlo e fiscalização no setor das pescas para uma gestão mais sustentável dos recursos marinhos, que foi igualmente aprovado. Intervieram, a diverso título, os Deputados Jorge Pinto (L), Francisco César (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paula Santos (PCP), Rui Rocha (IL), Nuno Gabriel (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Moniz (PSD) e José Dotti (CH).

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 20/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAM) — Pela majoração das prestações e dos apoios sociais atribuídos pela segurança social aos residentes nas regiões autónomas, através da segunda alteração à Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que aprova as bases gerais do sistema de segurança social, e do Projeto de Lei n.º 539/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Assegura a majoração das prestações e dos apoios sociais atribuídos pela segurança social aos residentes nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, alterando a Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, tendo sido aprovados requerimentos,

apresentados pelos proponentes, a solicitar a baixa destas iniciativas à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, sem votação, por 60 dias. Intervieram, a diverso título, os Deputados *Inês de Sousa Real* (PAN), *Alfredo Maia* (PCP), *Dália Miranda* (PS), *Felicidade Vital* (CH), *Leonor Cipriano* (PSD), *Joana Cordeiro* (IL), *Isabel Mendes Lopes* (L), *Catarina Salgueiro* (CH), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Vânia Jesus* (PSD), *Pedro Pinto* (CH), *Hugo Soares* (PSD) e *Fabian Figueiredo* (BE).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [482/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo BE e pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Wladimir Augusto Correia Brito, [491/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito pelo L e por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Diogo Ramada Curto, [492/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pela morte de Maria Emília Brederode dos Santos e [493/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito por Deputados do CDS-PP, da IL, do PS, do PSD e do CH) — De pesar pela morte de Vicente Lucas, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [490/XVII/1.ª](#) (apresentado pelo PAR e subscrito uma Deputada do PS) — De saudação pelos resultados dos atletas portugueses no XXX Campeonato Europeu de Trampolins (a).

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º [488/XVII/1.ª](#) (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias) — De congratulação ao Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil da Região de Coimbra, Dr. Carlos Luís Tavares, e a todos os envolvidos nas operações de socorro e emergência naquela região (a).

Foram aprovadas, na especialidade e em votação final global, as Propostas de Lei n.ºs [63/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, relativa às regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas — com alterações entretanto aprovadas —, e [64/XVII/1.ª](#) (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2023/2226 e a Diretiva (UE) 2025/872, de 14 de abril de 2025, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade, e a alterar o Regime do Imposto Mínimo Global.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [62/XVII/1.ª](#) (GOV) — Altera a Lei Eleitoral do Presidente da República e a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, no sentido de alargar a emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como o Regime Jurídico das Autarquias Locais, em matéria de publicidade das deliberações.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [545/XVII/1.ª](#) (PAN) — Altera diversos diplomas, procedendo ao alargamento da emissão do direito de antena nas rádios locais a todos os processos eleitorais, bem como ao alargamento do direito de voto antecipado e ao estabelecimento da obrigação de disponibilização de matriz em braille dos boletins de voto no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [552/XVII/1.ª](#) (L) — Introduce regras sobre o uso de inteligência artificial no âmbito de campanhas eleitorais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [689/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que concretize, com urgência, o alargamento do regime de direito de antena às rádios locais em todos os atos eleitorais.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [483/XVII/1.ª](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que acompanhe a situação na Venezuela mantendo como prioridade a segurança, o bem-estar e a proteção da comunidade portuguesa aí residente, [767/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que mova todos os esforços no sentido de garantir a segurança da comunidade portuguesa residente na Venezuela, [768/XVII/1.ª](#) (IL) — Pela intensificação dos esforços diplomáticos e consulares para a libertação de cidadãos portugueses e luso-venezuelanos detidos na Venezuela, [772/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda

ao Governo a promoção de esforços pela libertação total e incondicional dos presos políticos portugueses e lusodescendentes na Venezuela e [790/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pelo reforço das medidas de proteção da comunidade luso-descendente na Venezuela.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [802/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo a proteção da comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a defesa ativa do Direito Internacional.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [804/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o reforço da proteção e acompanhamento da comunidade portuguesa na Venezuela, [807/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que desenvolva esforços para a promoção de uma transição política, democrática e pacífica na Venezuela e para a restauração do Estado de direito no país e [808/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta consular à comunidade portuguesa e lusodescendente na Venezuela e a intensificação dos esforços diplomáticos para a libertação de presos políticos.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [502/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, integrando a medicina dentária na carreira especial médica do Serviço Nacional de Saúde e [365XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Criação da carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde, que foram rejeitados, os Projetos de Lei n.ºs [412/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Cria a Carreira Especial de Medicina Dentária no Serviço Nacional de Saúde e [544/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Procede à criação da Carreira Especial de Medicina Dentária no Serviço Nacional de Saúde, que foram aprovados, e o Projeto de Lei n.º [553/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Cria a carreira de médico dentista no Serviço Nacional de Saúde e o Projeto de Resolução n.º [778/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Criação da carreira especial de médico dentista no SNS, que foram rejeitados.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [334/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Cria o suplemento de agente único de transportes coletivos.

Foram rejeitados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º [540/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Procede à criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivos e o Projeto de Resolução n.º [126/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a reposição da carreira de Agente Único de transportes coletivos.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º [515/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação da carreira especial de Agente Único de Transportes Coletivos, com estatuto próprio e valorização remuneratória adequada.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [789/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela criação do suplemento por exercício das funções de agente único de transportes coletivo e [809/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a valorização dos trabalhadores que exercem funções de Agente Único de Transportes Coletivos.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [716/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (IL) — Recomenda ao Governo a preservação do património digital, nomeadamente o associado ao SAPO Blogs e [782/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [788/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Pela preservação de conteúdos digitais históricos relevantes para a cultura portuguesa, [800/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo que assegure a preservação do acervo do SAPO Blogs e [805/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Salvaguardar e valorizar o património digital em Portugal.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º [707/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes de combate à criminalidade e de proteção de moradores e comerciantes na cidade do Porto.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 706/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que solicite junto dos Estados Unidos da América a prestação de todas as informações relevantes relativas a cidadãos portugueses envolvidos no «Caso Epstein».

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 714/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que, em resposta à repressão violenta dos protestos pró-democracia em curso no Irão, declare como *persona non grata* e proceda à expulsão de solo nacional do Embaixador da República Islâmica do Irão, Sr. Majid Tafreshi.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 746/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que defenda junto da União Europeia e da Organização das Nações Unidas a classificação do movimento Antifa como organização terrorista.

Foi rejeitado, na generalidade, na especialidade e em votação final global, o texto de substituição relativo ao Projeto de Lei n.º 255/XVII/1.ª (CDS-PP) — Estabelece as regras de utilização de bandeiras em edifícios de carácter público.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, relativo do Projeto de Resolução n.º 27/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce as medidas para combater as «empresas e lojas de fachada».

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 49/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a alterar diversas disposições do Código do Imposto Único de Circulação.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 39 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 81 (2026.04.23)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Deu-se conta de um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma de mandato de um Deputado do PS.

Ao abrigo do artigo 227.º do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpeleção ao Governo n.º 2/XVII/1.ª (L) — Prognóstico reservado: o SNS após dois anos de governação da AD, tendo proferido intervenções de abertura o Deputado Paulo Muacho (L) e a Ministra da Saúde (Ana Paula Martins).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, a Secretária de Estado da Saúde (Ana Povo) e os Deputados Joana Cordeiro (IL), Isabel Fernandes (PSD), Filipa Pinto (L), Mariana Leitão (IL), Carlos Pereira (PS), Paula Santos (PCP), Ana Oliveira (PSD), Pedro dos Santos Frazão (CH), Patrícia Gonçalves (L), Inês de Sousa Real (PAN), Sofia Andrade (PS), Filipe Sousa (JPP), Marta Martins da Silva (CH), Francisco Sousa Vieira (PSD), Patrícia Carvalho (CH), Irene Costa (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Matos (PS), Rodrigo Alves Taxa, José Barreira Soares e Pedro Pinto (CH), Fabian Figueiredo (BE), Susana Correia (PS), Miguel Guimarães (PSD), Rodrigo Saraiva (IL) e Paulo Muacho (L).

Encerraram o debate a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) e a Ministra da Saúde.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 49 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 82 (2026.04.24)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs [28/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que implemente um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas, [759/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do rastreio oncológico, da resposta assistencial e da proteção dos doentes oncológicos, [783/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da literacia em saúde oncológica entre jovens e o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidência para prevenção, vacinação e deteção precoce do cancro, [794/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de rastreio do cancro do pulmão, [810/XVII/1.ª](#) (CH) — Salvar vidas com prevenção: reforçar o diagnóstico precoce do cancro, [819/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção e alargamento dos rastreios oncológicos, [821/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço e aceleração da implementação da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro e do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, [825/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva e execute um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas e garanta proteção financeira plena aos doentes oncológicos durante o período de incapacidade para o trabalho, e [828/XVII/1.ª](#) (L) — Pela equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Susana Correia](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Irene Costa](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alberto Machado](#) (PSD), [António Carneiro](#) (CH) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Apreciou-se a Petição n.º [132/XVI/1.ª](#) (Centro de Vida Independente) — Vida Independente é para toda a gente!, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [556/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça a resposta social, serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuidade da medida e [558/XVII/1.ª](#) (L) — Pela consagração do Modelo de Apoio à Vida Independente enquanto resposta social gratuita, na generalidade, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [762/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência, [786/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço e revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente, garantindo a sua efetiva concretização, [817/XVII/1.ª](#) (PCP) — Pela revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e alargamento da rede CAVI, e [824/XVII/1.ª](#) (BE) — Pela defesa do Modelo de Apoio à Vida Independente que promova uma efetiva autonomia pessoal das pessoas com deficiência. Intervieram os Deputados [Patrícia Faro](#) (PS), [José Carvalho](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Filipe Melo](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Joaquim Barbosa](#) (PSD).

Foi debatida a Petição n.º [175/XV/1.ª](#) (Luís Miguel de Melo Torres e outros) — Não deixamos matar o alojamento local e a economia local, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs [557/XVII/1.ª](#) (BE) — Reposição de medidas de regulação do alojamento local em zonas de pressão habitacional (Altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e o Decreto-lei n.º

76/2024, de 23 de outubro) e [559/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recupera o regime jurídico do alojamento local e retoma a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, e os Projetos de Resolução n.ºs [811/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a imediata disponibilização aos municípios das adequadas plataformas informáticas, visando a atualização dos alojamentos locais ativos nos seus territórios e [829/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda transparência na recolha e partilha de dados relativos aos serviços de alojamento local e o uso desta informação em políticas de habitação e turismo. Usaram da palavra os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Paulo Graça](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Ricardo Moreira](#) (CH), [Humberto Brito](#) (PS), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Frederico Francisco](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º [32/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Emanuel António Zambujo Boeiro e outros) — Pela revisão da tabela salarial dos enfermeiros, em conjunto com o Projeto de Lei n.º [560/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Garante o pagamento integral dos retroativos devidos aos enfermeiros ao abrigo da Lei n.º 51/2025, de 7 de abril, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs [766/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Pela justiça remuneratória dos enfermeiros e pela resolução nacional dos retroativos em dívida (2018-2021), [785/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à valorização salarial das carreiras de enfermagem para o ano de 2028, [818/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Valorização dos enfermeiros nas unidades públicas de saúde e [826/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Atualização da tabela salarial e valorização da carreira de enfermagem. Proferiram intervenções os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Cláudia Estêvão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Vitor Guerreiro](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Liliana Fidalgo](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º [45/XVI/1.<sup>a</sup>](#) (Eda Gonçalves Alves e outros — Implementação do modelo belga de terapia fágica em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [784/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica, [815/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do Infarmed, [827/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Promover o tratamento de infeções resistentes aos antibióticos e [830/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024 do Infarmed relativa à terapia fágica. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Joana Seabra](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Paula Santos](#) (PCP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 83 (2026.04.27)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Ao abrigo do [artigo 224.º-B](#) do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com a Ministra da Energia e Ambiente ([Maria da Graça Carvalho](#)).

Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Carlos Cação](#), [Bárbara do Amaral Correia](#) e [Paulo Lopes](#)

Marcelo (PSD), Rita Matias, Bernardo Pessanha e João Lopes Aleixo (CH), Pedro Vaz, Luís Graça, Hernâni Loureiro e Pedro Delgado Alves (PS), Jorge Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN) e Filipe Sousa (JPP).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 498/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — De pesar pelo falecimento de José Manuel Matos Fernandes, cuja parte deliberativa foi aprovada (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 875/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Deslocação do Presidente da República a Paris, Florença e Roma.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 28/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que implemente um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas, 759/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do rastreio oncológico, da resposta assistencial e da proteção dos doentes oncológicos, 783/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da literacia em saúde oncológica entre jovens e o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidência para prevenção, vacinação e deteção precoce do cancro, 794/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de rastreio do cancro do pulmão, 810/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Salvar vidas com prevenção: reforçar o diagnóstico precoce do cancro, 819/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção e alargamento dos rastreios oncológicos, 821/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo o reforço e aceleração da implementação da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro e do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, 825/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva e execute um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas e garanta proteção financeira plena aos doentes oncológicos durante o período de incapacidade para o trabalho, e 828/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Pela equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 556/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida, que foi aprovado; o Projeto de Lei n.º 558/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Pela consagração do Modelo de Apoio à Vida Independente enquanto resposta social gratuita, que foi rejeitado; o Projeto de Resolução n.º 762/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência, que foi aprovado; e os Projetos de Resolução n.ºs 786/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço e revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente, garantindo a sua efetiva concretização, 817/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e alargamento da rede CAVI e 824/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Pela defesa do Modelo de Apoio à Vida Independente que promova uma efetiva autonomia pessoal das pessoas com deficiência, que foram rejeitados.

Após a Deputada Dália Miranda (PS) ter feito uma declaração de eventual conflito de interesses, foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 557/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Reposição de medidas de regulação do alojamento local em zonas de pressão habitacional (altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e o Decreto-lei n.º 76/2024, de 23 de outubro) e 559/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recupera o regime jurídico do alojamento local e retoma a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, e os Projetos de Resolução n.ºs 811/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a imediata disponibilização aos municípios das adequadas plataformas informáticas, visando a atualização dos alojamentos locais ativos nos seus territórios e 829/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda transparência na recolha e partilha de dados relativos aos serviços de alojamento local e o uso desta informação em políticas de habitação e turismo.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Saúde, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 560/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Garante o pagamento integral dos retroativos devidos aos enfermeiros ao abrigo da Lei n.º 51/2025, de 7 de abril, tendo sido rejeitados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 766/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela justiça remuneratória dos enfermeiros e pela resolução nacional dos retroativos em dívida (2018-2021), 785/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à valorização salarial das carreiras de enfermagem para o ano de 2028, 818/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Valorização dos enfermeiros nas unidades públicas de saúde e 826/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Atualização da tabela salarial e valorização da carreira de enfermagem.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 784/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica e 815/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do Infarmed, que foram aprovados, o Projeto de Resolução n.º 827/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Promover o tratamento de infeções resistentes aos antibióticos, que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 830/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024 do Infarmed relativa à terapia fágica, que foi aprovado.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 434/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a reclassificação da castanha como fruto fresco.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs 239/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo da República a revisão do regime jurídico de habilitação para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos, prolongando a validade da licença e estabelecendo vitaliciedade para aplicadores seniores, e 780/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo medidas urgentes e estruturais para desbloquear a renovação dos cartões de aplicador de produtos fitofarmacêuticos.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 608/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela alteração do defeso para a apanha dos perceves no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 609/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que agilize todos os procedimentos necessários para a georreferenciação das explorações agrícolas, pecuárias e florestais para fins de gestão de catástrofes.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 703/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de mecanismos que facilitem a extração de animais de companhia de cidadãos portugueses evacuados do estrangeiro em situações de emergência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 713/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela adoção de medidas excecionais para a limpeza, remoção de material lenhoso e recuperação das áreas florestais.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 540/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda a priorização de medidas que visem a dinamização económica e a valorização da floresta nacional, enquadradas no plano Floresta 2050 – Futuro + Verde.

Foi aprovado, em votação final global, o Projeto de Resolução n.º 409/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a avaliação e renegociação do contrato de concessão da travessia fluvial do Sado entre Setúbal e a península de Tróia.

Foi aprovado, em votação final global, o Projeto de Resolução n.º 687/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Presta público reconhecimento a Gisele Pelicot pelo seu contributo para a consciencialização sobre a violência contra as mulheres e determina o seu convite para a participação nas iniciativas evocativas do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, na Assembleia da República.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 710/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo a clarificação do enquadramento do IVA nas operações realizadas no âmbito das Test Beds do PRR.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 705/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão e valorização da carreira especial de fiscalização.

Foram aprovados os pontos 1, 2 e 3 do Projeto de Resolução n.º 720/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta humanitária à crise na Somália e o acolhimento de refugiados somalis, incluindo refugiados cristãos, tendo o ponto 4 sido rejeitado.

Foi aprovado o requerimento, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, para prorrogação do prazo para reapreciação na generalidade, por mais 30 dias, do Projeto de Lei n.º 130/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Prevê a criação um plano nacional de busca, salvamento e socorro animal integrado na resposta a catástrofes, bem como de equipas e infraestruturas para a sua operacionalização no âmbito da proteção civil.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Ambiente e Energia, relativo ao Projeto de Lei n.º 206/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Cria o regime jurídico do contrato de aproveitamento energético renovável e determina o deferimento tácito do licenciamento de unidades de produção para autoconsumo a partir de fontes renováveis.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo à Proposta de Lei n.º 58/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Autoriza o Governo a alterar o Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 483/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD), 767/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), 768/XVII/1.<sup>a</sup> (IL), 772/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP), 790/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN), 804/XVII/1.<sup>a</sup> (L), 807/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) e 808/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas — Reforço da proteção da comunidade portuguesa na Venezuela, da ação consular e diplomática para a libertação de cidadãos portugueses detidos e da promoção de uma transição democrática no país.

Foi rejeitado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão de Economia e Coesão Territorial, relativo ao Projeto de Lei n.º 222/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Obrigatoriedade da inclusão de advertências sobre o potencial de adição em todos os jogos de azar.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 11 minutos.

(a) Esta votação teve lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 84 (2026.04.27)**

## **SUMÁRIO**

Às 10 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do

*Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia Da República.*

*No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora-Adjunta de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.*

*Encontravam-se ainda presentes:*

*Na Tribuna A, a mulher do Presidente da República, Dr.<sup>a</sup> Margarida Maldonado Freitas, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.<sup>a</sup> Carla Montenegro, a mulher do antigo Presidente da República António Ramalho Eanes, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, e a antiga Presidente da Assembleia da República Assunção Esteves;*

*Na Galeria I, o Corpo Diplomático;*

*Na Galeria II, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias e da Associação Nacional das Assembleias Municipais, o Governador do Banco de Portugal, os Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas, os Vice Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão da Liberdade Religiosa, a Direção da Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, os ex-Conselheiros da Revolução, a Associação 25 de Abril, o Presidente da Associação Salgueiro Maia, o Patriarca de Lisboa e elementos da Comunicação Social;*

*Na Galeria III, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Deputados ao Parlamento Europeu, a Comissária Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente da Comissão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Novembro de 1975, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, a Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, o Presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, a Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação*

Racial, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante Naval, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, os Presidentes das Confederações Patronais, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Secretário-Geral da UGT, o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas, os Chefes do Gabinete dos Deputados Únicos Representantes de Partido, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República, os Chefes de Divisão da Assembleia da República, os antigos Secretários-Gerais da Assembleia da República e elementos da Comunicação Social;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes do Gabinete dos Grupos Parlamentares e do Ministro dos Assuntos Parlamentares;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a banda da Guarda Nacional Republicana, formada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional, que foi igualmente cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Luís Carneiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (António José Seguro).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 6 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 85 (2026.04.30)**

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro (Luís Montenegro), que, após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Hugo Soares](#) (PSD).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 27 minutos.

---

**DAR — I SÉRIE — N.º 86 (2026.05.02)**

**SUMÁRIO**

A Presidente ([Teresa Morais](#)) declarou aberta a sessão às 10 horas.

Debateu-se e foi posteriormente aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [13/XVII/1.ª](#) (ALRAM) — Pela representação das regiões autónomas nas estruturas que regulam as qualificações e as certificações das entidades formadoras e das aprendizagens – Altera o Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, e o Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro. Intervieram, a diverso título, os Deputados [Emanuel Câmara](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Francisco Gomes](#) (CH), [Vânia Jesus](#) (PSD), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Ana Martins](#) (CH) e [Pedro Coelho](#) (PSD).

Apreciaram-se e foram posteriormente aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [174/XVII/1.ª](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação de um nó de acesso à autoestrada A1 entre Anadia e Oliveira do Bairro, [847/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a resolução das falhas de acessibilidade na autoestrada A1, com a criação do nó de acesso entre Anadia e Oliveira do Bairro, e [859/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a criação de um nó de acesso à autoestrada A1 entre Anadia e Oliveira do Bairro, como medida de coesão territorial e justiça social. Proferiram intervenções os Deputados [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Armando Grave](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Maria José Aguiar](#) (CH), [Paulo Cavaleiro](#) (PSD), [Jorge Pinto](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP).

Debateram-se e foram posteriormente rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs [443/XVII/1.ª](#) (CH) — Procede à alteração da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, e da Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, reconhecendo subsídio de risco aos profissionais de segurança privada e autorizando o uso, em serviço, de meios de defesa não letais, e [572/XVII/1.ª](#) (BE) — Alteração ao regime do exercício da atividade de segurança privada, previsto na Lei n.º 34/2013, de 16 de maio, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [854/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela atribuição de um subsídio de risco aos profissionais de segurança privada, e [861/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a promoção da contratação coletiva no setor da segurança privada, a valorização dos trabalhadores e a concretização de mecanismos efetivos de combate ao dumping social. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Vanessa](#)

*Barata (CH), Fabian Figueiredo (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Jorge Gonçalves (PSD), Idalina Durães (CH), Paula Santos (PCP), André Rijo (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), Paulo Muacho (L) e Marcus Santos (CH).*

*Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs 510/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo bicentenário da Carta Constitucional de 1826 e 506/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De congratulação pelos 850 anos do Mutualismo em Portugal. (a)*

*Foram aprovados os Projetos de Resolução n.ºs 888/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P., e 890/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Negócios dos Incêndios Rurais.*

*Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 12/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o protocolo de revisão do acordo que institui a Organização Internacional da Vinha e do Vinho, feito em Paris em 3 de abril de 2001, no que respeita à transferência da sede, adotado na sua Assembleia Geral Extraordinária, a 21 de maio de 2022, realizada em Dijon, na República Francesa.*

*Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 13/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o acordo de parceria entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e os membros da Organização dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, por outro, feito em Apia, em Samoa, aos 15 de novembro de 2023, incluindo a respetiva ata de retificação, feita em Bruxelas, em 7 de novembro de 2024.*

*Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 14/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova o protocolo que altera o Acordo Euro Mediterrânico relativo aos serviços aéreos entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino de Marrocos, por outro, a fim de ter em conta a adesão da República da Croácia à União Europeia, feito em Bruxelas, em 21 de novembro de 2025.*

*Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 219/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Proíbe a publicidade a jogos e apostas por figuras públicas e influenciadores digitais, 220/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Proíbe o patrocínio de eventos e competições por entidades que explorem jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, e 221/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Limita a publicidade a jogos e apostas, alterando o Código da Publicidade, proferindo, no final, declarações de voto orais a este propósito os Deputados Isabel Mendes Lopes (L) e Armando Mourisco (PS).*

*Foi aprovado um requerimento, apresentado pela Comissão de Saúde, solicitando a prorrogação do prazo para a reapreciação na generalidade, por mais 60 dias, dos Projetos de Lei n.ºs 28/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Revoga a Lei n.º 33/2025 e 106/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Lei de prevenção e proteção contra a violência obstétrica.*

*Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 218/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de sistemas de deteção de incêndios nas explorações pecuárias.*

*Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 172/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo o reforço da luta fitossanitária e a criação de apoios específicos para os produtores afetados pela vespa-do-galho-do-castanheiro.*

*Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 486/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova a contratação de médicos veterinários municipais.*

*Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 734/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que reconheça os profissionais da Força Especial de Proteção Civil como profissão de desgaste rápido.*

*Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, a autorizar um Deputado do PSD a intervir em tribunal e a dar conta da assunção de mandato de*

uma Deputada do PSD, da renúncia de mandato de uma Deputada do PSD e da suspensão do mandato de dois Deputados do PSD.

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 12 horas e 35 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 87 (2026.05.07)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 6 minutos.

Teve lugar a sessão solene de boas-vindas ao Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia, Ruslan Stefanchuk, tendo proferido intervenções o Presidente da Verkhovna Rada da Ucrânia e o Presidente da Assembleia da República.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato de um Deputado do PS e respetiva substituição.

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) pronunciou-se sobre as celebrações do 1.º de Maio, o pacote laboral e a situação económica do País, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH), [Luís Moreira Testa](#) (PS), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Em declaração política, o Deputado [Paulo Núncio](#) (CDS-PP) elaborou sobre a importância da reforma laboral para o futuro de Portugal e apelou ao bom termo das negociações da concertação social. No final, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Isaura Morais](#) (PSD), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Seco](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Dulcineia Catarina Moura](#) (PSD) apresentou as virtudes do PTRR (Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência) no âmbito da prevenção de eventos climáticos e fenómenos extremos. Posteriormente, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Nuno Fazenda](#) (PS), [Eduardo Teixeira](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Patrícia Gonçalves](#) (L) e [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Daniel Teixeira](#) (CH) teceu críticas ao Governo relativamente às medidas pós-tempestades e à implementação do PTRR. Seguidamente respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Armando Mourisco](#) (PS) e [Ricardo Carvalho](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Porfirio Silva](#) (PS) — que respondeu, posteriormente, a um pedido de defesa da honra do Deputado [Pedro Pinto](#) (CH) — referiu-se à Rota pelo Ensino e Formação Profissional, iniciada pelo Partido Socialista, após o que respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Filipa Pinto](#) (L), [Rui Cardoso](#) (CH), [Inês Barroso](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Angélique Da Teresa](#) (IL).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Leitão](#) (IL) mostrou preocupação quanto à sustentabilidade da segurança social, propondo um novo modelo. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L) e [Alfredo Maia](#) (PCP).

Em declaração política, a Deputada [Patrícia Gonçalves](#) (L) teceu críticas ao custo da habitação, à desigualdade de salários e apelou a mais justiça fiscal. Posteriormente, respondeu

a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Célia Freire](#) (PSD), [Francisco Gomes](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP) e [Miguel Matos](#) (PS).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 53 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 88 (2026.05.08)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Foi apreciada a Proposta de Resolução n.º [11/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas ([Emídio Sousa](#)) e do Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)), os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Pedro Correia](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Edson Cunha](#) (PSD), [Eva Cruzeiro](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Manuela Tender](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Rui Tavares](#) (L), [Aida Carvalho](#) (PS), [Paulo Neves](#) (PSD) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).

Procedeu-se ao debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º [66/XVII/1.ª](#) (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e dos Projetos de Lei n.ºs [568/XVII/1.ª](#) (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridos em território nacional, [571/XVII/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade, [575/XVII/1.ª](#) (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade Kristin, e [577/XVII/1.ª](#) (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Intervieram, a diverso título, além do Ministro da Economia e da Coesão Territorial ([Manuel Castro Almeida](#)), os Deputados [Bruno Nunes](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Marco Claudino](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Luís Paulo Fernandes](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Filipa Pinto](#) (L), [Olga Freire](#) (PSD), [Miguel Rangel](#) (IL), [André Rijo](#) (PS), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Foi apreciada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º [19/XVII/1.ª](#) (ALRAA) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. Usaram da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território ([Silvério Regalado](#)), os Deputados [Alfredo Maia](#) (PCP), [Francisco César](#) (PS), [Filipa Pinto](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Miguel Rangel](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Carlos Barbosa](#) (CH), [Paulo Moniz](#) (PSD) e [Patrícia Almeida](#) (CH).

Procedeu-se à apreciação conjunta, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs [258/XVII/1.ª](#) (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o dia nacional das raças autóctones, [479/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças autóctones, [697/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no programa

de apoio à redução da carga combustível através do pastoreio, 907/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o dia nacional das raças autóctones. Intervieram, a diverso título, os Deputados Ricardo Oliveira (PSD), Armando Mourisco (PS), Jorge Pinto (L), Ricardo Moreira (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Júlia Rodrigues (PS), Mário Amorim Lopes (IL), João Paulo Graça (CH) e Gonçalo Valente (PSD).

Foram debatidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 460/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de defesa nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto, 504/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a reserva voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar), juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 846/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística, 858/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas, 866/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a atualização do conceito estratégico de defesa nacional à luz da realidade geopolítica atual. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Luís Dias (PS), Pedro Pessanha (CH), Bruno Vitorino (PSD), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Simões de Melo (CH), Miguel Rangel (IL), Patrícia Gonçalves (L), Filipe Sousa (JPP), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Hernâni Dias (PSD) e Frederico Francisco (PS).

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 89 (2026.05.09)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Os Deputados foram informados da eleição para o Conselho de Opinião da RTP, S.A., a realizar ao longo da sessão.

Procedeu-se à discussão conjunta, na generalidade, das seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 94/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Alteração às penas acessórias e efeitos das penas por crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 569/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Alarga as medidas de proteção de menores no âmbito dos crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual e do crime de violência doméstica, alterando o Código Penal, tendo sido aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, de baixa à comissão, por 90 dias, sem votação;

Projeto de Lei n.º 570/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera o regime das sanções acessórias no âmbito dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, nomeadamente admitindo o tratamento com medicamentos bloqueadores de hormonas a agressores sexuais reincidentes, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 578/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o período de proibição de exercício de funções e o período de proibição de confiança de menores e de inibição de responsabilidades parentais em caso de condenação por crimes contra a autodeterminação e liberdade sexual, tendo sido

aprovado um requerimento, apresentado pelo proponente, de baixa à comissão, por 90 dias, sem votação;

Projeto de Resolução n.º 867/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a criação de um Programa Nacional para prevenção, avaliação e deteção de risco da violência sexual contra crianças e jovens para entidades com contacto regular com menores, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Rui Rocha* (IL), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Madalena Cordeiro* (CH), *Paulo Muacho* (L), *Filipe Sousa* (JPP), *Isabel Alves Moreira* (PS), *Rita Matias* (CH), *Paula Santos* (PCP), *Fabian Figueiredo* (BE), *Paulo Nuncio* (CDS-PP) e *Eva Brás Pinho* (PSD).

Foram debatidos conjuntamente, na generalidade, os diplomas seguintes:

Projeto de Resolução n.º 737/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo a criação do Passe de Mobilidade Nacional, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 573/XVII/1.ª (BE) — Passe de transportes gratuito para jovens até 25 anos, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 701/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo que reduza em 25% os preços dos passes de transportes públicos para fazer face ao agravamento dos preços de combustíveis causado pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 851/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de simplificação tarifária, integração da bilhética e a revisão dos mecanismos de financiamento aos serviços de transporte público de passageiros, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 852/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação do Sistema Nacional Único de Bilhética Integrada, com base na plataforma 1bilhete.pt, garantindo a interoperabilidade total dos transportes públicos, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 855/XVII/1.ª (PAN) — Pela criação de um passe nacional multimodal, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 863/XVII/1.ª (BE) — Passes intermodais 20, 30, 40, que foi rejeitado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados *Jorge Pinto* (L), *Fabian Figueiredo* (BE), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Frederico Francisco* (PS), *Francisco Covelinhas Lopes* (PSD), *João Tilly* (CH), *Filipe Sousa* (JPP), *Paula Santos* (PCP), *Angélique Da Teresa* (IL), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *José Lago Gonçalves* (PSD) e *Rui Fernandes* (CH).

Foram apreciadas, na generalidade, as iniciativas seguintes:

Projeto de Resolução n.º 754/XVII/1.ª (PCP) — Condenação da escalada de agressão e de ameaças dos EUA contra Cuba e exigência do respeito da soberania e dos direitos do povo cubano, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 721/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que condene o bloqueio imposto a Cuba e denuncie o recrudescimento da instabilidade na ilha, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 841/XVII/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que defenda o povo cubano e promova o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais em Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 844/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que realize todos os esforços políticos e diplomáticos no sentido de pressionar o regime cubano e conduzir à plena democratização da República de Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 856/XVII/1.ª (PAN) — Pela defesa de uma solução diplomática para o confronto entre os Estados Unidos da América e a República de Cuba, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 862/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Sobre a crise humanitária em Cuba e a necessidade de Portugal assumir uma posição ativa pelo fim das sanções unilaterais e pela proteção da população civil cubana, que foi rejeitado; e

Projeto de Resolução n.º 864/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Em defesa do povo cubano contra a tirania do regime comunista, que foi aprovado.

Intervieram, a diverso título, os Deputados [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Ricardo Dias Pinto](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [José Dias Fernandes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Torres](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Paulo Neves](#) (PSD).

Apreciou-se o Projeto de Resolução n.º 839/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda a promoção ativa da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, que foi posteriormente aprovado na generalidade, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.º 497/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Estabelece um regime de incentivos à representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das sociedades comerciais não cotadas e promove a adoção de planos para a igualdade nas empresas, 527/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça o regime de representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa e 579/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, combatendo a disparidade salarial de género, que foram rejeitados; com os Projetos de Resolução n.ºs 850/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova medidas que combatam a desigualdade salarial e discriminação entre homens e mulheres, 853/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Pela valorização dos salários e eliminação das discriminações salariais entre homens e mulheres e 857/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de uma estratégia nacional para a igualdade remuneratória e de oportunidades entre mulheres e homens, que foram aprovados; e com os Projetos de Resolução n.ºs 860/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para a promoção da igualdade salarial de género e 868/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a transposição imediata da diretiva europeia para reforçar a igualdade salarial entre mulheres e homens, que foram rejeitados. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Patrícia Faro](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Elza Pais](#) (PS), [Sandra Pereira](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL) e [Felicidade Vital](#) (CH).

Deu-se conta do resultado das eleições que decorreram durante a reunião plenária, tendo sido eleitos os candidatos propostos para o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs 499/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de José Luís Tinoco, 513/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de José Santa-Bárbara, 514/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PCP) — De pesar pelo falecimento de Cândido Mota e 523/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo CH) — De pesar pela morte de Joaquim Granger, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas dos Projetos de Voto n.ºs 529/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo Dia Mundial da Língua Portuguesa, e 530/XVII/1.<sup>a</sup> (apresentado pelo PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 28/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição da comissão eventual para a resiliência nacional, prevenção de catástrofes naturais e acompanhamento do Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 891/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Participação da Assembleia da República em organizações parlamentares internacionais.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 26/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XVII Legislatura.

Foi aprovada, em votação global, a Proposta de Resolução n.º 11/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova para ratificação o Acordo Complementar ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro, em 22 de abril de 2000, sobre a concessão de equivalência de estudos no Brasil (ensino fundamental e médio) e em Portugal (ensino básico e secundário), feito em Lisboa, em 22 de abril de 2023.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 66/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Aprova um regime excecional e temporário relativo aos deveres específicos e limites constantes da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 568/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Aprova medidas excecionais de apoio aos municípios afetados pelas tempestades ocorridas em território nacional.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 571/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o objetivo de reforçar a coesão territorial e os mecanismos de resposta em situação de calamidade, 575/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Estabelece um regime excecional e temporário em matéria de endividamento municipal, gestão da dívida e equilíbrio orçamental, no contexto da tempestade Kristin e 577/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Cria o regime de resposta das autarquias locais em situações de calamidade, alterando a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi aprovada, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 19/XVII/1.<sup>a</sup> (ALRAA) — Altera o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 258/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Consagra o dia 11 de novembro como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 479/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo que aumente os apoios às fileiras das raças autóctones.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 697/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a inclusão do gado asinino no Programa de Apoio à Redução da Carga Combustível Através do Pastoreio.

Foi aprovado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 907/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a instituição do dia 11 de novembro, Dia de São Martinho, como o Dia Nacional das Raças Autóctones.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 460/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Reforça as competências da Assembleia da República em matéria de Defesa Nacional e institui a Lei de Programação de Efetivos Militares, procedendo à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, à primeira alteração à Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto, e à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 2/2021, de 9 de agosto; e 504/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria a Reserva Voluntária das Forças Armadas, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 174/99, de 21 de setembro (Lei do Serviço Militar).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs 846/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que inicie os estudos conducentes à criação de uma estrutura conjunta comum das Forças Armadas nas áreas administrativa, de recursos humanos e logística e 858/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo a adoção de uma estratégia plurianual para o reforço da atratividade, retenção e valorização dos efetivos das Forças Armadas.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 866/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a atualização do Conceito Estratégico de Defesa Nacional à luz da realidade geopolítica atual.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 831/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 678/XVII/1.ª (L) — Recomenda a criação de um mecanismo de avaliação de impacto em direitos humanos na execução da política criminal.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 726/XVII/1.ª (JPP) — Acreditação urgente do Laboratório de Polícia Científica da Polícia Judiciária, no domínio da análise de ADN e lofoscopia, garantindo a conformidade com o direito da União Europeia e a segurança jurídica no processo penal.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 739/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que promova as diligências necessárias à criação do memorial das vítimas da radioatividade e do centro interpretativo da área mineira da Urgeiriça.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 313/XVII/1.ª (L) — Recomenda a dotação ao Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários dos recursos humanos e logísticos necessários à sua missão.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 386/XVII/1.ª (L) — Recomenda o financiamento para aquisição de viaturas de emissões nulas para o transporte coletivo de crianças.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º 843/XVII/1.ª (PCP) — Pela urgente revisão da carreira especial de fiscalização e valorização dos trabalhadores.

Em votação final global, foram aprovados os seguintes textos finais:

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 771/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que equacione a criação de benefícios fiscais para as empresas que criem creches para os filhos dos trabalhadores;

Apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Resolução n.º 779/XVII/1.ª (PS) — Reforça as respostas sociais na infância, lançando uma nova vaga de equipamentos no âmbito do PARES;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo à Proposta de Lei n.º 56/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o regime do mecenato e alterar o Estatuto dos Benefícios Fiscais;

Apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 803/XVII/1.ª (IL) — Por uma resposta à inflação e ao aumento dos preços dos combustíveis.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final relativo à Proposta de Lei n.º 30/XVII/1.ª (GOV) e aos Projetos de Lei n.ºs 41/XVII/1.ª (CH) e 276/XVII/1.ª (PS), apresentado pela Comissão de Educação e Ciência — Procede à revisão da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, alterando, ainda, a Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, que estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior, e a Lei n.º 38/2007, de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior, tendo os Deputados **Pedro Delgado Alves** (PS) e **Patrícia Gonçalves** (L), declarado eventual conflito de interesses. Intervieram os Deputados **Aida Carvalho** (PS), **Angélique Da Teresa** (IL), **Rui Cardoso** (CH), **Ana Gabriela Cabilhas** (PSD), **Paula Santos** (PCP), **Paulo Nuncio** (CDS-PP), **Isabel Mendes Lopes** (L), **Inês de Sousa Real** (PAN) e **Fabian Figueiredo** (BE). No fim, o texto final relativo àquelas iniciativas também foi aprovado em votação final global.

Foi aprovado, em votação final global, um texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Lei n.º 137/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Aprova o estatuto do mecenato cultural.

O Presidente encerrou a sessão eram 14 horas e 39 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 90 (2026.05.14)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

No âmbito do primeiro ponto da ordem do dia foram debatidos, e posteriormente aprovados na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [899/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação do programa *Defender Portugal*, estabelecendo um regime de voluntariado jovem para a defesa, e [900/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo a criação e implementação do programa *Mente Forte*, que reforce a saúde mental nas Forças Armadas. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Bruno Ventura](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Frederico Francisco](#) (PS), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Mariana Vieira da Silva](#) (PS), [Pedro Pinto](#) (CH), [José Lago Gonçalves](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Bernardo Pessanha](#) (CH), [Bruno Vitorino](#) (PSD), [Hugo Oliveira](#) (PS), [Raul Melo](#) (CH), [Martim Syder](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Miguel Rangel](#) (IL), [Nuno Simões de Melo](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [João Lopes Aleixo](#) (CH), [Patrícia Faro](#) (PS), [Liliana Fidalgo](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Rui Paulo Sousa](#) (CH).

Ao abrigo do artigo 225.º do Regimento, procedeu-se ao debate anual com o Governo sobre a participação de Portugal na Cooperação Estruturada Permanente, previsto na alínea b) do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia. Intervieram, a diverso título, além do Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional (Nuno Pinheiro Torres) e da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (Inês Domingos), os Deputados [Paulo Moniz](#) (PSD), [Pedro Correia](#) e [Patrícia Nascimento](#) (CH), [Edite Estrela](#) (PS), [Jorge Miguel Teixeira](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Alfredo Maia](#) (PCP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 91 (2026.05.15)

### SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 3 minutos.

Foi lida a mensagem a mensagem do Presidente da República sobre a devolução sem promulgação do Decreto da Assembleia da República n.º 49/XVII — «Altera o Código Penal, criando a pena acessória de perda da nacionalidade».

Entretanto, o Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) assinalou a presença, nas galerias, da Embaixadora da Grécia e do Presidente do Grupo Parlamentar da Amizade Grécia-Portugal, que foram aplaudidos pela Câmara.

Foram debatidas e votadas, na generalidade, as seguintes iniciativas:

Projeto de Lei n.º 393/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Aumenta os limites da compensação por morte ou invalidez permanente decorrentes dos riscos próprios da atividade policial ou de segurança e prevendo que o Estado assegure a indemnização civil com direito de regresso contra o lesante, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 394/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Cria o suplemento especial de serviço por funções operacionais na Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras da Polícia de Segurança Pública, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 444/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende aos elementos da Polícia de Segurança Pública colocados nas regiões autónomas o suplemento de fixação atribuído ao corpo da guarda prisional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 607/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Determina a aplicação do regime de atribuição do suplemento de missão criado pelo Decreto-Lei n.º 139-C/2023, de 29 de dezembro, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública e ao Corpo da Guarda Prisional, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 615/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estabelece a presunção de licitude, em determinadas circunstâncias, de uso de armas de fogo, que foi rejeitado;

Projeto de Lei n.º 616/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Altera a Lei n.º 19/2004, de 20 de maio, na atual redação, clarificando o regime de detenção em flagrante delito pela polícia municipal e a entrega imediata do detido à PSP ou à GNR, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 704/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma equipa de análise retrospectiva do suicídio nas forças de segurança, no âmbito da Inspeção-Geral da Administração Interna, que foi aprovado;

Projeto de Lei n.º 619/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Altera o regime de cálculo das pensões do pessoal militar e militarizado e do pessoal com funções policiais da PSP, do pessoal da carreira de investigação criminal, da carreira de segurança e dos especialistas de polícia científica, com funções de inspeção e identificação judiciária da PJ e do pessoal do corpo da guarda prisional, revertendo os cortes introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 3/2017, de 6 de janeiro, e pelo Decreto-Lei n.º 4/2017, de 6 de janeiro, que foi rejeitado;

Projeto de Resolução n.º 881/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a revisão e atualização do regime remuneratório dos militares da Guarda Nacional Republicana, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 882/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da Polícia de Segurança Pública, o cumprimento integral do acordo celebrado em 2024 e a revisão do regime remuneratório, das carreiras e dos suplementos aplicáveis ao pessoal com funções policiais, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 949/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela adoção de medidas de prevenção do suicídio nas forças de segurança, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 950/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Pela reorganização da Polícia de Segurança Pública, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 951/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a valorização remuneratória, a dignificação profissional e o reforço da saúde ocupacional dos profissionais da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 952/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda o reforço do policiamento de proximidade, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 953/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo a criação de um complemento salarial de apoio ao custo de vida para as forças de segurança deslocadas, que foi aprovado;

Projeto de Resolução n.º 954/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Prevenção e promoção da saúde mental para as forças de segurança, que foi aprovado.

Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Hugo Soares](#) (PSD), [Jorge Pinto](#) (L), [Cristóvão Norte](#) e [Carolina Marques](#) (PSD), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Pedro dos Santos Frazão](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Patrícia Carvalho](#) (CH), [Rui Rocha](#) (IL), [José Barreira Soares](#) (CH), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [Francisco José Martins](#) (PS), [Pedro Vaz](#) (PS), [Rui Rocha](#) (IL), [Nuna Menezes](#) (PSD) e [André Rijo](#) (PS).

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 48 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 92 (2026.05.16)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Ao abrigo do [artigo 74.º](#) do Regimento, procedeu-se a um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre «Portugal, a soberania nacional, a resposta à crise e a defesa da paz». Depois de o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)) terem aberto o debate, intervieram, a diverso título, além destes oradores e dos Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais ([Cláudia Reis Duarte](#)) e Adjunto e da Energia ([Jean Barroca](#)), os Deputados [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Hernâni Dias](#) (PSD), [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Tilly](#) (CH), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Fernandes](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Alberto Fonseca](#) (PSD), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Paulo Seco](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Paulo Moniz](#) (PSD), [António Mendonça Mendes](#) (PS), [António Carneiro](#) (CH), [Hugo Carneiro](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH). No encerramento do debate, proferiram intervenções o Secretário de Estado Adjunto e da Política da Defesa Nacional ([Nuno Pinheiro Torres](#)) e a Deputada [Paula Santos](#) (PCP).

Foram apreciados, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 65/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Altera a Lei n.º 34/94, de 14 de setembro, que define o regime de acolhimento de estrangeiros ou apátridas em centros de instalação temporária, a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, e a Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, que, a requerimento do PSD, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; os Projetos de Lei n.ºs 249/XVII/1 (CH) — Altera o regime de concessão de asilo e proteção subsidiária, com vista a reforçar o controlo das fronteiras externas e da permanência e trânsito de cidadãos estrangeiros em território nacional, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; e

[576/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Proíbe a detenção de pessoas particularmente vulneráveis em centros de instalação temporária e espaços equiparados, que, a requerimento do proponente, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias; juntamente com o Projeto de Resolução n.º [865/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda ao Governo que garanta a audição em tribunal de pessoas estrangeiras detidas na fronteira, que foi rejeitado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) e do Secretário de Estado Adjunto da Presidência e Imigração (Rui Armindo Freitas), os Deputados [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Rui Rocha](#) (IL), [Nuno Jorge Gonçalves](#) (PSD) e [Nuno Gabriel](#) (CH).

Foram lidos os Projetos de Voto n.ºs [535/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — De pesar pela morte de Carlos Brito; Projeto de Voto n.º [549/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PSD) — De pesar pelo falecimento de José Adriano Gago Vitorino, tendo sido aprovadas as respetivas partes deliberativas (a), após o que a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foram aprovadas as partes deliberativas a) dos Projetos de Voto n.ºs [539/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (Comissão de Assuntos Europeus) — De saudação pela celebração do Dia da Europa; [540/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão) — De saudação pelo Centenário da Santa Casa da Misericórdia de Condeixa-a-Nova; [545/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — De saudação pelo centenário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia; e [546/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — De saudação pelos 128 anos do Aquário Vasco da Gama.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [970/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAR) — Suspensão do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Instituto Nacional de Emergência Médica, IP.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º [128/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Recomenda a proibição dos voos noturnos no Aeroporto de Lisboa.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º [193/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo que adote medidas adequadas a prevenir e punir os furtos de colheitas, combustível, gado e máquinas agrícolas.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [195/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a reativação e valorização da fileira da lã em Portugal; [202/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda às diligências necessárias à reativação da fileira da lã; e [476/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a valorização da fileira da lã.

Foi aprovado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º [770/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (L) — Por um cessar-fogo imediato no Líbano e proteção da população civil.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º [775/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo a interdição do uso da Base das Lajes e do espaço aéreo português a aeronaves envolvidas na operação militar contra o Irão.

Foi rejeitado, em votação final, o Projeto de Resolução n.º [814/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (BE) — Recomenda ao Governo que proponha, no seio da União Europeia, a revisão das exclusões da lista de sanções contra a Federação Russa obtidas por proposta dos governos da Hungria e da Eslováquia.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [796/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PS) — Recomenda ao Governo a cedência do antigo Internato de Santo António ao Turismo de Portugal para a criação da Residência de Estudantes da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre; e [893/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a capacidade de atração e de frequência da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, designadamente através da criação de uma resposta de alojamento estudantil adequada.

Em votação final global, foram aprovados o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 752/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) e 776/XVII/1.<sup>a</sup> (CH), apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação — Recomenda ao Governo medidas para assegurar o acesso livre, equitativo e não discriminatório aos terminais rodoviários de passageiros, uniformizar o respetivo quadro técnico e funcional, prevenir conflitos de interesse na sua gestão, reforçar o regime sancionatório e proceder a uma auditoria nacional ao funcionamento dos terminais rodoviários e às práticas concorrenciais no setor; o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo ao Projeto de Resolução n.º 688/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que promova a urgente conservação e reabilitação da Igreja de Santa Catarina e Convento dos Paulistas, em Lisboa; e o texto final, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs 25/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) e 774/XVII/1.<sup>a</sup> (PS), apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto — Recomenda ao Governo a valorização das comemorações dos 900 anos da Batalha de São Mamede como momento fundador dos 900 anos de Portugal, em articulação com o município de Guimarães.

Foi ainda aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o levantamento da imunidade parlamentar a um Deputado do PS.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 31 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do artigo 75.º do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 93 (2026.05.21)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo do artigo 72.º do Regimento, procedeu-se ao debate de urgência, requerido pelo PS, sobre «A má execução do PRR — Necessidade de medidas urgentes», tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional (Hélder Reis), os Deputados Nuno Fazenda (PS) (a), Pedro Tavares (CH), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Armando Mourisco (PS), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Gonçalves (L), Ricardo Carvalho (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Miguel Rangel (IL), Filipe Melo (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Francisco Figueira (PSD) e Eurico Brilhante Dias (PS).

Debateu-se, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, e o Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, em conjunto com o Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado. Usaram da palavra, a diverso título, além do Ministro Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), os Deputados André Ventura (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Marco Claudino (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Patrícia Gonçalves (L), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Marina Gonçalves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Andreia Neto e Almiro Moreira (PSD).

Foram discutidos o Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a

desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma, o Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista, na generalidade, e ainda o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa. Intervieram os Deputados [Diogo Pacheco de Amorim](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Rui Tavares](#) (L), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Rodrigo Alves Taxa](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [António Rodrigues](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foram discutidos os Projetos de Lei n.ºs 555/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., 601/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Mais independência para a LUSA, 604/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E., 605/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 906/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa — Agência de Notícias de Portugal, S.A. e 937/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados [Paulo Lopes Silva](#) (PS), [Marcus Santos](#) (CH), [Rodrigo Saraiva](#) (IL), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Filipa Pinto](#) (L), [Jorge Galveias](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Antunes dos Santos](#) (PSD), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Pedro Pinto](#) (CH) e [Porfírio Silva](#) (PS).

Debateram-se os Projetos de Resolução n.ºs 834/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar, 719/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação, 904/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares, 909/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios, 916/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias, 923/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar, 930/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação e 972/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação. Proferiram intervenções os Deputados [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Filipa Pinto](#) (L), [Eliseu Neves](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Rosa Isabel Cruz](#) (PS), [Manuela Carvalho](#) e [Sonia dos Reis](#) (PSD), [Sónia Monteiro](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP) e [Isabel Mendes Lopes](#) (L).

Seguiu-se a discussão da Petição n.º 113/XVI/1.<sup>a</sup> (FEPODABES-Federação Portuguesa e Dadores Benévolos de Sangue) — Dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue, juntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Valoriza a dádiva regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do

Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e os Projetos de Resolução n.ºs 911/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dádiva benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dádiva e o reforço da colheita de plasma por aférese, 917/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dádiva de sangue, 918/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dádiva voluntária e altruísta de sangue em Portugal, 922/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dádiva benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue e 939/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dádiva, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Joana Cordeiro (IL), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), Ana Oliveira (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Fabian Figueiredo (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Cristina Vieira Henriques (CH), Paulo Mucho (L) e Irene Costa (PS).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 19 horas e 55 minutos.

(a) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 94 (2026.05.22)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 59 minutos.

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.º 750/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas, e n.º 833/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, do Projeto de Lei n.º 608/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.ºs 920/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura, 925/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas, 935/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais, 936/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, e 940/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público. Intervieram os Deputados Jorge Pinto (L), João Lopes Aleixo (CH), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Mário Amorim Lopes (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Fernando Queiroga (PSD), José Dotti (CH), Pedro do Carmo (PS), Hernâni Dias (PSD) e Pedro Pinto (CH).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 122/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração na Carreira de Investigação Científica, 606/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica e 614/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) —

Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica, e os Projetos de Resolução n.ºs 905/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação, e 924/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela integração dos investigadores bolsheiros da carreira de investigação científica. Intervieram no debate, a diverso título, os Deputados Paulo Raimundo (PCP), José Carvalho (CH), Ana Isabel Ferreira (PSD), Patrícia Gonçalves (L), Fabian Figueiredo (BE), Manuela Tender (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Aida Carvalho (PS), Ana Gabriela Cabilhas (PSD) e Angélique da Teresa (IL).

Debateram-se, conjuntamente, o Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD) — Pelo alargamento do Passe do Antigo Combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes, os Projetos de Lei n.ºs 153/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende a gratuidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional, e 613/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), na generalidade, bem como o Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo estatuto. Usaram da palavra, para intervenções, os Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Nuno Simões de Melo (CH), Fabian Figueiredo (BE), Filipe Sousa (JPP), Miguel Rangel (IL), Frederico Francisco (PS), Raul Melo (CH), Alfredo Maia (PCP), Helga Correia (PSD), Patrícia Gonçalves (L) e Inês de Sousa Real (PAN).

Foram discutidos, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 528/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, 581/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do plano nacional de desacorrentamento, e 612/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o plano nacional pelo bem-estar dos animais de Companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 764/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães, 914/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização e 928/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia, tendo usado da palavra, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Firmino Ferreira (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Ana Martins (CH), Ricardo Oliveira (PSD), Paulo Muacho (L), Sonia dos Reis (PSD), Filipe Sousa (JPP), Júlia Rodrigues (PS), Lina Pinheiro (CH), Alfredo Maia (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e Mário Amorim Lopes (IL).

Apreciou-se a Petição n.º 125/XVI/1.<sup>a</sup> (Joana Castro e Costa) — Prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 453/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência,

912/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva, 915/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável, 919/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias, 921/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência, 929/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde, 931/XVII/1.<sup>a</sup> (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, 934/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS e 938/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014. Intervieram os Deputados *Cláudia Estêvão* (CH), *Filipe Sousa* (JPP), *Paula Santos* (PCP), *Joana Seabra* (PSD), *Inês de Sousa Real* (PAN), *Paulo Muacho* (L), *Susana Correia* (PS), *Joana Cordeiro* (IL), *Fabian Figueiredo* (BE) e *Paulo Nuncio* (CDS-PP).

O Presidente (*Rodrigo Saraiva*) encerrou a Sessão eram 18 horas e 45 minutos.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 95 (2026.05.23)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Ao abrigo do artigo 224.º-B do Regimento, procedeu-se a um debate setorial com o Ministro da Economia e Coesão Territorial (*Manuel Castro Almeida*). Após ter proferido uma intervenção inicial, respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados *Patrícia Gonçalves* (L), *Ricardo Carvalho*, *Francisco Figueira*, *Ricardo Carlos* e *Olga Freire* (PSD), *Rui Afonso*, *João Ribeiro* e *Ricardo Lopes Reis* (CH), *Hugo Costa*, *Nuno Fazenda*, *Pedro Coimbra*, *Eurídice Pereira* e *Luís Moreira Testa* (PS), *Miguel Rangel* (IL), *Paula Santos* (PCP), *Paulo Nuncio* (CDS-PP), *Fabian Figueiredo* (BE), *Inês de Sousa Real* (PAN) e *Filipe Sousa* (JPP).

Foi lido, pelo Deputado *Paulo Nuncio* (CDS-PP), o Projeto de Voto n.º 559/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — De pesar pela morte de *Francisco Cavaleiro Ferreira*, cuja parte deliberativa foi aprovada (a).

Procedeu-se à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 72/XVII/1.<sup>a</sup> (GOV) — Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, que foi aprovada, e do Projeto de Lei n.º 609/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que foi rejeitado, assim como à votação final do Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado, que foi aprovado.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 217/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Recomenda ao Diretor do Serviço de Informações de Segurança que proponha, ao Sr. Primeiro-Ministro, a desclassificação de todos os registos, documentos, dossiês e arquivos dos serviços de

informações relativos à organização terrorista de extrema-esquerda FP-25, desde a data da sua criação, até à data da amnistia dos crimes cometidos pela mesma.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo BE, solicitando a baixa à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 611/XVII/1.ª (BE) — Cria a comissão para a desclassificação e estudo dos arquivos relativos à violência política do pós-25 de Abril, estabelece um regime especial de acesso aos documentos relativos às Forças Populares 25 de Abril e à rede bombista.

Foi rejeitado, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 927/XVII/1.ª (L) — Pela preservação da memória histórica e acesso público a toda a documentação sobre a violência política organizada de qualquer campo do espectro político ou por organismos do Estado na República Portuguesa.

Foram aprovados os seguintes requerimentos:

Apresentado pelo PS, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 555/XVII/1.ª (PS) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.;

Apresentado pela IL, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 601/XVII/1.ª (IL) — Mais independência para a LUSA;

Apresentado pelo PCP, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Lei n.º 604/XVII/1.ª (PCP) — Aprova o modelo societário e os estatutos da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, como Entidade Pública Empresarial, E.P.E.;

Apresentado pelo L, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 90 dias, do Projeto de Lei n.º 605/XVII/1.ª (L) — Aprova o modelo societário e os estatutos da LUSA;

Apresentado pelo CH, solicitando a baixa à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sem votação, por 60 dias, do Projeto de Resolução n.º 906/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo que assegure a independência editorial, a autonomia institucional, a transparência financeira e o escrutínio parlamentar da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

Foi rejeitado o Projeto de Resolução n.º 937/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a valorização da Agência Lusa, o reforço da sua independência e o combate à precariedade laboral.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 834/XVII/1.ª (IL) — Correta atualização das comparticipações por alimentação escolar, que foi rejeitado, 719/XVII/1.ª (L) — Pela igualdade na qualidade das refeições escolares nos estabelecimentos de ensino com contrato de associação e 904/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a atualização urgente das comparticipações relativas às refeições escolares, que foram aprovados, 909/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo a universalização progressiva do direito a refeições escolares gratuitas e de qualidade na creche, na educação pré-escolar e no ensino básico e secundário, com o correspondente reforço das transferências financeiras para os municípios e 916/XVII/1.ª (PCP) — Gratuitidade das refeições escolares e a garantia do financiamento às autarquias, que foram rejeitados, 923/XVII/1.ª (PAN) — Pela atualização da comparticipação pública nas refeições escolares e pela garantia de igualdade no acesso à alimentação escolar, que foi aprovado, 930/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo o reforço do financiamento e da monitorização das refeições escolares no âmbito da descentralização no domínio da educação, que foi rejeitado, e 972/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo a atualização do financiamento das refeições escolares do 1.º ciclo no âmbito da descentralização de competências na área da educação, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 610/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Valoriza a dívida regular de sangue através da atribuição de dias adicionais de férias, alterando o Estatuto do Dador de Sangue, o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que foi rejeitado, e os Projetos de Resolução n.ºs 911/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo a valorização da dívida benévola de sangue, a reposição da dispensa de serviço em dia de dívida e o reforço da colheita de plasma por aférese, 917/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de incentivo à dívida de sangue, 918/XVII/1.<sup>a</sup> (PSD) — Recomenda ao Governo a valorização e promoção da dívida voluntária e altruísta de sangue em Portugal, 922/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela dispensa de serviço em dia de dívida benévola de sangue e pela realização de uma campanha extraordinária de incentivo à doação de sangue e 939/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo o direito à dispensa de prestação de atividade profissional, de formação ou inseridas em programas ocupacionais, no dia da dívida, sem perda de direitos ou regalias do trabalhador dador, que foram aprovados.

Procedeu-se à votação, na generalidade, dos Projetos de Resolução n.ºs 750/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente as margens de lucro nos fertilizantes agrícolas, que foi rejeitado, e 833/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Recomenda ao Governo que incentive a transição para uma agricultura mais sustentável e resiliente, que foi aprovado; do Projeto de Lei n.º 608/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Promove a produção agrícola nacional com vista a atingir a soberania e segurança alimentar de forma sustentável, que foi rejeitado; e dos Projetos de Resolução n.ºs 920/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de mitigação do aumento dos custos dos fatores de produção na agricultura, 925/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Recomenda medidas de combate ao aumento do preço dos fertilizantes agrícolas e 935/XVII/1.<sup>a</sup> (IL) — Recomenda ao Governo que limite excecionalmente a margem fiscal do Estado nos fertilizantes agrícolas, energia, combustíveis e bens alimentares essenciais, que foram rejeitados, 936/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que reforce os apoios ao setor agrícola para minimizar os impactos causados pelo conflito no Médio Oriente, que foi aprovado, e 940/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Recomenda ao Governo a limitação excecional das margens de lucro na comercialização de fertilizantes agrícolas, com reforço do apoio à produção agrícola nacional, a aplicação do IVA zero aos bens essenciais do cabaz alimentar e a redução temporária do IVA dos combustíveis e a regulação do seu preço de venda ao público, que foi rejeitado.

Foram rejeitados, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 122/XVII/1.<sup>a</sup> (PCP) — Integração na carreira de investigação científica, 606/XVII/1.<sup>a</sup> (L) — Aprova um regime específico para a integração de investigadores na carreira de investigação científica e 614/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Substituição das bolsas por contratos de trabalho através da criação do Regime Jurídico do Investigador em Formação ou Iniciação Científica, e os Projetos de Resolução n.ºs 905/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Medidas de reforço da estabilidade contratual na investigação científica e de valorização das carreiras de investigação e 924/XVII/1.<sup>a</sup> (PAN) — Pela integração dos investigadores bolseiros da carreira de investigação científica.

Foram votados, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 889/XVII/1.<sup>a</sup> (CDS-PP, PSD) — Pelo alargamento do Passe do Antigo Combatente a todo o território nacional, e pela maior eficiência nos pagamentos feitos pelo Estado às empresas de transportes e os Projetos de Lei n.ºs 153/XVII/1.<sup>a</sup> (CH) — Estende a gratuidade dos transportes públicos aos antigos combatentes em todo o território nacional, que foram aprovados, 613/XVII/1.<sup>a</sup> (BE) — Alarga a todo o território nacional a gratuidade dos transportes coletivos para os antigos combatentes e para as viúvas e viúvos de antigos combatentes (altera a Lei n.º 46/2020, de 20 de agosto, que aprova o Estatuto do Antigo Combatente), que foi rejeitado, e o Projeto de Resolução n.º 892/XVII/1.<sup>a</sup> (JPP) — Recomenda ao Governo que assegure a plena efetividade do Passe do Antigo Combatente, a simplificação dos respetivos procedimentos e o reforço do acesso dos antigos combatentes aos direitos previstos no respetivo estatuto, que foi aprovado.

Foram aprovados requerimentos, apresentados pelo PAN, solicitando a baixa à Comissão de Agricultura e Pescas, sem votação, por 90 dias, dos Projetos de Lei n.ºs [528/XVII/1.ª](#) (PAN) — Regula a contenção e treino de animais de companhia, vedando a comercialização e utilização de «coleiras de choque» e de «coleiras estranguladoras», procedendo à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, [581/XVII/1.ª](#) (PAN) — Regula o acorrentamento e o alojamento permanente em varandas e espaços afins, e prevê a implementação do plano nacional de desacorrentamento.

Procedeu-se à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º [612/XVII/1.ª](#) (BE) — Estabelece o regime jurídico de proteção do bem-estar dos animais de companhia em matéria de alojamento, contenção e treino, proibindo o acorrentamento permanente e a manutenção em condições inadequadas, vedando a comercialização e utilização de dispositivos lesivos do bem-estar animal, criando o plano nacional pelo bem-estar dos animais de Companhia, e procedendo à alteração do Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, e da Lei n.º 92/95, de 12 de setembro, que foi rejeitado, e dos Projetos de Resolução n.ºs [764/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que realize anualmente uma campanha nacional de sensibilização para o não acorrentamento de cães, que foi aprovado, [914/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que regulamente a utilização de equipamentos de treino canino com potencial impacto no bem-estar animal, assegure a adequada qualificação dos utilizadores e estabeleça a obrigatoriedade de prescrição e supervisão médico-veterinária na sua utilização, que foi rejeitado, e [928/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a adoção de medidas proteção e de controlo de população aos animais errantes e de companhia, que foi aprovado.

Foram votados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [453/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela prevenção do desaparecimento de pessoas com demência, que foi rejeitado; [912/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência ou especial vulnerabilidade cognitiva, [915/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas que garantam o acompanhamento dos doentes com demência ou situação psicologicamente instável, [919/XVII/1.ª](#) (PSD e CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reforço da resposta integrada às demências em Portugal, com especial enfoque na segurança, acompanhamento e apoio às famílias, [921/XVII/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção ao desaparecimento de pessoas com demência, [929/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo medidas para reforçar a proteção de pessoas com demência nos estabelecimentos de saúde, [931/XVII/1.ª](#) (PS) — Pela prevenção e resposta ao desaparecimento de pessoas com demência, [934/XVII/1.ª](#) (IL) — Recomenda ao Governo o desenvolvimento e implementação de uma política integrada de atuação para doentes em risco de fuga em todo o SNS, que foram aprovados; e [938/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo a criação de mecanismos de prevenção para utentes com patologias do foro cognitivo e/ou psiquiátrico no Serviço Nacional de Saúde, garantindo simultaneamente o cumprimento efetivo do direito ao acompanhamento consagrado na Lei n.º 15/2014, que foi rejeitado.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [200/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que promova a revisão do mecanismo de recuperação de créditos dos lesados do papel comercial do BES.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [849/XVII/1.ª](#) (PS) — Consagra o dia 10 de maio como Dia Nacional do Seguro.

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [869/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para a conservação, salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro, em Évora, [941/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção urgente de medidas de estudo, conservação e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e [945/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a implementação urgente de medidas de salvaguarda e valorização da Anta Grande do Zambujeiro (Évora).

Foram aprovados, na generalidade, os Projetos de Resolução n.ºs [690/XVII/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo o reforço do modelo de sensibilização dos jovens para a defesa nacional através da transformação do Dia da Defesa Nacional em semana da defesa nacional e [781/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a avaliação do atual modelo do Dia da Defesa Nacional, do Referencial de Educação para a Segurança, a Defesa e a Paz, e o estudo de novos modelos de recrutamento voluntário nas Forças Armadas, reforçando a cultura de segurança, defesa e proteção civil em Portugal.

Em votação final, foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [177/XVII/1.ª](#) (CH) — Pela priorização das negociações com outros Estados europeus com vista ao aumento das quotas de pesca portuguesas, bem como aprofunde conversações com a União Europeia com vista à criação de quotas específicas para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Em votação final global, foi aprovado o texto final, apresentado pela Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, relativo aos Projetos de Resolução n.ºs [716/XVII/1.ª](#) (IL) e [782/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo a criação de um regime de salvaguarda da memória digital da imprensa e da informação pública, nomeadamente o associado ao SAPO Blogs.

Foi aprovado um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade de propostas de alteração ao texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo ao Projeto de Lei n.º [556/XVII/1.ª](#) (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuitidade da medida, tendo usado da palavra, neste âmbito, os Deputados [Patrícia Faro](#) (PS), [Helga Correia](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Paula Santos](#) (PCP). Depois, com as alterações entretanto aprovadas, foi aprovado, em votação final global, o mesmo texto final.

No âmbito da rejeição dos Projetos de Resolução n.ºs [217/XVII/1.ª](#) (CH) e [927/XVII/1.ª](#) (L), proferiram declarações de voto os Deputados [André Ventura](#) (CH), [Rui Tavares](#) (L), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Delgado Alves](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE) e [Paula Santos](#) (PCP).

O Presidente ([Rodrigo Saraiva](#)) encerrou a sessão eram 13 horas e 48 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

---

## DAR — I SÉRIE — N.º 96 (2026.05.28)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do [artigo 224.º-A](#) do Regimento, procedeu-se a um debate com o Primeiro-Ministro ([Luís Montenegro](#)), que respondeu às perguntas formuladas pelos Deputados [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Hugo Soares](#) (PSD), [André Ventura](#) (CH), [José Luís Carneiro](#) (PS), [Mariana Leitão](#) (IL), [Paulo Raimundo](#) (PCP), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN) e [Filipe Sousa](#) (JPP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 17 minutos.

**SUMÁRIO**

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Ao abrigo do [artigo 227.º](#) do Regimento, procedeu-se ao debate da Interpelação ao Governo n.º [3/XVII/1.ª](#) (PCP) — Centrada nas condições de vida dos trabalhadores: pacote laboral, salários e direitos. Proferiram as intervenções de abertura o Deputado [Paulo Raimundo](#) (PCP) e o Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho ([Adriano Rafael Moreira](#)).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além daqueles oradores, os Deputados [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [André Ventura](#) (CH), [Mariana Leitão](#) (IL), [Joaquim Barbosa](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Felicidade Vital](#) (CH), [Miguel Cabrita](#) (PS) — que, posteriormente, usou da palavra para a defesa da honra da bancada, no seguimento de uma intervenção do Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho —, [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isaura Morais](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Armando Grave](#) (CH), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Francisco José Martins](#) (PSD), [Catarina Salgueiro](#) e [António Carneiro](#) (CH), [Carla Barros](#) (PSD), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Costa](#) e [Dália Miranda](#) (PS), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Ana Bernardo](#) (PS), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Soares](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Pedro Pinto](#) (CH).

No encerramento do debate, intervieram a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)).

Em interpelação à Mesa, o Deputado [Hugo Soares](#) solicitou que fosse levado a Conferência de Líderes o alegado abuso das figuras regimentais por parte dos Deputados.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 12 minutos.

---

DIVISÃO DE REDAÇÃO